

Resumo dos Artigos Publicados em *Estudos Econômicos* no Período 1970-1991

1. ABLAS, Luiz & RIZZIERI, Juarez. *Funcionalidade da rede de cidades mundiais a nível internacional*. v.18, n.3, p.417-432, set./dez. 1988.

Discute-se a funcionalidade da rede urbana em nível internacional, trabalhando com a idéia de "cidade mundial". Além de uma discussão a respeito desta idéia, a análise é conduzida a partir da elaboração de um modelo que testa o grau de articulação internacional do sistema urbano, usando como variáveis explicativas o comércio de manufaturas e o grau relativo de urbanização dos vinte e cinco países componentes da amostra. <Modelos Econômicos, Desenvolvimento Econômico, Urbanização, Comércio Exterior, Economia Regional >

2. ABRAMOVAY, Ricardo. *Duas visões do comportamento camponês*. v.20, n.2, p.305-322, maio/ago. 1990.

Teoria da escolha racional ou sociologia da ética camponesa? Ao final da Guerra do Vietnã, vários estudiosos procuraram compreender a natureza social dos movimentos revolucionários do Sudeste Asiático. O presente artigo resume e avalia o alcance e as limitações tanto do individualismo metodológico quanto das explicações que se apóiam nas determinações coletivas da conduta, como modelos opostos e alternativos para a compreensão do comportamento camponês. A discussão gira em torno não só do caso Sudeste Asiático ou da questão camponesa, mas, sobretudo, da própria crise de paradigmas nas ciências sociais. <Metodologia, Antropologia, Trabalhadores Rurais, Teoria de Comportamento Social >

3. ABRANCHES, Sérgio Henrique. *A recuperação democrática: dilemas políticos e institucionais*. v.15, n.3, p.443-462, set./dez. 1985.

Discutem-se os problemas políticos e institucionais associados à retomada seletiva e socialmente orientada do crescimento econômico.

Apresenta-se um diagnóstico das principais transformações ocorridas na economia e na sociedade nas últimas décadas. Em seguida, investigam-se os aspectos mais importantes da transição política, assinalando as dificuldades para a consolidação de ampla e estável coalização do governo. Para efetiva solução, os problemas da recuperação democrática requerem um calendário de ações governamentais nos campos político, econômico e social que esclareçam a nova direção do padrão de desenvolvimento. Torna-se necessário, portanto, um acordo político explícito, além de profundas mudanças institucionais e de políticas econômico-sociais. <Desenvolvimento Econômico, Crescimento Econômico, Transição Política, Recuperação Econômica >

4. ABREU, Marcelo de Paiva. *A dívida pública externa do Brasil, 1824-1931*. v.15, n.2, p.167-189, maio/ago. 1985.

Discute-se a importância do endividamento público do Brasil durante o Império e a República Velha. Apresentam-se dados referentes aos estoques de capital estrangeiro no país e à dívida pública externa do governo central, no período. Consideram-se as entradas efetivas e de serviço anual, bem como as características institucionais do mercado financeiro internacional e as condições de lançamento dos empréstimos. Estuda-se em que medida as entradas de capital podem ser explicadas por variações cíclicas da economia internacional ou devido às condições domésticas. Finalmente, compara-se a compra de títulos da dívida pública com outras aplicações financeiras, antes de 1930, e calcula-se a taxa de retorno dos empréstimos do governo central em diversos subperíodos. <História Econômica, Dívida Pública, Dívida Externa, Sistema Financeiro Internacional >

5. ABREU, Marcelo de Paiva. *As relações econômicas anglo-brasileiras e a consolidação da preeminência norte-americana no Brasil, 1930-1945*. v.16, n.3, p.413-426, set./dez. 1986.

Análise da consolidação da preeminência norte-americana no Brasil, entre 1930-45, no contexto das relações econômicas com nossos principais parceiros comerciais e financeiros. A posição de primazia britânica, que já havia sofrido considerável golpe depois da I Guerra Mundial, foi agravada pela depressão econômica e completamente erodida durante a II Guerra Mundial. A postergação sofrida no processo de consolidação é explicada pela relutância norte-americana em assumir os encargos associados à sua posição hegemônica e à resistência alemã na esfera comercial, pois a Inglaterra se resignou quanto à rápida perda

de posição no Brasil. <História Econômica, Comércio Exterior, Estados Unidos, Inglaterra >

6. ACCARINI, José Honório. *Preços de produtos agrícolas no Brasil*. v.8, n.3, p.69-104, set./dez. 1978.

Determinam-se os diferenciais de preços observados no mercado agrícola brasileiro, a partir de dados da safra 1970-71 para arroz, feijão, milho, soja e algodão, indicando-se tanto as diferenças entre produtos e entre grupos de agricultores como os fatores determinantes daqueles diferenciais. As principais variáveis estudadas são a importância do produto na renda do agricultor, o tamanho do estabelecimento agrícola e a quantidade vendida aos atravessadores. <Produção Agrícola, Preços>

7. ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *Alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX*. v.15, n.esp., p.153-167, 1985.

Discutem-se, com base em dados retirados de jornais do período 1874-87, as relações familiares e as alianças matrimoniais entre os membros da elite do Pará. Tenta-se esclarecer as formas de dominação desta classe que, embora dividida pelo Movimento Cabano, voltou a se recompor com vista a manter sua hegemonia, garantindo a sua reprodução. <Demografia Histórica, Casamento, Famílias, Proprietários de Terra, Pará>

8. AGUIAR, Danilo Rolim Dias de & BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. *Causalidade e assimetria na transmissão de preços de soja e derivados no Brasil nos anos oitenta*. v.21, n.1, p.89-103, jan./abr. 1991.

Análise das relações entre preços de soja e seus derivados em diferentes níveis de mercado, inclusive o externo. Testes de causalidade de Sims e de assimetria de Houck foram realizados, sendo estimadas as elasticidades de transmissão de preços. Demonstra-se que as variações de preços tendem a iniciar-se no mercado externo e no atacado, variando depois os preços ao varejo (óleo de soja) e ao produtor rural (soja em grão). Os ajustamentos de preços nos vários níveis ocorrem durante um período de no máximo quatro meses, constatando-se assimetria na transmissão de preços entre quase todas as relações, com tendência de transmissão mais intensa dos acréscimos de preços. <Modelos Econométricos, Agricultura, Preços, Soja>

9. ALASINO, Carlos Maria. *Incidência do IPTU no município de São Paulo*. v.12, n.2, p.51-63, ago./nov. 1982.

Avaliação da incidência do IPTU aplicado sobre os imóveis de uso residencial em São Paulo-SP. Pretende-se mostrar o possível efeito que uma relação não uniforme entre os valores do imóvel e de seu aluguel pode provocar sobre a incidência. Em contraste com os resultados alcançados em estudos anteriores, o efeito redistributivo do imposto parece derivar das características inerentes ao tributo, bem como das distorções geradas pelo processo de administração. <Política Fiscal, Legislação Tributária, IPTU, São Paulo-SP>

10. ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. *Habitação popular: avaliação e propostas de reformulação do Sistema Financeiro da Habitação*. v.16, n.1, p.77-121, jan./abr. 1986.

O déficit habitacional brasileiro atingiu proporções alarmantes. No início da década de 80 a questão agravou-se consideravelmente, com maiores contingentes populacionais em condições de absoluta carência habitacional. A atuação do SFH foi desapontadora, tendo se transformado numa gigantesca e diversificada estrutura, fugindo de suas metas sociais inicialmente estabelecidas e apresentando, como grandes beneficiários, a classe média compradora de imóveis, grandes construtoras e agentes financeiros. São apresentadas oito sugestões para reformar o SFH, que se encontra apoiado em bases instáveis e tecnicamente incorretas. Dentre elas destacam-se a estatização das cadernetas de poupança, a criação de bancos hipotecários, a concessão de subsídios explícitos à habitação popular e uma maior ênfase no financiamento de lotes urbanizados e na autoconstrução. <Habitação, Políticas Governamentais, Sistema Financeiro da Habitação>

11. ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. *A teoria econômica da mudança tecnológica*. v.16, n.2, p.187-203, maio/ago. 1986.

Examinam-se as implicações teóricas da mudança tecnológica dentro de uma estrutura geral e à luz do caso particular fator-aumentativo. A análise é desenvolvida para funções de produção a dois fatores e para o caso de n fatores. Procura-se apontar que para o estudo do progresso tecnológico há necessidade de separar mudança tecnológica *per si* de substituição de fatores. <Mudança Tecnológica, Teoria Econômica, Modelos Econométricos, Fatores de Produção>

12. ALGRANTI, Leila Mezan. *Criminalidade escrava e controle social no Rio de Janeiro (1810-1821)*. v.18, n.esp., p.45-79, 1988.

Investiga-se a criminalidade escrava no meio urbano, a partir da análise de registros de prisões de escravos efetuadas pela polícia no Rio de Janeiro-RJ, entre 1810-21. A maior parte das infrações cometidas pelos escravos eram atitudes contra a ordem pública e contra o sistema escravista, além de crimes de pequena monta. Durante o período estudado, a cidade e sua população passaram por um intenso processo de mudanças sociais e econômicas. As ações em relação aos escravos também se alteraram, de acordo com os problemas enfrentados pela população de cor. A maior preocupação da polícia, no entanto, era garantir a segurança da sociedade e manter a estabilidade do sistema escravista. <História, Escravidão, Revolta Escrava, Criminalidade Escrava, Rio de Janeiro>

13. ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de. *Emprego e distribuição de renda em indústria e serviços de 1950 a 1970*. v.5, n.1, p.153-181, jan./abr. 1975.

Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, o setor de serviços tem apresentado taxas de emprego superiores às do setor industrial. Isto é atribuído a uma maior elasticidade de substituição entre capital e trabalho no primeiro setor do que no segundo. Estudam-se o desemprego disfarçado em serviços e suas implicações para a distribuição de renda; os resultados sugerem que as tendências setoriais de emprego durante a década de 50 elevaram a participação dos salários na renda geral e, na década de 60, reduziram esta participação. <Estrutura Ocupacional, Distribuição de Renda, Desemprego, Setor Industrial, Setor de Serviços>

14. ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de & MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello de. *A pequena produção: uma visão unificada*. v.19, n.esp., p.9-23, 1989.

Análise da crescente informalização das economias centrais, coincidindo com a persistência deste tipo de emprego nos países subdesenvolvidos, mostra que já não se pode mais tratar as atividades da "economia subterrânea", "pequena produção" ou "setor informal" como mão-de-obra afuncional, desemprego disfarçado ou uma forma de produção não-capitalista. A pequena produção é apresentada como um conjunto de atividades produtoras de bens e serviços específicos, organizadas conforme uma estratégia de sobrevivência da mão-de-obra atingida pelas limitações do mercado de trabalho formal. Estas limitações,

provocadas por fatores conjunturais ou de mais longo prazo, implicam que as políticas de emprego e produção devem reconhecer e se adequar a este setor como um componente permanente da economia. <Pequena Produção, Setor Informal, Política Agrícola, Desemprego>

15. ALMEIDA, Marcio Wohlers de. *Autonomia empresarial do estado e impasses da política energética: o caso da CESP*. v.11, n.esp., p.123-135, 1981.

A CESP vivenciou recentemente alguns impasses na tentativa de definir um novo programa energético para o estado de São Paulo, em face da plena utilização do potencial hidráulico existente. Isto revela que, além de determinantes econômicos e tecnológicos envolvendo o quadro de oferta e demanda de energia, existe uma dimensão político-institucional que condiciona fortemente a evolução do setor energético no Brasil. Dentro deste contexto, estuda-se o papel da CESP, que chegou a possuir 30% da capacidade geradora de energia elétrica do país, na década de 1970. <Energia, Empresas Estatais, CESP, São Paulo>

16. ALMODOVAR, Antonio & BRANDÃO, Maria de Fátima. *Racionalidade disciplinar da economia: algumas reflexões*. v.20, n.esp., p.119-134, 1990.

Num rápido percurso pela história do pensamento econômico, observa-se o progresso da ciência em direção a uma Economia menos política e mais técnica, para a qual a contribuição de Ricardo, Mill, os marginalistas e Marshall é decisiva. O processo de afirmação da vertente profissionalizante da Economia, no entanto, ao se constituir como saber disciplinado, não fez desaparecer a concorrência dos saberes vulgares e indisciplinados, informados pela experiência prática. Na verdade, o fosso entre estes dois mundos acentuou-se. Para recuperar o prestígio perdido e transpor este fosso, sugere-se um investimento na área da filosofia econômica, tão sólido e rigoroso quanto o investimento feito no campo da formalização matemática e da pesquisa estatística e econométrica. <História do Pensamento Econômico, Teoria Econômica, Racionalidade, Metodologia>

17. ALMONACID, Ruben Dario. *O efeito da taxa cambial sobre o produto*. v.2, n.5, p.155-170, out. 1972.

Baseada na tradição keynesiana, a literatura em comércio internacional supõe que as desvalorizações cambiais são benéficas para a produção global e o desenvolvimento. Este resultado surge da análise dos efeitos desta desvalorização apenas sobre a demanda agregada.

Mostra-se que, quando a oferta agregada é incluída, as conclusões são diametralmente opostas, isto é, desvalorizações reduzem a produção. <Teoria Econômica, Câmbio, Moeda, Produção Econômica>

18. ALMONACID, Ruben Dario. *Rumo à teoria dinâmica do equilíbrio*. v.3, n.2, p.103-110, ago. 1973.

Distinção entre as teorias dinâmicas do equilíbrio e do desequilíbrio. Indicam-se algumas deficiências na teoria desenvolvida por Hicks, Samuelson e Metzler (dinâmica do desequilíbrio), sugerindo uma teoria dinâmica alternativa. <Teoria Econômica, Equilíbrio, Hicks, Samuelson, Metzler>

19. ALTIMIR, Oscar. *Pobreza, distribuição de renda e bem-estar infantil na América Latina: uma comparação de dados anteriores e posteriores à recessão*. v.14, n.esp., p.525-553, 1984.

Avaliação do impacto das recentes mudanças da economia mundial sobre as condições de vida das populações e das crianças de Chile, Colômbia, Costa Rica, Panamá e Venezuela. Fundamenta-se em dados domésticos urbanos e restringe-se aos aspectos das condições de vida familiar disponíveis em levantamentos sobre trabalho. É feita uma análise das mudanças ocorridas na distribuição de renda total, no movimento de diferentes grupos sócio-econômicos e nas estratégias de subsistência destes grupos. <Crianças, Pobreza, Bem-Estar Social, Distribuição de Renda, América Latina>

20. ALVES, Edgard Luiz G. *Nível alimentar, renda e educação*. v.7, n.2, p.111-146, maio/ago. 1977.

A partir da hipótese de que existem diferenças significantes entre as famílias adequada e não adequadamente nutridas, no que diz respeito a certas variáveis sócio-econômicas, desenvolve-se uma pesquisa que estabelece quais seriam estas variáveis. Os dados utilizados foram retirados de 2242 questionários da POF/72 para São Paulo-SP e as variáveis são renda familiar e grau de instrução, além da adequação nutricional. As conclusões indicam que o fator fundamental para explicar o aparecimento da desnutrição se situa na insuficiência de renda. <Nutrição, Distribuição de Renda, Educação, Famílias>

21. AMARAL, Antonio Pereira do. *Avaliação de um capital com correção monetária*. v.3, n.3, p.139-153, set./dez. 1973.

Cálculo da avaliação de um capital no regime de correção monetária, levando-se em conta o período da taxa de juros. Analisam-se dois casos em que a correção monetária ocorre em intervalos iguais ou múltiplos aos da taxa de juros. <Capital, Indexação, Taxa de Juros, Cálculo, Contabilidade>

22. AMARAL, Antonio Pereira do. *Seguro de renda temporário (prêmio médio)*. v.5, n.2, p.155-164, maio/ago. 1975.

Desenvolvimento de um método para se determinar o prêmio médio por unidade de capital devido ou a ser investido por uma população de x pessoas. Empresas que concedam empréstimo ou façam financiamento a médio e longo prazo a um número grande de pessoas poderão, baseadas neste método, constituir um fundo para resgatar débitos de clientes falecidos. <Seguro, Modelos Estatísticos, Contabilidade>

23. AMARAL, Cicely M. do; BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo & AMARAL, Vera B. *Pressões de demanda sobre a agricultura brasileira*. v.13, n.2, p.309-322, maio/ago. 1983.

Dadas a estrutura de preços relativos e as potencialidades de oferta, as pressões de demanda interna sobre a produção conduzem a um excedente, que pode ser exportado ou consumido com redução nos preços, ou a um déficit, que levará à importação ou ao aumento nos preços. Calculam-se, para um total de 25 produtos, as taxas de crescimento de demanda no nível regional, dividindo o Brasil em 17 regiões de consumo. Como resultado, indica-se que a demanda interna é forte nos dois setores produtivos (superavitário e deficitário), embora seja muito maior no segundo, onde se congregam os produtos básicos de consumo interno. <Produção Agrícola, Projeção Econômica, Demanda>

24. AMIGO, Hugo & MONDINI, Lenise. *Comercialização de leite fluido a preço reduzido para famílias urbanas de baixa renda na área metropolitana de São Paulo uma avaliação*. v.18, n.2, p.305-318, maio/ago. 1988.

Estimação do Programa de Comercialização de Leite Fluido, vendido 20% abaixo do preço normal de mercado, em duas comunidades da área periférica da cidade de São Paulo. Utilizou-se uma amostra aleatória dos beneficiários comparada a uma amostra de tamanho similar de famílias não beneficiárias do programa, que viviam nas mesmas condições,

embora tivessem sido observadas diferenças no nível de renda e no tamanho das famílias. O consumo de leite *per capita* (para todos os grupos etários) foi de cerca de 100ml maior entre as famílias participantes do programa, sendo igualmente superior entre estas (cerca de meio litro) a quantidade de leite comprada. <Políticas Governamentais, Leite, Famílias, Subsídios, São Paulo-SP>

25. ANDRADE, Manuel Correia de. *Transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste açucareiro: 1850/1888*. v.13, n.1, p.71-83, jan./abr. 1983.

A crise açucareira acarretou a descapitalização dos produtores nordestinos, os quais, em face do aumento de preço dos escravos, passaram a utilizar cada vez mais a mão-de-obra livre. Mais tarde, a modernização agrícola e industrial dificultou a utilização do escravo. Ao mesmo tempo, os financiamentos concedidos pelo governo permitiam aos proprietários pagar trabalhadores livres. Tal processo culminou em 1888 com a abolição, que não foi complementada por medidas visando à democratização do acesso à propriedade da terra. A única solução para o ex-escravo era vender a sua força de trabalho. Assim, não houve modificações substanciais nas estruturas existentes. <História Econômica, Mercado de Trabalho, Setor Rural, Açúcar, Nordeste>

26. ANDRÉ, Paulo de Tarso Afonso de. *Duráveis: preferências e acumulação*. v.16, n.esp., p.103-133, 1986.

A escolha de duráveis pelo consumidor não pode ser satisfatoriamente acomodada em modelos diretamente derivados do modelo convencional e determinístico. Propõe-se um modelo axiomático e probabilístico das preferências do consumidor na escolha de bens duráveis no mercado, discutindo suas propriedades teóricas. Especifica-se o modelo; as hipóteses testáveis e as propriedades empíricas das medidas relevantes ao comportamento neste mercado são discutidas. O teste é feito para os duráveis refrigerador, liquidificador, máquina de costura e televisão, utilizando dados do ENDEF das famílias do Estado de São Paulo. Os resultados contradizem a noção de que as preferências por duráveis, reveladas no mercado, meramente reproduzem aquelas do consumidor de alta renda. <Teoria do Consumidor, Modelos Econômicos, Eletrodomésticos, Preferência e Escolha>

27. ANGELO, Cláudio Felisoni de. *Absorção de mão-de-obra no setor industrial*. v.10, n.1, p.71-97, jan./abr. 1980.

Historicamente, o processo de desenvolvimento é acompanhado por uma transferência de mão-de-obra dos setores de menor para maior produtividade relativa (da agricultura para a indústria). Também no Bra-

sil a industrialização foi seguida por movimentos migratórios em direção aos núcleos urbanos. Tal deslocamento provocou, contudo, desemprego e hipertrofia do setor serviços. Aplica-se um modelo para captar os efeitos da variação na composição do valor adicionado e do crescimento da produtividade sobre a expansão do emprego na atividade industrial. A elevação da produtividade se mostrou a mais significativa; as variáveis principais foram o salário e o tamanho médio dos estabelecimentos industriais. <Mercado de Trabalho, Setor Industrial, Modelos Econométricos, Produtividade>

28. ANGELO, Cláudio Felisoni de. *O problema dos transportes rodoviários e ferroviários de carga no Brasil*. v.17, n.1, p.89-104, jan./abr. 1987.

Análise comparativa das redes de transporte rodoviário e ferroviário de carga no Brasil, apontando a presença marcante do caminhão, mesmo em fluxos em que o transporte sobre trilhos seria mais adequado e eficiente. Discutindo-se as vantagens na alteração deste quadro, são analisados os custos operacionais e de implantação dos dois sistemas, indicando, a partir de um estudo de caso, os benefícios diretos que adviriam da adoção de linhas ferroviárias em segmentos de elevada densidade de tráfego. Demonstra-se que a rede ferroviária existente suporta um significativo aumento do volume de transporte, desde que resolvidos alguns problemas em trechos considerados críticos. <Transportes, Custo Social, Análise de Custo-Benefício>

29. ANPEC. *Painel sobre conjuntura econômica brasileira e inflação*. v.8, n.1, p.152-157, jan./abr. 1978.

Resumo do debate realizado pela ANPEC, tomando por base o texto *Considerações sobre a inflação e a política monetária em 1977*, de Antonio C. Lemgruber (v.8, n.1, p.9-14, 1978), acerca dos elementos determinantes do processo inflacionário e a adoção de políticas monetárias. Participaram os Professores Dercio Munhoz, Dionísio Carneiro, Francisco Lopes, Celso Martone, Adroaldo Silva e Antonio Lemgruber, entre outros. <Inflação, Crise Econômica>

30. ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de. *O crédito rural e sua distribuição no Brasil*. v.13, n.2, p.323-348, maio/ago. 1983.

Estuda-se a distribuição do crédito rural no Brasil segundo a finalidade principal (custeio, investimento ou comercialização) para agricultura e pecuária, entre 1969-79. Analisa-se a participação dos estabelecimentos, em termos regionais, por área, produção, valor obtido e outros. Por fim, apresenta-se a distribuição no nível de unidades

produtivas, discutindo-se a política de crédito rural e o subsídio implícito nas taxas de juros deste crédito. <Crédito Rural, Agricultura, Pecuária, Subsídios>

31. ARIDA, Persio. *A hipótese estrutural na teoria da inflação: um comentário*. v.11, n.1, p.107-109, jan./mar. 1981.

Veja o resumo deste artigo no número 79.

32. ARIDA, Persio. *Estratégias de racionamento*. v.12, n.1, p.31-49, jan./abr. 1982.

Investigação teórica sobre a eficácia de duas estratégias de racionamento: por via de preços e de quantidades. Este se torna necessário quando é preciso se acomodar choques de oferta em mercadorias de consumo final de difícil substituição, como gêneros de primeira necessidade (leite, trigo, leitos hospitalares) ou serviços básicos (água, luz), e mesmo mercadorias importadas (gasolina). Testam-se as duas alternativas, e se deduz uma preferência pelo racionamento por quantidades. Analisa-se o preconceito existente contra este tipo de racionamento, interpretado como evidência de grave distúrbio, ao passo que o racionamento por preços ocultaria, até certo ponto, a magnitude das dificuldades enfrentadas. <Racionamento, Teoria Econômica, Modelos Econométricos>

33. AROUCA, M.; GOMES, F. Magalhães & ROSA, Luis Pinguelli. *Demanda de energia residencial no Brasil*. v.11, n.esp., p.137-148, 1981.

A estrutura do consumo de energia residencial retrata, sob muitos aspectos, a enorme desigualdade social e econômica e a heterogeneidade regional do país. Discute-se a metodologia para a análise e a determinação desta demanda, procurando reunir elementos para elaborar um método adequado às características brasileiras. Um panorama da situação do consumo de energia no setor residencial é traçado, discriminando as diversas formas de energia final e estabelecendo correspondência destas com seus usos domésticos mais comuns. Ressalta-se a predominância da lenha, ainda o combustível residencial mais utilizado, e o consumo crescente do gás-liquefeito de petróleo, que pode tornar-se crítico em caso de crise de abastecimento. <Energia, Demanda, Domicílios, Combustíveis>

34. ASSIS, Christine Ann & NAJBERG, Sheila. *PIS/PASEP: dez anos de experiência*. v.12, n.2, p.65-80, ago./nov. 1982.

Curta análise do planejamento e execução dos fundos PIS e PASEP, em seus primeiros dez anos de existência. Descreve-se a sistemática

de funcionamento destes programas, comparando-se seus patrimônios líquidos e arrecadações relacionados aos principais instrumentos de poupança interna. As aplicações dos dois programas, entre 1974-80, em termos setorial, regional e financeiro encerra o trabalho. <Política Salarial, Programa de Integração Social, Abono Salarial, Financiamento>

35. ASSIS, Milton Pereira de. *A crise do setor externo e o ajustamento requerido pelas opções de política econômica*. v.14, n.3, p.685-699, set./dez. 1984.

Apreciação do comportamento da economia internacional no período 1973-83, concentrando a atenção na evolução dos preços e dos termos de troca, da relação crescimento-inflação e do saldo do balanço de pagamentos em conta corrente. Procede-se a uma simulação do ajustamento da economia a diferentes políticas econômicas, usando um modelo simples do setor externo e considerando três cenários para 1983-85. <Dívida Externa, Balanço de Pagamentos, Ajustamento Econômico>

36. AZEVEDO, Eliane S. *Sobrenomes no Nordeste e suas relações com a heterogeneidade étnica*. v.13, n.1, p.103-116, jan./abr. 1983.

No processo de escolha de um sobrenome para adoção, tanto os negros quanto os índios projetaram seus valores culturais em termos do sobrenome eleito. A predileção do grupo racial negro por sobrenomes com significado religioso vem de suas tradições religiosas. Os costumes indígenas são diferentes daqueles dos negros, e o fato de terem sido encontrado com maior frequência sobrenomes do tipo animal-plantas entre escolares índios favorece a hipótese de preferência para tais sobrenomes entre os descendentes indígenas no Brasil. <Demografia Histórica, Antropologia, Nordeste>

37. AZZONI, Carlos Roberto. *A influência do poder público na localização industrial*. v.14, n.1, p.25-41, jan./abr. 1984.

Discute-se a eficácia do poder público na orientação espacial dos investimentos industriais. Uma pesquisa de campo realizada no estado de São Paulo, em 1980, selecionou 581 empresas que solicitaram licença à Cetesb para instalação de unidades produtivas entre 1977-79, de um total de 8022 pedidos. As variáveis utilizadas na análise incluem número de empregados, origem da propriedade, área de mercado, tipo de indústria e localização, entre outros. Os resultados mostram que o papel da infraestrutura parece ser bastante importante para a escolha locacional, enquanto a existência de distritos industriais tem pouca relevância. Os

incentivos oferecidos pelo governo chegam a ser ineficazes, sendo as atividades de coerção mais eficientes que as de orientação. <Economia Regional, Localização Industrial, Políticas Governamentais, São Paulo>

38. AZZONI, Carlos Roberto. *A lógica da dispersão da indústria no Estado de São Paulo*. v.16, n.esp., p.45-67, 1986.

Estudo do processo de dispersão espacial das indústrias no território paulista, enfocando as economias de aglomeração e os custos locais. Conclui-se que a dinâmica industrial da área externa à Região Metropolitana de São Paulo guarda estreita relação com decisões emanadas da capital, e a dispersão verificada não configuraria uma independência locacional da área central. Foram utilizadas informações sobre a extensão espacial do uso de serviços de terceiros por empresas de diferentes características. Defende-se a idéia de que existem componentes das economias de aglomeração cuja área de influência envolve várias cidades. Pelo lado dos custos, todavia, os componentes puramente urbanos predominam, tornando pequenas cidades (baixos custos) localizadas próximas a grandes pólos industriais (alto poder de atração) excelentes alternativas locais. <Economia Regional, Localização Industrial, Setor Industrial, São Paulo, Regiões Metropolitanas>

39. BACHA, Carlos José Caetano. *A determinação do preço de venda e de aluguel da terra na agricultura*. v.19, n.3, p.443-456, set./dez. 1989.

A terra no Brasil funciona como uma reserva de valor e como um meio de produção. Devido à ausência de textos na literatura brasileira que possibilitem avaliar separadamente a importância de cada um destes fatores, desenvolvem-se modelos estatísticos para explicar o comportamento dos preços de arrendamento e de venda de terra, utilizando a concepção de que tais preços são determinados pelo cruzamento das curvas de oferta e demanda. As variáveis explicativas foram selecionadas da literatura revisada e os modelos tomam por base o valor da terra agrícola de Minas Gerais, entre 1970-85. (Ver errata em v.20, n.2, p.323, 1990). <Modelos Econométricos, Valor da Terra, Agricultura, Minas Gerais>

40. BACHA, Edmar Lisboa. *Uma nota sobre a entrada de capitais estrangeiros e as taxas de crescimento do produto*. v.1, n.2, p.7-13, [out.] 1970.

No debate sobre a entrada de capitais privados estrangeiros nos países subdesenvolvidos alega-se, por um lado, que estes capitais são benéficos, por suplementarem a poupança doméstica; por outro lado, a remessa de juros e *royalties* mais do que compensaria os efeitos benéficos, tendo como resultado uma redução na taxa de crescimento do pro-

duto do país receptor. Formula-se um modelo simplificado para avaliar sob que condições o capital externo poderá aumentar ou diminuir este crescimento. <Crescimento Econômico, Capital Externo, Modelos Econômicos>

41. BACHA, Edmar Lisboa. *A entrada de capitais estrangeiros e as taxas de crescimento do produto: uma nota complementar*. v.1, n.3, p.103-113, 1971.

Usando-se um modelo de dois hiatos, complementam-se os resultados de trabalho publicado no número anterior (v.1, n.2, p.7-13, 1970). As conclusões indicam que crescimento "autônomo" ajudado, mas não dominado pelo capital estrangeiro, é uma impossibilidade empírica, se o crescimento estiver condicionado pela disponibilidade de divisas. Ou se terá um crescimento "dependente", com a entrada de capitais aumentando muito rapidamente, ou se terá um crescimento "autônomo", com o capital estrangeiro exercendo um impacto negativo sobre a taxa de crescimento da economia. <Crescimento Econômico, Capital Externo, Dependência Econômica, Modelos Econômicos>

42. BACHA, Edmar Lisboa. *Hierarquia e remuneração gerencial*. v.4, n.1, p.143-175, jan./abr. 1974.

Apresentam-se argumentos sociológicos para o fato de que a evolução da remuneração dos gerentes seria desvinculada dos salários dos trabalhadores, prendendo-se ao lucro da empresa. Utilizando-se os dados de quatro pesquisas salariais em grandes empresas industriais, entre 1964-72, mostra-se que é a hierarquia, e não a qualificação, o fator fundamental para explicar a abertura do leque salarial no setor urbano brasileiro na década de 60. <Salários, Empresas Privadas>

43. BACHA, Edmar Lisboa & DIAZ ALEJANDRO, Carlos F. *Mercados financeiros internacionais: uma perspectiva latino-americana*. v.11, n.3, p.53-92, set./dez. 1981.

Observa-se a interação entre os aspectos financeiros da história do capitalismo mundial e a teorização acerca dos mercados financeiros criada nos países industrializados, com foco na ortodoxia. Comentam-se inicialmente os arranjos financeiros e as teorias em três períodos: os anos pré 1929, 1944-73 e 1973-80. Alguns pontos sistemáticos dos arranjos financeiros internacionais para a década de 80 são estudados, bem como alguns aspectos do impacto dos mercados financeiros internacionais sobre a América Latina. <História do Pensamento Econômi-

co, Teoria Econômica, Sistema Financeiro Internacional, América Latina>

44. BAER, Werner & BECKERMAN, Paul. *Correção monetária no Brasil*. v.6, n.3, p.113-146, set./dez. 1976.

Revisão das distorções causadas pela inflação, no Brasil, e a introdução do sistema de correção monetária, durante a década de 60, com o fim de evitar tais distorções e reconstruir o mercado de capitais. Faz-se uma análise de seu impacto sobre diversos tipos de instrumentos de poupança, na distribuição de crédito, no balanço de pagamentos e sobre a inflação. Indica-se que o sistema foi criado para estimular o crescimento da poupança e alocá-la mais eficientemente, o que foi feito com êxito, não tendo sido designado para manter a renda real dos assalariados, mas apenas a dos credores. Portanto, não deve surpreender que não tenha sido de grande utilidade em contrabalançar a tendência para uma concentração maior da distribuição de renda. <Correção Monetária, Indexação, Inflação, Distribuição de Renda, História Econômica>

45. BAER, Werner; BOLCH, Ben & MARSHALL, John. *Salários, preços e crescimento desequilibrado*. v.1, n.2, p.43-51, [out.] 1970.

Análise teórica sobre a relação entre aumentos salariais, inflação e diferentes taxas de crescimento de produtividade, a partir das hipóteses de Hicks. <Crescimento Econômico, Salários, Inflação, Teoria Econômica, Hicks>

46. BAER, Werner & SAMUELSON, Larry. *Crescimento e o setor serviços*. v.12, n.2, p.15-29, ago./nov. 1982.

Uma das características dos países menos desenvolvidos tem sido o fracasso da industrialização em criar empregos suficientes para absorver as massas urbanas engrossadas pela migração e pelo crescimento populacional. Faz-se uma revisão bibliográfica sobre a absorção da força de trabalho e da tecnologia apropriada e desenvolvem-se as relações fundamentais entre o setor serviço e a economia, incluindo o papel dos serviços no consumo. Por fim, analisam-se as estratégias de crescimento para estes países. <Crescimento Econômico, Países em Desenvolvimento, Setor de Serviços, Absorção de Mão-de-Obra>

47. BAER, Werner & VILLELA, Annibal V. *Alguns comentários a "Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil", de Albert Fishlow.* v.3, n.1, p.129-134, abr. 1973.

Veja o resumo deste artigo no número 157.

48. BAKOS, Margaret. *Considerações em torno do protesto do escravo negro no Rio Grande do Sul (1738-1848).* v.18, n.esp., p.167-180, 1988.

Pesquisam-se a resistência e o protesto dos escravos negros gaúchos, que não foram pacíficos conforme registra a historiografia tradicional. As fugas, a violência contra os senhores e a criação de quilombos demonstram a insatisfação do escravo. Utilizam-se como fonte de pesquisa os processos-crime e os relatos sobre as razões e a forma de vida nos quilombos. <História, Escravidão, Revolta Escrava, Quilombos, Rio Grande do Sul>

49. BALASSA, Bela. *Reações de políticas econômicas aos choques externos em alguns países latino-americanos.* v.11, n.2, p.11-49, abr./jun. 1981.

Avalia-se o impacto de choques externos sobre o Brasil, México e Uruguai, entre 1973-78, na forma de quadruplicação dos preços do petróleo e da recessão mundial, seguida de lenta recuperação. Analisam-se as políticas econômicas adotadas por cada país em resposta a estes choques, envolvendo financiamento externo líquido adicional, promoção de exportações, substituição de importações e a diminuição da taxa de crescimento econômico. <Crescimento Econômico, Política Econômica, Choque Externo, América Latina>

50. BARBOSA, Fernando de Holanda. *Inflação, taxa de juros e o fenômeno da ultrapassagem.* v.12, n.1, p.51-61, jan./abr. 1982.

A visão monetarista do processo inflacionário afirma que, no longo prazo, para cada 1% de acréscimo na taxa de crescimento da oferta monetária, a taxa de inflação aumenta também de 1%. A aceleração no crescimento monetário provoca uma revisão das expectativas inflacionárias, e por um tempo a taxa de inflação será forçosamente maior que a taxa de crescimento da oferta de moeda. Estuda-se este processo de ultrapassagem a partir de um enfoque diferente do monetarista, baseado no comportamento da taxa de juros no curto prazo. <Modelos Econométricos, Inflação, Taxa de Juros, Oferta, Ultrapassagem>

51. BARROS, Alexandre Rands. *Nicarágua: oito anos de revolução popular*. v.18, n.2, p.343-387, maio/ago. 1988.

Descrição da economia nicaragüense e suas principais transformações desde a revolução, em 1979. Enfatizam-se as políticas econômicas adotadas e as mudanças estruturais ocorridas, principalmente em relação às relações externas, ao investimento e à reforma agrária. A história da revolução foi dividida em três fases e as principais mudanças em cada uma destas fases são apresentadas. <Sistema Socialista, Política Econômica, Investimentos, Reforma Agrária, Nicarágua>

52. BARROS, José Roberto Mendonça de. *Exportações e modernização da agricultura*. v.2, n.4, p.73-94, [abr.] 1972.

É bastante difundida a idéia de que a elevação da receita cambial da maioria dos países subdesenvolvidos, a partir do aumento da exportação de produtos agrícolas, seria inviável. Analisa-se a demanda de produtos agrícolas não tradicionais em várias áreas do mercado mundial, apontando evidências de que alguns produtos de importância nestes países apresentam excelentes perspectivas de ampliação de mercado. Em conseqüência, a queda de relações de troca, derivada de uma redução dos preços relativos ao se forçar o mercado além da capacidade de crescimento da demanda, não deverá existir, para uma pauta de produtos adequadamente escolhida. <Exportações, Produção Agrícola, Câmbio, Mudança Tecnológica, Modelos Econômicos>

53. BARROS, José Roberto Mendonça de. *Exportações agrícolas não-tradicionais e o custo doméstico das divisas*. v.3, n.2, p.7-30, ago. 1973.

Pesquisam-se as possibilidades para o Brasil de uma política de exportações de produtos primários não tradicionais, sob o ponto de vista da elevação da receita cambial. Os resultados indicam que em todos os casos estimados as taxas de câmbio implícitas obtidas foram inferiores ou próximas as de mercado, o que implica eficiência alocativa e vantagem comparativa. <Exportações, Custo Social, Produção Agrícola, Taxa de Câmbio>

54. BATISTA JR., Paulo Nogueira. *Países devedores e bancos comerciais em face da crise financeira internacional*. v.14, n.3, p.641-684, set./dez. 1984.

Descrevem-se as premissas e objetivos que orientam a administração da crise financeira internacional pelos diversos países e os esquemas de emergência implantados entre 1982-84, com ênfase sobre o

caso brasileiro. Analisam-se as tensões e divergências que tem marcado os próprios bancos credores, ressaltando a vulnerabilidade dos principais bancos americanos, o que parece impedi-los de adotar atitudes mais realistas em relação ao Brasil. Ao final, são apresentados os elementos centrais para uma abordagem alternativa da questão da dívida, discutindo-se a viabilidade das propostas de resolução dos problemas atuais. <Dívida Externa, Sistema Financeiro Internacional, Bancos>

55. BECKERMAN, Paul. *Titulos da dívida pública indexados e a eficiência da política monetária*. v.10, n.3, p.21-46, set./dez. 1980.

Análise da sugestão de James Tobin de que a adoção de títulos indexados do governo poderia tornar a política monetária mais eficiente. Utiliza-se um modelo que incorpora um estado dado de expectativas e incertezas, para mostrar que não deveria haver diferenças sistemáticas entre os efeitos de uma mudança de política monetária em um regime no qual os títulos do governo são indexados e em um regime onde não o são. Essa política poderia ter efeitos diferentes nos dois regimes, quando o modelo fosse complicado de modo a permitir que alterações na política pudessem gerar mudanças no estado de expectativas e incertezas; ainda assim, não é possível dizer *a priori* em qual regime a política monetária seria mais eficiente. <Política Monetária, Indexação, Modelos Econométricos, Dívida Pública>

56. BEIGUELMAN, Paula. *A organização política do Brasil-Império e a sociedade agrária escravista*. v.15, n.esp., p.7-16, 1985.

Examinam-se a organização política do Brasil Imperial, a interação da coroa portuguesa com os dois partidos de patronagem brasileiros e as suas articulações com os interesses da sociedade agrária escravista. Destacam-se o encaminhamento político da lei de libertação dos escravos nacíturnos, o fim do tráfico e a abolição. <História, Políticas Governamentais, Legislação Escravista, Estrutura Política>

57. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *A economia na política militar e nos critérios de administração do Morgado de Mateus (1765-1775)*. v.13, n.esp., p.813-824, 1983.

Estudo das medidas econômicas adotadas pelo Morgado de Mateus nos dez anos de governo da Capitania de São Paulo, comparadas ao conjunto de medidas do governo do Marquês de Pombal relativamente ao Brasil. Estava desenhado para São Paulo, no pensamento pombalino, o papel de liderança bélica. No entanto, cabe ao Morgado

de Mateus acrescentar à esta liderança um significado econômico, marcando o início de um processo que, no século XIX, se tornará determinante para a região. <História Econômica, Políticas Governamentais, Administração Pública, Política Militar, São Paulo>

58. BERGSMAN, Joel. *Política de crescimento urbano intencional e acidental (com referência ao Brasil)*. v.4, n.2, p.27-37, maio/ago. 1974.

Todas as políticas governamentais afetam o crescimento urbano; todavia, muitos efeitos urbanos são consequência de políticas planejadas com outros objetivos e sem levar em conta estes efeitos. Mostram-se os objetivos e instrumentos da política de crescimento urbano e o impacto de uma política acidental, através da análise dos efeitos de tarifas e outras restrições à importação sobre a população do estado da Guanabara. <Urbanização, Políticas Governamentais, Rio de Janeiro>

59. BERGSMAN, Joel. *Política de comércio exterior no Brasil*. v.5, n.2, p.51-104, maio/ago. 1975.

Cálculo da proteção contra importações e os incentivos e desincentivos às exportações no Brasil. Indicam-se os níveis médios das taxas de câmbio e as taxas de exportações implícitas, desde 1954; a evolução da estrutura de proteção, desde 1966; e o sistema em vigor em julho de 1970. Relativamente ao período 1954-67, o Brasil era aberto ao comércio exterior, em 1970. Os incentivos tornaram as exportações quase tão lucrativas quanto as vendas internas, e a proteção, desde 1968, tem sido extremamente alta. <Comércio Exterior, Substituição de Importações, Protecionismo, Exportações, Política Cambial>

60. BERNDT, Alexander. *Estimação do relativo de preços de produto homogêneo*. v.10, n.1, p.55-69, jan./abr. 1980.

Na elaboração de um índice de preços ao consumidor (*proxy* do custo de vida), aparece constantemente a dúvida sobre a melhor forma de estimação do relativo de preços. No plano teórico, as discussões têm se prendido às especificações mais adequadas para a agregação de preços e quantidades entre épocas distintas. O problema é freqüentemente colocado como uma opção entre relativo de médias e média de relativos, surgindo à medida que as observações individuais de preços não têm pesos específicos. Apresenta-se uma nova perspectiva para a abordagem do assunto e uma revisão dos conceitos utilizados para escolha entre as duas formas de cálculo do relativo de preços de um produto

homogêneo. <Índice de Preços, Construção de Índices, Metodologia, Cálculo>

61. BERNDT, Alexander. *A medida do erro em índices de custo de vida*. v.13, n.2, p.349-363, maio/ago. 1983.

Discutem-se as formas de abordagem das grandezas de erro associados à estimação de um índice de custo de vida. É apresentado um modelo do erro total, identificando-se as principais fontes de erro. <Índice de Preços, Custo de Vida, Cálculo>

62. BIANCHI, Ana Maria. *Polemizando: anotações de leitura sobre a crise na ciência econômica*. v.19, n.2, p.205-224, maio/ago. 1989.

Desde a década de 70, a ruptura do consenso keynesiano criou um estado de insatisfação e desacordo na comunidade de economistas, tendo se manifestado alguns sintomas de crise de identidade. Tal como detectada pela literatura, esta crise assume quatro dimensões básicas: a dificuldade de integração entre microeconomia e macroeconomia; o problemático papel da evidência no teste empírico das teorias; as questões de caráter metodológico pendentes no campo da Econometria; e o inadequado nível de abstração em que o trabalho científico é produzido. É feita uma exortação aos economistas para que tirem partido da crise, que deve ser vista como um estímulo para o reexame de questões básicas de sua disciplina e o aprofundamento do nível em que o debate teórico e metodológico tem sido conduzido. <Teoria Econômica, Ciência Econômica, Metodologia>

63. BIANCHI, Ana Maria. *Razão e paixões na pré-história da economia*. v.20, n.esp., p.151-170, 1990.

É focalizado o papel da razão na pré-história da Economia, período que antecedeu o surgimento da Economia Política. Ocorreu uma mudança de atitude em relação ao conhecimento na Idade Moderna, em direção a um saber conquistado, onde os sentidos são a porta de entrada dos dados que alimentam a razão prática. Smith e Mandeville contribuem para mostrar o potencial da razão como domadora das paixões, ajudando a construir o poderoso mito em que interesses individuais convivem harmoniosamente com o bem-estar da coletividade. <História do Pensamento Econômico, Racionalidade, Metodologia>

64. BLUMENSCHNEIN, Fernando Naves. *Uma análise da proteção efetiva na agricultura do estado de São Paulo*. v.14, n.2, p.297-314, maio/ago. 1984.

O modelo de substituição de importações adotado pelo Brasil até meados da década de 60 e o posterior modelo exportador privilegiaram o setor industrial, taxando duplamente a agricultura, no estabelecimento de preços baixos para produtos exportáveis e no alto custo de insumos agrícolas modernos. Este fato acarretou desdobramentos negativos para o crescimento, capitalização e modernização agrícolas e o abastecimento do mercado interno. Na análise destas questões, faz-se referência aos aspectos relativos à pequena ênfase na geração de tecnologia agrícola pelo setor público e às estruturas de mercado agrícola e industrial. <Agricultura, Setor Industrial, Política Econômica, Protecionismo, São Paulo>

65. BONELLI, Regis. *Além do ajuste: uma nota sobre dilemas e limitações da industrialização brasileira na segunda metade dos anos 80*. v.15, n.3, p.405-426, set./dez. 1985.

Avaliação das perspectivas de médio prazo da economia brasileira, tendo como pano de fundo o esforço de ajustamento implementado entre 1981-84. Analisa-se a evolução da economia brasileira no período 1975-84, com especial ênfase no desempenho do setor industrial. As fontes de demanda para este setor foram decompostas em termos de variação da demanda interna, expansão das exportações e substituição de importações, sendo realizados exercícios de simulação que estimam o impacto das exportações sobre o crescimento da economia brasileira. Sugere-se que não parece razoável supor que o setor exportador possa vir a se constituir na mola mestra de um crescimento econômico auto-sustentável para o Brasil nos próximos anos. <Ajustamento Econômico, Setor Industrial, Recessão, Exportações, Estimação>

66. BONELLI, Regis & GUIMARÃES, Eduardo Augusto A. *Taxas de lucro de setores industriais no Brasil: uma nota sobre sua evolução no período 1973-79*. v.11, n.3, p.93-114, set./dez. 1981.

Análise intersetorial das taxas de lucro e seus determinantes, entre 1973-79, destacando as diferenças que se observam ao longo do tempo e examinando a evolução da rentabilidade segundo 47 setores industriais, com dados retirados da publicação *Quem é Quem na Economia Brasileira*. A média das taxas de lucro é crescente entre 1973-76 e

decrecente até o fim do período, acompanhando a recessão econômica.
<Organização Industrial, Lucro, Rentabilidade, Setor Industrial>

67. BRAGA, Carlos Alberto Primo. *A oferta de exportações de produtos siderúrgicos brasileiros: um estudo de caso*. v.16, n.esp., p.69-81, 1986.

A crescente inserção de empresas brasileiras no comércio siderúrgico internacional é explicada, pelos países desenvolvidos, por subsídios à produção e exportação; do ponto de vista brasileiro, este dinamismo reflete a competitividade de uma indústria que foi capaz de se localizar na fronteira tecnológica do setor. Analisam-se os fatores determinantes da oferta de exportação de laminados planos a partir da perspectiva de uma das maiores usinas siderúrgicas do país, não nomeada no artigo. Os resultados obtidos, com base em análises de regressão de séries de dados anuais e mensais, sugerem que as condições do mercado doméstico são o principal fator a influenciar as exportações. Fica também evidente que, muito embora preços relativos sejam importantes no longo prazo, não é possível explicar o desempenho desta empresa no mercado internacional com base apenas nos subsídios à exportação. <Exportações, Indústria Siderúrgica, Preços, Análise de Regressão, Oferta>

68. BRAGA, Helson C. & GUIMARÃES, Edson P. *A proteção efetiva proporcionada à indústria brasileira pelos custos de transporte e pelas tarifas*. v.12, n.3, p.113-123, dez. 1982.

Estima-se a proteção efetiva de que dispõe a indústria brasileira e que está implícita no custo de transporte, comparada à proteção da tarifa aduaneira. Os resultados mostram que a proteção do custo de transporte não é trivialmente pequena, embora tenha representado apenas 8% da proteção total, em dados de 1978. Essa participação relativa revelou-se inferior às obtidas para outros países, em razão da elevada proteção tarifária no Brasil. <Transportes, Custo Social, Protecionismo, Setor Industrial, Tarifas>

69. BRITO, Fausto Alves de & MERRICK, Thomas. *Migração, absorção de mão-de-obra e distribuição de renda*. v.4, n.1, p.75-122, jan./abr. 1974.

A partir de dados do censo demográfico de 1970, pretende-se descobrir qual o papel da migração no crescimento populacional de Belo Horizonte-MG, como a mão-de-obra é absorvida na economia da área metropolitana e se existiria um setor marginal em que permanecem

os que não conseguem um emprego "produtivo" Inicialmente, são feitas considerações sobre os modelos de absorção de mão-de-obra, como o de Todaro. Estuda-se a formação do setor urbano tradicional e se revê a literatura sobre o tema da marginalidade. A análise dos dados da distribuição de renda e das causas da desigualdade social leva à identificação de três níveis na estrutura ocupacional: setor tradicional, trabalhadores assalariados e burocratas. <Mercado de Trabalho, Migração Interna, Absorção de Mão-de-Obra, Distribuição de Renda, Belo Horizonte-MG>

70. BUENO, Newton. *Modernização agrícola, proporções econômicas e balanço de pagamentos em economias atrasadas: uma nota com o enfoque das equações marxistas de reprodução ampliada*. v.18, n.3, p.407-416, set./dez. 1988.

Mostra-se que o processo tradicional de modernização agrícola não produz um crescimento auto-sustentado do produto global em economias atrasadas. Essas economias apresentam caracteristicamente baixos níveis de renda nacional e produtividade do trabalho, aliados à dependência de insumos produtivos importados. Conclui-se que este processo produz desproporções na estrutura produtiva de economias atrasadas, as quais só podem ser sancionadas por déficits crescentes no balanço de pagamentos. Como a capacidade de financiar esses déficits é limitada, o processo de crescimento tende a sofrer solução de continuidade. O argumento é desenvolvido em bases exclusivamente teóricas, apoiadas nas equações marxistas de reprodução ampliada, posteriormente expandidas por Oskar Lange. <Modelos Econômicos, Mudança Tecnológica, Balanço de Pagamentos, Crescimento Econômico>

71. CACCIAMALI, Maria Cristina. *Setor informal e formas de participação na produção: o caso do município de São Paulo*. v.13, n.3, p.607-627, set./dez. 1983.

Em que proporções se estendem as situações precárias de trabalho e a baixa remuneração entre trabalhadores do setor informal e assalariados? Para responder a esta questão, expõe-se o conceito de setor informal que está sendo adotado e apresenta-se um conjunto de categorias analíticas, construído para refletir várias formas de participação dos indivíduos na produção e permitir comparações entre grupos de trabalhadores selecionados. Indicam-se, por fim, alguns resultados obtidos em pesquisa de campo realizada pela FIPE em São Paulo-SP em janeiro de 1980, envolvendo 804 domicílios. <Setor Informal, Trabalhadores Autônomos, Trabalhadores Assalariados, São Paulo-SP>

72. CACCIAMALI, Maria Cristina. *Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal*. v.19, n.esp., p.25-48, 1989.

O setor informal é definido, na maior parte da literatura brasileira, como a parte residual ao mercado de trabalho regulamentado. Contrariamente a este enfoque, defende-se aqui a importância de se estudar as formas de inserção da força de trabalho na produção e no mercado de uma forma desegregada, pois um fenômeno predominante no mercado de trabalho ao longo da década de 80, em todas as regiões do país, foi o crescimento do trabalho assalariado sem regulamentação. São analisadas a controvérsia recente sobre o conceito setor informal, as mudanças estruturais e o aumento do grau de invisibilidade do emprego no Brasil, por regiões, durante o período 1979-86. <Setor Informal, Segmentação do Mercado de Trabalho, Estrutura Ocupacional>

73. CAMPANÁRIO, Milton de Abreu. *Estrutura imperfeita de mercado: o caso do nióbio*. v.21, n.2, p.223-239, maio/ago. 1991.

Apreciação do comportamento do mercado mundial de nióbio, mineral estratégico com importante papel como aditivo na produção de aços de alta resistência e baixa liga. O Brasil desfruta de uma situação de quase-monopólio na oferta do produto (80% da produção global). Embora especialistas sugiram que os principais países consumidores devam adotar medidas preventivas contra possíveis distúrbios de oferta, resultantes de ações cartelizadas dos principais produtores, argumenta-se que estas ações seriam inoperantes no longo prazo e trariam benefícios muito reduzidos, no curto prazo. <Comércio Exterior, Oligopólio, Nióbio, Mineração, Oferta>

74. CAMPINO, Antonio Carlos Coelho; ALVES, Edgard Luiz G. & VIEIRA, José Luiz T. M. *Fatores sócio-econômicos associados à nutrição no município de São Paulo*. v.5, n.1, p.7-36, jan./abr. 1975.

Estudam-se os tipos e conseqüências de deficiências nutricionais no município de São Paulo, em termos de anemias e doenças. As disponibilidades e a adequação de nutrientes são pesquisadas, para duas classes de renda, a partir da POF/72. Indica-se que renda e educação são os principais determinantes de *status* nutricional. <Nutrição, Modelos Econômicos, Condições Sócio-Econômicas, São Paulo-SP>

75. CAMPINO, Antonio Carlos Coelho; CYRILLO, Denise Cavallini & CACCIAMALI, Maria Cristina. *Alimentação na empresa: impacto sobre as famílias dos trabalhadores*. v.14, n.1 p.107-117, jan./abr. 1984.

Cálculo do impacto da suplementação alimentar no trabalho sobre o estado alimentar das famílias, após a implementação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A hipótese que se procura testar relaciona-se à expectativa de que a alimentação recebida pelo chefe de família no local de trabalho garanta um estado nutricional melhor para sua família, que disporia de mais alimentos. Constata-se que existe uma maior disponibilidade de alimentos no domicílio dos trabalhadores participantes do PAT, mas com um efeito pouco favorável em relação à composição protéica dos alimentos. <Políticas Governamentais, Alimentos, Nutrição, Trabalhadores>

76. CAMPINO, Antonio Carlos Coelho; UEDA, Eurico & TORRES, Ivo. *Função de produção para o setor industrial brasileiro*. v.1, n.1, p.93-101, abr. 1970.

Discutem-se os resultados de estimação de uma função de produção para o setor industrial brasileiro através de análises *cross-section*, com dados para 1949 e 1959. As variáveis independentes foram o número de empregados e o capital aplicado, e a variável dependente o valor de transformação industrial. Houve uma mudança significativa nos retornos de escala, que se tornaram crescentes no período estudado. <Mudança Tecnológica, Fatores de Produção, Setor Industrial, Modelos Econométricos>

77. CANABRAVA, Alice Piffer. *A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818*. v.2, n.6, p.77-129, dez. 1972.

A partir do Inventário dos Bens Rústicos, cadastro das propriedades rurais efetuado em 1818, para São Paulo, estudam-se a repartição da terra e a concentração das propriedades por regiões da província, excluindo a área relativa ao Paraná. Destacam-se as áreas da periferia da Grande São Paulo, as regiões açucareira e de pecuária, o Vale do Paraíba e o litoral, analisando-se as propriedades singulares, plurais e conjuntas e apresentando tabelas com dados numéricos de área ocupada e número de proprietários de cada município. <História Econômica, Agricultura, Proprietários de Terra, São Paulo>

78. CANAVESE, Alfredo Juan. *Efeitos de um sistema generalizado de correção monetária sob dois tipos de inflação com moeda passiva*. v.8, n.1, p.93-108, jan./abr. 1978.

Investigam-se as conseqüências da imposição de um sistema de indexação generalizado a todo o sistema econômico quando se segue uma política monetária de moeda passiva. As hipóteses adotadas como causas de inflação são pressões estruturais e pressões pela distribuição de renda. A taxa de inflação tende ao infinito sob a primeira hipótese; o mesmo não ocorre sob a segunda. <Inflação, Correção Monetária, Distribuição de Renda, Moeda>

79. CANAVESE, Alfredo Juan. *A hipótese estrutural na teoria da inflação*. v.10, n.3, p.5-19, set./dez. 1980.

Demonstração de uma equivalência formal entre os modelos de inflação estrutural, construídos pelos estruturalistas latino-americanos na década de 60, e aqueles formalizados por estruturalistas europeus na década de 70. Caracteriza-se um processo de inflação estrutural para explicar uma das causas do aumento de preços nas economias de países em desenvolvimento, especialmente na América Latina, recordando que essas análises conservam completa vigência. Por fim, analisa-se a extensão da hipótese estrutural a economias dos países industrializados. Persio Arida, em comentário (v.11, n.1, p.107-109, 1981), concorda com a demonstração do comportamento explosivo da inflação, mas discorda da análise dos resultados. A similaridade do comportamento da inflação nos dois sistemas não demonstra que eles sejam formalmente iguais; na verdade, eles são interpretações diversas de um mesmo modelo formal. Em réplica, no mesmo número (p.111-113), o autor aceita este argumento. <Inflação, Teoria Econômica, Modelos Econômicos>

80. CANAVESE, Alfredo Juan. *A hipótese estrutural na teoria da inflação: algumas considerações sugeridas por um comentário*. v.11, n.1, p.111-113, jan./mar. 1981.

Veja o resumo deste artigo no número 79.

81. CANO, Wilson. *Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930)*. v.15, n.2, p.291-306, maio/ago. 1985.

Destacam-se as razões fundamentais pelas quais as principais regiões cafeeiras do Brasil (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo) tiveram distintas dinâmicas de crescimento e transformação sócio-econômica. As análises indicam que arcaicas relações sociais de produção, ausência de produção industrial ou mesmo o êxodo

rural impediram que os demais estados tivessem processos de desenvolvimento semelhantes ao de São Paulo. <História Econômica, Crescimento Econômico, Condições Sócio-Econômicas, Café>

82. CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravidão e dinâmica da população escrava nas Américas*. v.13, n.1, p.41-53, jan./abr. 1983.

As sociedades escravistas americanas podem ser explicadas a partir de um único modelo de escravismo colonial, pois possuem características básicas comuns. Embora mantendo-se no interior do mesmo modelo global, tais formações sociais apresentavam peculiaridades das quais decorreram variantes do próprio sistema. As variantes, aliadas a outros fatores não dependentes da estrutura econômico-social, foram de tal forma diferentes que serviram de base a dinâmicas demográficas divergentes. <Demografia Histórica, Escravidão, Estados Unidos, Caribe, América Latina>

83. CARDOSO, Eliana A. *Implicações de uma desvalorização cambial no Brasil*. v.11, n.2, p.143-154, abr./jun. 1981.

Discute-se o desequilíbrio externo brasileiro e a recente maxidesvalorização cambial ocorrida, indicando que o custo de uma desvalorização bem-sucedida é o de uma redução no salário real. O uso de um modelo confirma esta hipótese, mostrando que a desvalorização melhora o balanço de pagamentos no curto prazo, à custa de uma redução no salário real da mão-de-obra não qualificada, que substitui a qualificada. Na impossibilidade desta substituição, a desvalorização perde sua eficácia. Conclui-se que esta política não é a adequada ao Brasil, em termos de alterar os preços relativos, e que se for acompanhada por tentativas de recomposições salariais levará a uma aceleração inflacionária. <Inflação, Desvalorização Cambial, Comércio Exterior, Salários>

84. CARVALHO, Fernando J. Cardim de. *A não-neutralidade da moeda em economias monetárias de produção: a moeda nos modelos pós-keynesianos*. v.21, n.1, p.11-40, jan./abr. 1991.

Examina-se o papel da moeda na definição de uma economia monetária de produção, distinta, segundo Keynes, da economia cooperativa. Na economia monetária de produção a moeda não é neutra nem no curto nem no longo períodos, significando que fatores monetários afetam não apenas o nível de produto e emprego que uma economia atinge, como também a forma pela qual ela acumula riqueza. Os postulados definidos-

res deste tipo de economia são apresentados e as formas pelas quais a moeda é criada e se insere no sistema econômico são exploradas, particularmente no que se refere à questão da endogeneidade da moeda. <Modelos Econômicos, Moeda, Teoria Econômica, Keynes>

85. CARVALHO, José Alberto Magno de & WOOD, Charles Howard. *Renda e concentração da mortalidade no Brasil*. v.7, n.1, p.107-130, jan./abr. 1977.

Com base em tabulações especiais do censo de 1970, estima-se o número médio de anos de vida, previstos ao nascer, relativos às dez regiões do Brasil indicadas pelo IBGE, por renda familiar e por lugar de residência. Após comparações das tendências de mortalidade ao longo do tempo, revela-se que as desigualdades regionais se acentuaram entre 1930-40 e 1940-50, declinando na última década. Os níveis de expectativa de vida média das famílias de alta renda excedem, de maneira consistente, aos das famílias pobres, com diferenças de até 24 anos entre os grupos. As áreas urbanas, em todas as regiões, oferecem maior probabilidade de vida mais longa do que as rurais, para os mais ricos. Estas constatações refletem diferenças significativas das condições gerais de vida entre os subgrupos populacionais brasileiros. <Distribuição de Renda, Demografia Econômica, Mortalidade>

86. CARVALHO, José Alberto Magno de & WOOD, Charles Howard. *Crescimento populacional e distribuição da renda familiar: o caso brasileiro*. v.11, n.3, p.5-25, set./dez. 1981.

A partir da constatação de que o processo de crescimento econômico tem sido acompanhado, nos países em desenvolvimento, por um aumento nas desigualdades de renda, analisa-se até que ponto os níveis de fecundidade e mortalidade de determinados estratos sócio-econômicos dão origem a diferentes taxas de crescimento natural e quais seriam suas implicações em relação à distribuição de renda. Utilizando as tabulações especiais do Censo de 1970 para estimar as taxas de fecundidade e mortalidade por nível de renda familiar, fazem-se projeções populacionais para o ano 2000, que indicam que a população pobre crescerá bem mais rápido do que a rica. As simulações de mobilidade social ascendente e de queda na fecundidade e mortalidade não alteram esta conclusão. Evidencia-se que as taxas diferenciais de crescimento natural por estratos econômicos contribuem para uma maior concentração de renda no final do século. <Distribuição de Renda, Crescimento Populacional, Projeção Econômica>

87. CARVALHO, José L. *Análise de séries de tempo e modelos de formação de expectativas*. v.3, n.3, p.116-138, set./dez. 1973.

Descrição de três modelos de formação de expectativas (teia-de-aranha, extrapolativo e adaptativo) e do modelo de formação racional de expectativas de Murth. Constrói-se um modelo que estime expectativas quase-rationais, com o uso de técnicas de análise de séries de tempo. <Modelos Econométricos, Teoria Econômica, Estimação>

88. CARVALHO, Marcus J. M. de. *"Quem furta mais e esconde": o roubo de escravos em Pernambuco, 1832-1855*. v.17, n.esp., p.89-110, 1987.

O estudo de registros policiais e casos em tribunais mostra que os roubos de escravos em Pernambuco foram freqüentes. O maior número destes crimes ocorreu na década de 1840, época de declínio do tráfico de escravos para esta província. Em geral, roubavam-se escravos em Recife para vendê-los nos engenhos. Entretanto, os senhores de engenho também compravam escravos roubados de outros engenhos e, em alguns casos, participavam dos roubos. Apesar de sua condição legal igualá-los a um bem móvel, os escravos raramente se mantinham como objetos passivos nestes crimes. Somente sua conivência podia assegurar o êxito da ação, possuindo assim um poder de barganha que podiam utilizar para melhorar sua posição no regime escravista. <Demografia Histórica, Escravidão, Pernambuco>

89. CARVALHO FILHO, José Juliano de. *Análise dos instrumentos da política cafeeira do Brasil 1961/1971*. v.3, n.2, p.31-84, ago. 1973.

Critica-se a ação das autoridades governamentais, relativamente à política cafeeira no período 1961-71, evidenciando a situação da época e as restrições a esta ação advindas de outros setores e do comércio internacional. Estudam-se o Plano de Safra, a Conta do Café e os instrumentos do sistema de preços, de comercialização externa e de controle da oferta a longo prazo. <Política Agrícola, Café, Exportações>

90. CASTELLO BRANCO, Marta. *Diferencial de juros e movimentos internacionais de capital: o caso brasileiro, 1973-1979*. v.12, n.3, p.41-50, dez. 1982.

O endividamento externo de responsabilidade do setor público cresceu continuamente na década de 70. Testa-se a hipótese da significância da elasticidade-juros da entrada de capitais, comparando-se os

empréstimos dos setores privado e público, entre 1973-79. O diferencial de juros é significativo para empréstimos realizados através da Resolução nº 63, onde predomina o setor privado, mas não significativo para empréstimos através da Lei nº 4131, onde é dominante a presença do setor público. <Dívida Externa, Taxa de Juros, Setor Público, Setor Privado>

91. CASTRO, Antonio Barros de. *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil: um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores*. v.7, n.1, p.177-220, jan./abr. 1977.

Descrição do engenho de açúcar, de seus custos de produção e da organização neles do trabalho de livres e escravos. Discute-se a questão do trabalho escravo africano e as razões de sua utilização. Caracteriza-se este trabalho nas diferentes etapas de produção, comparando-o ao trabalho indígena. Analisa-se como opera o mercado de cativos, como se determina o preço destes e o comportamento dos senhores de engenho e mercadores de escravos. <História Econômica, Escravidão, Preços, Mercado de Trabalho, Açúcar>

92. CASTRO, Claudio de Moura. *Educação e renda: quando tudo mais não permanece constante*. v.4, n.1, p.123-142, jan./abr. 1974.

Examinam-se de modo teórico, a partir de modelos numéricos simples, as possíveis formas de associação entre educação, desempenho e os fatores que usualmente são excluídos. <Educação, Modelos Estatísticos>

93. CASTRO, Claudio de Moura. *Alfabetização funcional e desenvolvimento econômico*. v.7, n.1, p.35-52, jan./abr. 1977.

Especulações sobre os efeitos de alguns anos de educação primária sobre a produtividade do operário industrial. Descrevem-se uma tipologia do mundo do trabalho e do que se ensina na escola, e são feitas generalizações, de forma qualitativa, em relação à importância da alfabetização funcional. <Recursos Humanos, Educação, Mercado de Trabalho, Desenvolvimento Econômico>

94. CAVALCANTI, Clóvis. *Emprego, produção e renda no setor informal urbano do Nordeste: o caso de Salvador, Bahia*. v.11, n.1, p.93-105, jan./mar. 1981.

Faz-se um retrato da população ligada ao setor informal em Salvador-BA, a partir de pesquisa de campo realizada em 1978. Caracteri-

zam-se o sistema de microunidades de produção e o mercado consumidor de produtos informais. Por fim, discute-se qual a política a ser adotada para este setor. <Estrutura Ocupacional, Distribuição de Renda, Setor Informal, Política Econômica, Salvador-BA>

95. CHAHAD, José Paulo Zeetano. *Oferta de trabalho e composição ocupacional*. v.12, n.2, p.31-50, ago./nov. 1982.

Levanta-se a hipótese de que, de modo diverso do que propaga a teoria tradicional, o resultado obtido nas estimações dos modelos de oferta de trabalho reflete, possivelmente, uma estrutura ocupacional definida, podendo caracterizar bolsões de ocupações ao longo da curva estimada. Ou seja, quando da estimação dos modelos de oferta, está se atribuindo caráter aleatório a uma variável não aleatória. Nesse sentido, a interpretação dos resultados em termos de dicotomia renda/lazer fica prejudicada. Desenvolve-se metodologia baseada na análise de regressão para avaliar, simultaneamente, a relação salário, horas trabalhadas e ocupação. Conclui-se que é válida a suposição de que a estimação da curva de oferta reflete a estrutura ocupacional, antes de demonstrar ser a oferta fruto de escolha entre renda e lazer. <Estrutura Ocupacional, Modelos Econômicos, Oferta de Mão-de-Obra, Mercado de Trabalho, Análise de Regressão>

96. CHAHAD, José Paulo Zeetano. *O impacto do seguro-desemprego na economia brasileira*. v.16, n.esp., p.83-102, 1986.

Apresentam-se os aspectos teóricos e empíricos referentes à introdução do seguro-desemprego no Brasil. Em particular, discutem-se os impactos no mercado de trabalho, enfatizando seus possíveis efeitos sobre a demanda e a oferta de trabalho. Ao final, são realizadas algumas estimativas de custo, calculando-se o poder de manutenção do emprego decorrente do pagamento de benefícios aos desempregados, pois tal pagamento significa que a demanda agregada cai menos que a renda do fator trabalho. <Seguro-Desemprego, Mercado de Trabalho, Custos, Matriz de Insumo-Produto>

97. CHAHAD, José Paulo Zeetano. *Os custos e o financiamento do programa brasileiro de seguro-desemprego*. v.19, n.1, p.75-107, jan./abr. 1989.

Estimativa de custos e proposta para o financiamento do programa de seguro-desemprego, baseadas na aplicação e/ou modificação dos principais parâmetros do programa já existente. Indica-se a necessidade de que os custos devam ser observados sob uma perspectiva de ciclo econômico. No caso do financiamento, propõe-se a utilização dos fundos patrimoniais como origem dos recursos, o que é previsto inclusive na nova

Constituição. <Seguro-Desemprego, Custo Social, Financiamento, Desemprego>

98. CHERNICHOVSKY, Dov. *Alguns aspectos sócio-econômicos do comportamento da fertilidade no Nordeste brasileiro: uma nota.* v.9, n.1, p.79-92, jan./abr. 1979.

Breve análise sobre as interações entre as condições econômicas e o crescimento populacional do Nordeste, enfocando os fatores sócio-econômicos correlatos ao comportamento da fertilidade no nível familiar. As variáveis selecionadas como representativas destes fatores são: ocupação das crianças, educação do marido e da mulher, área de terra cultivada e possuída, tipo de domicílio, idade da mulher no primeiro casamento e o número de partos e crianças mortas. Os resultados, baseados numa amostra de 162 domicílios de três pequenos municípios, confirmam o papel destes fatores na história de altas taxas de natalidade e de mortalidade no Nordeste. <Demografia Econômica, Crescimento Populacional, Condições Sócio-Econômicas, Fecundidade, Nordeste>

99. CHISARI, Omar O. *Monopsônio, desemprego involuntário e os efeitos indeterminados do salário mínimo.* v.14, n.1, p.163-175, jan./abr. 1984.

Retoma-se a teoria do monopsônio por meio da construção de um modelo de monopsônio e desemprego involuntário, estudando-se as conseqüências da introdução de um salário mínimo obrigatório (igual ao que prevaleceria em concorrência perfeita). Comprova-se que o nível de desemprego ótimo para um monopsônio não é necessariamente nulo; pelo contrário, se a função oferta de trabalho for sensível às mudanças, na incerteza quanto aos postos de trabalho, o desemprego será positivo. <Modelos Econométricos, Construção de Modelos, Monopsônio, Salário Mínimo, Desemprego>

100. CLINE, William R. *Prognóstico dos efeitos de uma reforma agrária na produção agropecuária: o caso brasileiro.* v.1, n.2, p.23-42, [out.] 1970.

São realizadas simulações para se averiguar quais os efeitos resultantes da aplicação do Estatuto da Terra, a lei de reforma agrária baixada em 1964. Como conclusão, indica-se que uma redistribuição de terras e propriedades agrícolas no Brasil aumentaria, ao invés de reduzir, a produção agropecuária. <Produção Agrícola, Reforma Agrária, Estimação>

101. COELHO, Carlos Nayro de Azevedo & TIMM, Sandra Coelho de Souza. *Alguns aspectos do EGF como instrumento operacional da política de preços mínimos*. v.13, n.3, p.561-583, set./dez. 1983.

Ao contrário do que se afirma, os Empréstimos do Governo Federal (EGF) não mudam a posição de barganha do produtor. O único mecanismo não-estrutural capaz de mudar esta posição é o preço mínimo em si. O EGF deve ser visto como um serviço de estocagem que aumenta a eficiência das atividades comerciais do produtor. Assim, analisam-se as modificações que vêm ocorrendo na linha operacional do EGF, apresentando-se os aspectos relativos à participação de produtores no programa. Indicam-se algumas evidências empíricas sobre o comportamento de preços e margens de comercialização, envolvendo os produtos importantes em termos de volume de EGF a não-produtores, que fornecem indicações sobre a transferência de benefícios e a atuação de oligopsônios na formação de preços em nível do produtor. <Política Agrícola, Produção Agrícola, Preços, Crédito Rural, Oligopsônio>

102. COLOMBINO, Ugo. *Uma investigação econométrica das condições das crianças na Itália*. v.14, n.esp., p.595-618, 1984.

Análise do agravamento das condições econômicas e da perspectiva de políticas sociais ainda mais restritivas sobre as condições de vida das crianças na Itália. Especifica-se um modelo causal, ligando estas condições a uma série de variáveis, como educação ou emprego dos pais. O efeito destas variáveis foi estimado a partir de uma combinação de dados *cross-section* com dados temporais para mortalidade infantil, abandono escolar e outros, além de dados coletados com base em uma pesquisa de orçamentos familiares de Turim, realizada em 1979. Os resultados indicam que as taxas de mortalidade, particularmente de recém-nascidos, são sensíveis às condições e flutuações econômicas; constata-se que o nível de emprego das mães tem forte efeito sobre a condição psico-social da criança. <Crianças, Condições Sócio-Econômicas, Saúde, Modelos Econométricos, Itália>

103. CONTADOR, Cláudio R. *Trigo nacional: o custo social da auto-suficiência*. v.4, n.3, p.53-83, set./dez. 1974.

Análise dos custos e benefícios sociais da política de redução da dependência do trigo importado. As simulações, realizadas a partir de modelo estático da teoria do bem-estar, indicam que o excesso do custo social seria superior a 40%, em condições bastante otimistas, atingindo

600% em condições desfavoráveis extremas, com valores médios em torno de 100%. Através da importação de insumos modernos, o custo poderia declinar para 50%, em média. <Produção Agrícola, Custo Social, Trigo, Estimação>

104. CONTADOR, Cláudio R. *Tecnologia agrícola em equilíbrio: otimização privada versus otimização social*. v.5, n.1, p.65-100, jan./abr. 1975.

Discute-se quais as condições necessárias para que as decisões privadas de adoção tecnológica e alocação de fatores correspondam ao que seria socialmente desejável, bem como as conseqüências das distorções na composição tecnológica e os custos e benefícios sociais de variações na oferta e consumo de produtos. Um modelo estático e outro dinâmico são utilizados para se medir o confronto da tecnologia ótima entre as decisões individuais e as necessidades da sociedade. Aponta-se a adoção de novas tecnologias como o fator que permitirá os maiores aumentos na produção agrícola. <Agricultura, Mudança Tecnológica, Modelos Econométricos, Análise de Custo-Benefício>

105. CORDEN, W. Max. *Proteção, liberalização e política macroeconômica*. v.19, n.1, p.5-24, jan./abr. 1989.

Determina-se qual seria o papel da proteção quando um país tem problemas na conta corrente. Considera-se, em seguida, os aspectos macroeconômicos da liberalização comercial e suas relações com a política de taxa de câmbio e mercado livre de capitais. Finalmente, é discutido se a proteção em países industrializados justifica uma proteção em países em desenvolvimento. <Política Comercial, Exportações, Taxa de Câmbio, Protecionismo, Países Desenvolvidos>

106. CORNIA, Giovanni Andrea. *Sumário e interpretação da evidência [do Seminário sobre Crianças e Crise Econômica]*. v.14, n.esp., p.619-634, 1984.

Indica-se que a pobreza, a alta mortalidade infantil e a má nutrição resultam, em toda parte, de causas estruturais e não cíclicas, de modo que o progresso do bem-estar humano depende mais do padrão do que da taxa de crescimento econômico. Fatores internos como distribuição desigual de terra ou renda, má gestão das finanças públicas e marginalização sócio-cultural de grandes parcelas da população, por motivos religiosos, étnicos ou sociais, tiveram muitas vezes influência maior nos padrões de vida do que o crescimento econômico. Para a infância, o término de uma fase ruim do ciclo pode não ser em si

mesmo uma solução para seus problemas, ou seja, a simples retomada do desenvolvimento não é suficiente. Discutem-se os fatores que influenciam o bem-estar da criança e as limitações de dados para medir os efeitos sociais da recessão, a partir dos casos estudados. As evidências sobre alterações no bem-estar são apresentadas com base em quatro indicadores, que medem os recursos e bens sociais disponíveis e o abandono de crianças, entre outros aspectos. O declínio nos recursos para as crianças é geral, inconfundível e, em certos casos, extremamente severo. <Crianças, Jovens, Condições Sócio-Econômicas, Bem-Estar Social, Pobreza>

107. COSTA, Iraci del Nero da. *Algumas características dos proprietários de escravos de Vila Rica*. v.11, n.3, p.151-157, set./dez. 1981.

Investigam-se as características demográficas dos proprietários de escravos, tanto livres como forros, a partir das análises dos dados de óbitos da freguesia de Antonio Dias. O uso de informações de diversos momentos da história da freguesia, de 1743-45 a 1809-11, permite traçar as tendências mais evidentes do evoluir sócio-econômico da antiga cidade de Vila Rica (Ouro Preto-MG). <Demografia Histórica, Escravidão, Proprietários de Escravos, População Livre, Ouro Preto-MG>

108. COSTA, Iraci del Nero da. *Contribuições metodológicas à demografia histórica brasileira*. v.21, n.1, p.137-142, jan./abr. 1991.

Pequena revisão bibliográfica ressaltando os principais contributos metodológicos relativos à demografia histórica, de autores nacionais ou que escreveram sobre o Brasil, nos últimos vinte anos. <Demografia Histórica, Metodologia>

109. COSTA, Iraci del Nero da. *Revisitando o domicílio complexo*. v.21, n.3, p.401-407, set./dez. 1991.

Exame sobre o domicílio complexo (que reunia parentes e/ou núcleos familiares secundários ao núcleo familiar básico), para distintas estruturas demográficas e econômicas de Minas Gerais. Indicam-se os proprietários e não-proprietários de escravos, considerando-se, para os primeiros, o tamanho dos plantéis de cativos. Conclui-se que este tipo de domicílio difundia-se por todo o corpo social, não se definindo como característico das elites possuidoras de muitos escravos. <Demografia Histórica, Domicílios, Famílias, Ouro Preto-MG>

110. COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki. *Economia colonial brasileira: classificação das ocupações segundo ramos e setores*. v.17, n.1, p.69-87, jan./abr. 1987.

Pretende-se definir uma classificação das ocupações econômicas desenvolvidas no Brasil colonial. Deste ponto de vista, o termo economia colonial representa a estrutura vigente na época e nas décadas posteriores, ultrapassando o marco político da independência. A clássica divisão de Colin Clark em setores primário, secundário e terciário não se mostra conveniente ao estudo do nosso passado, pois tende a reduzir as diferenças existentes entre as várias "economias" brasileiras, impedindo a análise de sua evolução. Apresenta-se uma categorização sócio-profissional estruturada em três níveis crescentes de agregação de dados: ocupação, ramo de atividade e setor econômico. <História Econômica, Mercado de Trabalho, Estrutura Ocupacional, Metodologia>

111. COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki. *Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX*. v.19, n.2, p.319-345, maio/ago. 1989.

A partir das listas nominativas de habitantes de quatro das oito Companhias de Ordenanças de Lorena-SP, em 1801, examinam-se alguns elementos básicos da estrutura de posse de escravos, relacionadas às características demográficas destes e de seus proprietários. Considerou-se o conjunto de escravos pertencentes ao mesmo proprietário, e quase todas as variáveis demográficas selecionadas (sexo, cor, faixas etárias, origem, estado conjugal, atividade econômica e condição de legitimidade das crianças escravas) apresentaram algum tipo de relação com o tamanho dos plantéis. Repete-se, para Lorena, a estrutura verificada em outras áreas do Brasil: significativa presença de mulheres entre os escravistas; alta participação relativa dos proprietários com pequeno número de cativos; e expressivo peso relativo dos escravos possuídos pelos proprietários de porte médio ou grande. <Demografia Histórica, Escravidão, Proprietários de Escravos, Posse de Escravos, Lorena-SP>

112. COSTA, Iraci del Nero da; NOZOE, Nelson Hideiki & PORTO, Cornélia Nogueira. *Estrutura das famílias e dos domicílios no Brasil: mudanças quantitativas e linhas de convergência*. v.17, n.3, p.367-403, set./dez. 1987

Descrição da estrutura dos domicílios rurais, a partir do número médio de pessoas por domicílio, e da estrutura das famílias, conside-

rando-se o número médio de filhos por família e a posição das pessoas na mesma. Estes dados, retirados das PNADs realizadas entre 1978-84, são comparados aos dos domicílios nas áreas urbanas em cada uma das sete regiões e no Brasil como um todo, indicando-se também o sexo dos componentes das famílias. Conclui-se que existe uma tendência à uniformização na estrutura dos domicílios rurais e urbanos e que ambos têm diminuído de tamanho. <Demografia Econômica, Famílias, Domicílios, Setor Urbano, Setor Rural>

113. COSTA, Iraci del Nero da; SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. *A família escrava em Lorena (1801)*. v.17, n.2, p.245-295, maio/ago. 1987.

Analisam-se as listas nominativas de quatro das oito Companhias de Ordenanças de Lorena-SP, em 1801. Estudam-se as características básicas dos escravos (estado conjugal, idade, sexo etc.), destacando-se a existência de relações familiares entre 53% da massa escrava. Indica-se o predomínio das famílias regularmente constituídas, com uma maior concentração nos grandes plantéis. Estudam-se também a legitimidade das crianças com 14 ou menos anos e a condição das mães (casadas, viúvas ou solteiras), segundo a origem e a cor e por faixas etárias. <Demografia Histórica, Escravidão, Famílias Escravas, Casamento, Lorena-SP>

114. COSTA, Ramonaval Augusto. *Bem-estar e indicadores de desigualdade*. v.6, n.2, p.1-12, maio/ago. 1976.

Breve análise de alguns índices de desigualdade de renda, em particular do Índice de Gini, e as vantagens e desvantagens destes em relação à mensuração do bem-estar social. <Bem-Estar Social, Distribuição de Renda, Índice de Concentração>

115. COSTA, Ramonaval Augusto. *Algumas medidas de concentração e desigualdade e suas aplicações*. v.9, n.1, p.49-77, jan./abr. 1979.

Discussão metodológica sobre a utilização de medidas de concentração e desigualdade (razão de concentração de Gini, curva de Lorenz e Índice de Theil) para aplicações como a desigualdade dos anos de estudo ou a concentração de propriedade da terra, além do cálculo de distribuição de renda. Faz-se uma descrição detalhada da forma de utilização de cada medida e apresentam-se alguns resultados práticos, com dados para 1970, no Brasil. <Distribuição de Renda, Construção de Índices, Índice de Concentração, Metodologia>

116. COSTA, Ramonaval Augusto. *Considerações sobre os usos de uma matriz de fluxos de fundos*. v.10, n.1, p.7-27, jan./abr. 1980.

Apresenta-se o mecanismo de uma matriz de fluxo de fundos, procurando ressaltar seus aspectos mais gerais e peculiares. São indicados alguns usos analíticos, os quais exigem o conhecimento de técnicas estatística e econométrica e de teoria econômica. <Modelos Econométricos, Matriz de Fluxos de Fundos>

117. CRUZ, Hélio Nogueira da. *Notas sobre a mudança tecnológica no setor de máquinas ferramentas no Brasil*. v.13, n.3, p.497-518, set./dez. 1983.

Busca-se consolidar informações geradas por cinco estudos de caso feitos com empresas do setor de máquinas ferramentas do Brasil, a partir de uma abordagem teórica desenvolvida por Arrow, Nelson, Rosenberg e Katz. Estes autores supõem que o processo de mudança tecnológica requer um longo período de aprendizagem, no qual quase sempre ocorrem pequenas inovações de produto e processo. As empresas estudadas são as maiores unidades produtivas do país e se destacam pelo pioneirismo tecnológico, encontrando-se elementos que permitiram modificar a história econômica do setor tal como tem sido apresentada por outros autores. <Mudança Tecnológica, Máquinas Ferramentas, História Econômica>

118. CRUZ, Hélio Nogueira da. *Evolução tecnológica no setor de máquinas de processar cereais: um estudo de caso*. v.15, n.1, p.69-107, jan./abr. 1985.

Análise histórico-econômica de uma firma produtora de máquinas para processar cereais, entre 1926-80. Detalha a substancial mudança tecnológica de processo e produto ocorrida no período, acompanhando a transformação de uma pequena oficina em uma unidade com mais de 500 funcionários. Esta mudança caracterizou-se por pequenos avanços graduais, freqüentemente gerados pela própria firma, capacitando-a a dominar tecnologias cada vez mais sofisticadas, próximas da fronteira tecnológica internacional. Neste período, aumentou a produtividade da mão-de-obra, refletindo um longo processo de aprendizagem. <Mudança Tecnológica, História Econômica, Setor Industrial>

119. CRUZ, Hélio Nogueira da. *Observações sobre a mudança tecnológica em Schumpeter*. v.18, n.3, p.433-448, set./dez. 1988.

Apresenta-se a visão schumpeteriana do processo econômico, que destaca o papel das inovações como elemento crucial da dinâmica capitalista. Entre os vários temas abordados, explora-se principalmente

a natureza da mudança tecnológica e as características da competição schumpeteriana e da destruição criadora. Compara-se, por fim, a abordagem de Schumpeter com as teorias marxistas e neoclássicas. <Teoria Econômica, Mudança Tecnológica, Schumpeter>

120. CRUZ, Hélio Nogueira da & SILVA, Marcos Eugênio da. *A situação do setor de bens de capital e suas perspectivas*. v.21, n.3, p.319-350, set./dez. 1991.

Cálculo da capacitação tecnológica e econômica da indústria brasileira de bens de capital, a partir de dois indicadores (de sofisticação tecnológica e de dificuldades para o avanço tecnológico) construídos com base em pesquisa realizada pela Abimaq/Sindimaq em 1989, em 344 empresas do setor. Os resultados indicam que o setor se coloca numa posição intermediária quanto à sua capacitação, nem malpreparado e nem à vontade num ambiente competitivo mais forte, determinado pelo processo de abertura da economia prevista na nova política industrial. Os gargalos fundamentais são mais econômicos que tecnológicos, sendo crucial a questão do financiamento tanto da oferta quanto da demanda por bens de capital. <Mudança Tecnológica, Capacitação Técnica, Bens de Capital, Política Industrial>

121. CRUZ, Hélio Nogueira da & TAVARES, Martus A. R. *As patentes brasileiras de 1830 a 1891*. v.16, n.2, p.205-225, maio/ago. 1986.

Sistematização dos dados de registro de patentes no Brasil, no período 1830-91, procurando mostrar que existe estreita relação entre as patentes registradas e a estrutura produtiva prevalecente. Ao mesmo tempo, sugere-se uma relação entre o número e a diversificação das patentes e o desenvolvimento científico-tecnológico do país e, em alguns casos, do exterior, em face da internacionalização do sistema de patentes do Brasil. Uma revisão da literatura sobre o tema é seguida de um breve resumo da evolução da legislação sobre patenteamento no período analisado, no Brasil e no exterior. <História Econômica, Patentes, Mudança Tecnológica, Desenvolvimento Científico>

122. CRUZ, Robert D. & WILLUMSEN, Maria José Fernandes. *Efeitos macroeconômicos de políticas fiscal e de salário*. v.20, n.2, p.231-254, maio/ago. 1990.

Modelo de equilíbrio geral computável, usado para simular o impacto de aumento de salários monetários e despesas públicas sobre a distribuição de renda. Apesar do modelo empírico ser altamente agrega-

do, uma relativa desagregação do setor produtivo e das famílias é apresentado, para ilustrar atributos estruturais importantes desta economia em desenvolvimento. Os resultados mostram que aumentos nas despesas do governo e aumentos seletivos (por classes sociais) na taxa de salários são consistentes com o crescimento econômico, embora gerem um impacto negativo sobre a distribuição de renda. Aumentos nominais a todas as classes são inconsistentes com o crescimento e resultam também em deterioração na distribuição de renda. Somente estratégias de distribuição de renda através do governo ou dentro de classes sociais são capazes de, ao mesmo tempo, estimular o crescimento econômico e promover uma melhoria na distribuição de renda. <Desenvolvimento Econômico, Modelos Econômicos, Distribuição de Renda, Política Fiscal, Política Salarial>

123. CUNHA, Paulo Vieira da. *Métodos estatísticos na análise de mudanças ocupacionais*. v.12, n.1, p.95-125, jan./abr. 1982.

Com base em uma extensa revisão da literatura, desenvolve-se um modelo loglinear aplicado à análise da mobilidade ocupacional, a partir de tabelas de contingência multidimensionais. Discute-se o tratamento dado à variável tempo. A aplicação do modelo é realizada com os dados sobre a mobilidade ocupacional na cidade de Monterrey, EUA, entre 1945-65. <Modelos Estatísticos, Estrutura Ocupacional, Mobilidade, Teoria Econômica, Estados Unidos>

124. DALL'ACQUA, Fernando Maida & BLUMENSCHNEIN, Fernando Naves. *Agricultura, liquidez e recessão*. v.15, n.1, p.5-24, jan./abr. 1985.

Análise das reações do setor agrícola às mudanças no capital de giro disponível para financiar a produção, usando-se um modelo que permite estudar a influência da poupança e do crédito nas decisões de plantio do proprietário rural. Estuda-se a relação entre agricultura e liquidez durante a recessão de 1981-83, mostrando uma contração na liquidez real agrícola que ajuda a explicar os resultados do setor depois de 1980. <Agricultura, Financiamento, Poupança, Recessão, Produção Agrícola>

125. DANTAS, Antonio. *Desempenho econômico e tecnológico das empresas brasileiras e multinacionais: 1970-1974*. v.7, n.2, p.73-88, maio/ago. 1977.

Mede-se o efeito do grau de propriedade, em termos de capital nacional ou estrangeiro, sobre o desempenho da firma. Quanto ao desempenho econômico, nenhuma diferença significativa foi encontrada; no entanto, em relação à tecnologia, as firmas brasileiras apresentam maior número de produtos novos, com maior número de firmas introdu-

zindo mudanças no processo de produção. <Organização Industrial, Mudança Tecnológica, Empresas Privadas, Multinacionais>

126. DE LA FUENTE GARCIA, Alejandro. *A alforria de escravos em Havana, 1601-1610: primeiras conclusões*. v.20, n.1, p.139-159, jan./abr. 1990.

Reconstituição das alforrias em Havana, a partir dos 82 únicos registros que constam dos Protocolos Notariales para os dez primeiros anos do século XVII. Foram estimadas as taxas brutas de manumissão segundo o sexo, cor, origem étnica e faixas etárias. As maiores taxas correspondem às escravas crioulas, as menores aos homens de origem africana. Uma análise comparativa do preço da alforria em face do preço do escravo transacionado no mercado indica que o primeiro era 65% superior. A compra da liberdade constituía, à semelhança de outras colônias do continente, a forma fundamental de manumissão. <Demografia Histórica, Escravidão, Preços, Alforria, Cuba>

127. DENSLOW, David. *As origens da desigualdade regional no Brasil*. v.3, n.1, p.65-88, abr. 1973.

Crítica ao argumento de Nathaniel Leff, segundo o qual o Nordeste ficaria bem melhor como uma unidade política separada, no século anterior à I Guerra Mundial. Para este autor, a origem da disparidade regional estaria na relativa apreciação do mil-réis a partir do sucesso da expansão cafeeira no Centro-Sul, em meados do século XIX. Discutem-se o aspecto cambial e a modernização das usinas de açúcar, concluindo-se que dificuldades derivadas da topografia do Nordeste, aumentando o custo do transporte, têm importância maior para explicar o declínio econômico desta região. <História Econômica, Economia Regional, Taxa de Câmbio, Industrialização, Nordeste>

128. DIAS, Adriano Batista. *Da demanda individual à demanda coletiva: uma solução geral para o problema de agregação de demandas individuais*. v.7, n.2, p.51-72, maio/ago. 1977.

Apresenta-se, após uma discussão teórica sobre o assunto, uma solução para o problema de agregação de demandas individuais, enfatizando o papel desempenhado pela distribuição pessoal da renda na determinação da demanda coletiva. <Teoria Econômica, Distribuição de Renda, Demanda>

129. DIAS, Guilherme Leite da Silva. *Notas sobre as estimativas do rebanho bovino*. v.2, n.4, p.129-141, [abr.] 1972.

Estudam-se as estimativas realizadas para o rebanho bovino brasileiro a partir de um modelo de simulação. Indica-se que as previsões do Escritório Técnico de Estatísticas Agropecuárias (ETEA) estão superestimando de muito o rebanho, que estaria mais próximo da tendência indicada pelos censos agrícolas de 1950-60. Pelo censo, o rebanho para 1970 atingiria cerca de 74 milhões de cabeças, enquanto a previsão do ETEA é de mais de 97,8 milhões. <Pecuária, Rebanho Bovino, Estimação>

130. DIAS, Guilherme Leite da Silva. *Avaliação do Serviço de Extensão Rural: considerações gerais sobre o impacto econômico da extensão rural*. v.4, n.3, p.7-52, set./dez. 1974.

O programa de ação do Sistema Brasileiro de Extensão Rural é bastante amplo, oferecendo treinamento técnico, crédito subsidiado, melhorias nas estratégias de comercialização de insumos e produtos e programas educacionais para as famílias dos produtores. Analisam-se os dados colhidos em 1686 questionários respondidos em 481 escritórios do sistema, em todo o país. São avaliados, especificamente, a rentabilidade dos produtores segundo os anos de assistência e os estágios de adoção de novas técnicas agropecuárias. <Pesquisa e Extensão Agrícolas, Mudança Tecnológica, Rentabilidade>

131. DIAS, Guilherme Leite da Silva & SOARES, Paulo T. P. L. *Crédito rural: uma nota adicional*. v.9, n.2, p.47-55, maio/ago. 1979.

A análise dos dados de empréstimos bancários ao setor agropecuário, entre 1968-77, indica que o crédito rural evoluiu de maneira consistente com o processo de especulação financeira em toda a economia, acompanhando o crescimento do total de empréstimos ao setor privado. Indica-se que a preocupação exagerada com o crédito rural subsidiado pode levar à tentativa de reduzir a expansão creditícia à custa apenas do setor rural, com repercussões sobre o crescimento do produto agrícola e sérios efeitos redistributivos. <Crédito Rural, Agropecuária, Financiamento, Setor Privado>

132. DIAS, Maria Odila da Silva. *Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho*. v.15, n.esp., p.89-109, 1985.

Faz-se uma reconstituição histórica do processo de formação das relações sociais de trabalho no setor urbano, a partir de dados sobre mulheres trabalhadoras da cidade de São Paulo, entre o começo

do século XIX e 1888. Estudam-se os usos e costumes de quitandeiras e vendedoras ambulantes, uma forma de transição entre a escravidão e o trabalho livre, e as tentativas de criar uma legislação para este tipo de comércio. <Demografia Histórica, Escravidão, Mulheres, Setor Urbano, São Paulo-SP>

133. DIAS, Simão Cirineu. *A programação monetária no Brasil*. v.18, n.2, p.257-304, maio/ago. 1988.

Apresentam-se as modificações ocorridas no modelo de programação monetária, devido à reforma bancária de janeiro de 1986. Discutem-se os aspectos que envolvem essa programação e o impacto monetário decorrente da necessidade de financiamento do setor público. O Banco do Brasil perdeu sua dupla função de autoridade monetária e banco comercial, permanecendo como agente do Tesouro Nacional, contudo sem o poder de emitir moeda, função exclusiva do Banco Central. A apresentação sintética, em forma de anexos, das operações do governo central, estaduais, municipais e empresas estatais mostra o inter-relacionamento dos diversos orçamentos públicos e as necessidades de financiamento do setor, atendidas, principalmente, pelo incremento da base monetária e da dívida pública federal interna. <Política Monetária, Financiamento, Dívida Pública, Base Monetária, Orçamento>

134. DIAZ ALEJANDRO, Carlos F. *Relações Norte-Sul: o componente econômico*. v.5, n.2, p.7-49, maio/ago. 1975.

Descrevem-se as relações econômicas entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos, focalizando-se algumas assimetrias fundamentais no funcionamento do sistema econômico internacional. Analisam-se o mercado mundial de bens e fatores, a ajuda internacional e a reforma monetária; por fim, indicam-se as tendências desejáveis nas relações Norte-Sul no futuro. <Comércio Exterior, Países Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento, Sistema Capitalista>

135. DUARTE, Adriano Romariz. *O custo da política de preços mínimos*. v.17, n.1, p.5-29, jan./abr. 1987.

Proposta e aplicação de uma nova metodologia para determinar o custo *ex ante* da política de preços mínimos no Brasil. A base teórica do modelo de avaliação decorre da constatação de que os preços mínimos podem ser interpretados como uma opção de venda com preço de exercício aleatório e igual ao valor da produção medida por estes preços. A análise empírica, concentrada em quatro produtos - soja, milho, algodão e trigo - indica que, de um modo geral, este sistema pode embutir subsí-

dios de forma significativa, que serão tanto maiores quanto mais cedo forem anunciados ao produtor, em relação à safra, e quanto mais elástica for a demanda do produto ao preço. <Produção Agrícola, Preços, Custo Social, Modelos Econométricos, Política Agrícola>

136. DUARTE, Renato. *Heterogeneidade no setor informal: um estudo de microunidades produtivas em Aracajú e Teresina*. v.19, n.esp., p.99-123, 1989.

Avaliação do setor informal a partir da ótica das microunidades de produção, sendo detalhadas as características desta forma de organização da produção entre e intra cinco setores econômicos: indústria, construção, transporte, comércio e serviços. A pesquisa demonstra que existe uma grande heterogeneidade no que se refere ao número médio de trabalhadores empregados, à jornada semanal de trabalho, à política de fixação de preços e ao faturamento médio mensal, entre outros pontos. Os resultados apontam a importância do setor informal como estratégia de sobrevivência em períodos de crise econômica; o tamanho médio da microunidade informal guarda proporcionalidade com o tamanho da economia urbana. <Setor Informal, Estrutura de Produção, Economia Urbana, Aracaju-SE, Teresina-PI>

137. DUBRA, Jesus Santos. *Análise empírica do endividamento externo brasileiro em moeda*. v.19, n.2, p.249-276, maio/ago. 1989.

Investigação sobre os determinantes da dívida externa e as relações existentes entre esta e a política monetária, com estimativas para o período de 1974-82, de forma global e desagregada entre setores público e privado, a partir de um modelo tipo *portfolio*. Constatou-se que a mobilidade de capitais foi menos que perfeita. Os fluxos de capitais neutralizaram apenas parcialmente a política monetária, dando margem à formulação de uma política relativamente independente. Verificou-se que o endividamento externo em moeda (total e em cada setor) mantém uma relação que é estatisticamente significativa com a taxa de juros interna e com o custo esperado das operações de crédito externo. Conclui-se que os estudos do mercado são relevantes nas decisões dos dois setores quanto às opções de empréstimo para o financiamento de suas atividades. <Dívida Externa, Modelos Econômicos, Capital Externo, Política Monetária, Portfolio>

138. DUTT, Amitava Krishna. *Os determinantes do crescimento de longo prazo nos modelos de Kaldor*. v.18, n.2, p.235-255, maio/ago. 1988.

Os modelos de crescimento de Kaldor são nekeynesianos porque incluem uma função de acumulação desejada, mas produzem um resultado neoclássico, a saber: a taxa de crescimento de longo prazo

depende das taxas de crescimento da oferta de mão-de-obra e da mudança tecnológica. Mostra-se que essa propriedade resulta de hipótese um tanto forçada de pleno emprego formulada por Kaldor. Constrói-se um modelo para demonstrar que, sem tal hipótese, surgem várias possibilidades, das quais apenas uma produz o resultado de Kaldor, as demais apresentando resultados não-neoclássicos. <Modelos Econômicos, Crescimento Econômico, Oferta de Mão-de-Obra, Mudança Tecnológica, Kaldor>

139. EISENBERG, Peter L. *A abolição da escravatura: o processo nas fazendas de açúcar em Pernambuco*. v.2, n.6, p.181-203, dez. 1972.

Discute-se o problema da mão-de-obra na região açucareira pernambucana durante o século XIX. Estimam-se os salários reais no período e se estabelece a variação da composição do trabalho e seu custo nas plantações. Conclui-se que a transição do trabalho escravo para o livre foi bem mais estável e suave do que se supunha. As possibilidades de substituição e os arranjos tipo parceria garantiram que continuasse baixo o custo do trabalho, não alterando o controle dos fazendeiros sobre a estrutura de produção. <História Econômica, Escravidão, Açúcar, Trabalhadores, Pernambuco>

140. EISENBERG, Peter L. *Escravo e proletário na história do Brasil*. v.13, n.1, p.55-69, jan./abr. 1983.

Tentativa de demonstrar a existência de vários elementos em comum entre o trabalho escravo e o assalariado. Tanto num como noutro dá-se a extração do sobretabalho do produtor direto. Desta forma, o escravo constituiria uma antecipação do moderno proletário, e como tal teria contribuído para a emergência do capitalismo. Por outro lado, não se pode afirmar, *a priori*, que o trabalho escravo tenha sido menos produtivo ou mais custoso do que o livre. <Demografia Histórica, Escravidão, Mercado de Trabalho>

141. EISENBERG, Peter L. *Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX*. v.17, n.2, p.175-216, maio/ago. 1987.

Com base na análise de 2093 cartas de alforria levantadas em Campinas-SP, para o período de 1798-1888, pretende-se estudar o alforriado "padrão", tal como representado pela historiografia sobre o tema. Analisam-se as características do liberto - sexo, cor etc. e da alforria - onerosa ou gratuita. Conclui-se que, enquanto a maioria da população escrava era masculina, negra, crioula, em idade produtiva e

sem profissão qualificada, as alforrias registradas eram na maior parte de escravas mulatas, crioulas, muito jovens ou muito velhas e empregadas no serviço doméstico. Esse quadro modificou-se nas últimas décadas da escravidão, aproximando o padrão do alforriado ao da população escrava. <Demografia Histórica, Escravidão, Alforria, Campinas-SP>

142. EKERMAN, Raul. *Crescimento industrial, desemprego e o processo inflacionário no Brasil no período 1950/66*. v.1, n.2, p.53-76, [out.] 1970.

Discutem-se as relações entre inflação e crescimento econômico e entre inflação e desemprego, a partir das posições adotadas por "monetaristas", "estruturalistas" e estudantes da "curva de Phillips". São consideradas duas variáveis dependentes alternativas: a taxa de crescimento industrial e a taxa de desemprego. Calculam-se a aceleração e a taxa da inflação no período, com dados para o Brasil, entre 1950-66. As conclusões indicam que a taxa de inflação teve um impacto negativo sobre a taxa de crescimento industrial e positivo sobre a taxa de desemprego; ao contrário, a aceleração da inflação teve um impacto positivo sobre a taxa de crescimento industrial e negativo sobre a taxa de desemprego. Repetindo Friedman, mostra-se que não existe "trade-off" perpétuo entre inflação e desemprego e sim entre aceleração da inflação e desemprego, ou seja, desemprego agora ou desemprego mais tarde. <Inflação, Desemprego, Crescimento Econômico, Teoria Econômica, Setor Industrial>

143. ENDO, Seiti Kaneko. *Um esquema formal de análise da correção monetária: uma contribuição*. v.16, n.esp., p.5-20, 1986.

Estudam-se algumas conseqüências macroeconômicas da presença da correção monetária, simultaneamente, no mercado de trabalho, nos impostos e na taxa cambial. Utiliza-se um modelo híbrido dos modelos de Gray e de McCallum & Whitaker, em que o primeiro servirá para a introdução da indexação de salários e o segundo para estabelecer regras de indexação para os impostos e a taxa de câmbio. <Construção de Modelos, Modelos Econométricos, Correção Monetária>

144. ERIS, Cláudia Cunha Campos & ERIS, Ibrahim. *Incidência e peso morto de impostos no contexto do modelo generalizado de Leontief: uma exposição geométrica*. v.4, n.3, p.85-120, set./dez. 1974.

O estudo dos efeitos de impostos no contexto de equilíbrio geral tem se procedido com base no modelo neoclássico corriqueiro. Sugere-se o uso do modelo generalizado de Leontief, pela sua simplicidade e

vantagens de caráter didático. <Modelos Econométricos, Equilíbrio, Impostos, Leontief>

145. FAREED, A. E. *Escolaridade formal e a intensidade do capital humano no comércio externo americano: uma abordagem de custo*. v.2, n.5, p.111-127, out. 1972.

O problema do capital humano no comércio exterior americano já foi estudado de forma muito ampla, existindo trabalhos como os índices ocupacionais de Leontief, os índices de qualificação de Keesing e os coeficientes das taxas de retorno capitalizadas de Kenen-Yudin. Pretende-se uma aproximação mais desagregada desta questão, concebendo o estoque de capital humano em termos dos custos, em dólares, dos fluxos de investimentos acumulados que o criaram, ao invés dos valores capitalizados das suas taxas de retorno. <Comércio Exterior, Recursos Humanos, Custos, Estados Unidos>

146. FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido. *A teoria dos mercados contestáveis e a teoria da organização industrial: um artigo-resenha*. v.20, n.1, p.5-28, jan./abr. 1990.

A Teoria da Contestabilidade (TMC) tem se disseminado de forma rápida pela literatura econômica acadêmica, desde a publicação do livro de Baumol, Panzar e Willig, em 1982. Apesar desta crescente importância, a TMC ainda não foi introduzida nos cursos de graduação em economia no Brasil, em virtude da ausência de textos introdutórios adequados escritos em português. São fornecidos os principais conceitos e idéias básicas da TMC, apresentando inicialmente os conceitos de custo multiproduto, de onde resultou esta teoria. Faz-se uma resenha das principais críticas dos microeconomistas e dos adeptos da Organização Industrial (OI). Como Baumol afirma que a TMC aspira fornecer nada menos que uma teoria unificadora para a análise da OI, discute-se sobre a relação entre a TMC e a OI. <Organização Industrial, Custo Multiproduto, Teoria Econômica, Teoria da Contestabilidade>

147. FARO, Clóvis de. *Empréstimos bancários e saldo médio: o caso das prestações*. v.18, n.2, p.201-233, maio/ago. 1988.

Investigação sobre o cálculo eficiente do custo efetivo, do ponto de vista do tomador, dos empréstimos bancários sujeitos a exigências ditas de saldo-médio. Mostra-se que, em certas situações, é inaplicável a metodologia usual baseada no conceito de taxa interna de retorno. Nestes casos, faz-se necessária uma generalização, que leva em conta explicitamente a taxa de juros prevalecente no mercado de aplicações. <Capital, Crédito, Taxa de Juros, Contabilidade, Cálculo>

148. FARO, Clóvis de & SOUZA, Alberto de Mello e. *O uso do critério da taxa interna de retorno e sua aplicação em investimentos educacionais*. v.5, n.3, p.37-64, set./dez. 1975.

Em um projeto de investimento em educação, os custos são a renda sacrificada e o custo escolar, sendo os benefícios resultantes do acréscimo no salário, durante a vida útil, atribuível ao aumento da escolaridade. Estuda-se a utilização da taxa interna de retorno como critério econômico. Indica-se que, satisfeita a condição de que o total de benefícios exceda o de custos, projetos de investimentos com duas variações de sinal na seqüência dos fluxos de caixa apresentarão uma única taxa interna de retorno positiva. <Análise de Custo-Benefício, Avaliação de Projetos, Educação, Taxa Interna de Retorno>

149. FARO, Clóvis de & SOUZA, Alberto de Mello e. *Crédito educativo: a modalidade de prestações proporcionais à renda*. v.14, n.2, p.355-364, maio/ago. 1984.

Estudam-se as formas de cobrir o financiamento da educação através do crédito educativo. Este sistema teria a vantagem, sobre as bolsas de estudo, de reduzir os subsídios. A necessidade de reformular o crédito educativo deveria contemplar a possibilidade de substituição da modalidade de prestações fixas por prestações proporcionais à renda. Um modelo indica os fluxos de caixa que permitem estimar a percentagem da renda que o mutuário deverá pagar. <Crédito, Educação, Subsídios, Modelos Econômicos>

150. FEA/FIPE/USP. Seminário: *"Economia internacional, dívida externa e a economia política da recuperação no Brasil"*: painel 08/5/85. v.15, n.3, p.481-515, set./dez. 1985.

Transcrição do painel organizado sobre o tema, realizado entre Celso Luiz Martone, Albert Fishlow, Luiz Carlos Mendonca de Barros, Paulo Guilherme Cunha e Paulo Francini, com mediação do Professor Carlos Alberto Primo Braga. Ao final, o debate foi aberto a intervenções de outros Professores. <Comércio Exterior, Dívida Externa, Recuperação Econômica, Políticas Governamentais>

151. FEA/USP. *Painel: a dívida externa dos países em desenvolvimento e o caso brasileiro* v.13, n.2, p.437-463, maio/ago. 1983.

Transcrição resumida do painel realizado entre os Professores Anne Krueger (Universidade de Minnesota e Vice-Presidente do Banco Mundial), Adroaldo Silva e Paul Singer (FEA/USP), e Paulo Nogueira

Batista Jr. (FGV/RJ), sob coordenação do Professor Celso Martone (FEA/USP). O debate final contou com a presença de outros professores da FEA/USP. <Dívida Externa, Economia Internacional, Taxa de Juros, Países em Desenvolvimento>

152. FERNANDES, Reynaldo. *Emprego, salários e redução da jornada de trabalho*. v.21, n.1, p.41-69, jan./abr. 1991.

Implicações da redução das jornadas normal e efetiva de trabalho (incluindo horas-extras) sobre o emprego e os salários. Discutem-se os vieses das análises macro e microeconômicas sobre o tema e utiliza-se um modelo keynesiano de demanda efetiva. Conclui-se que a redução da jornada normal de trabalho de uma empresa diminui o nível de emprego; quando a redução afeta todas as empresas, desde que o uso de horas-extras não seja generalizado, é provável que o número de trabalhadores empregados aumente, diminuindo o salário real. Deste modo, esta redução deve ser vista como uma política que visa distribuir o ônus do desemprego. <Mercado de Trabalho, Jornada de Trabalho, Modelos Econômicos>

153. FERREIRA, Afonso Henriques Borges. *Sobre o garimpo de ouro: notas acerca da evolução recente da atividade no Brasil e um estudo de caso no sul do Pará*. v.18, n.2, p.319-341, maio/ago. 1988.

Examina-se a evolução recente do garimpo de ouro no Brasil, enfatizando a crescente importância que esta atividade vem adquirindo como fonte de renda e emprego nas áreas amazônicas. Uma breve discussão a respeito das formas prevalentes de organização da produção e das mudanças técnicas adotadas nos últimos anos é realizada. Apresentam-se os resultados de pesquisa de campo conduzida em áreas garimpeiras na região de São Félix-Tucumã, no sul do Pará. <Setor Informal, Mineração, Ouro, Migração Interna, Pará>

154. FERREIRA, Cândido Guerra. *Processo de trabalho, tecnologia e controle da mão-de-obra*. v.14, n.3, p.745-766, set./dez. 1984.

Investiga-se o processo de trabalho sob perspectiva marxista, a partir do estudo da quarta seção do livro I de *O Capital*. Em seguida, estudam-se o taylorismo e o fordismo, com algumas observações acerca dos efeitos da automação sobre o processo de trabalho industrial. <Teoria Econômica, Trabalho, Mudança Tecnológica, Controle da Mão-de-Obra, Marx>

155. FERREIRA, Cândido Guerra. *O processo de produção e relações de trabalho na formação da siderurgia brasileira: o caso da CSBM*. v.20, n.1, p.101-138, jan./abr. 1990.

Descreve-se o processo de constituição das normas técnicas de produção e das relações de trabalho e emprego durante a fase histórica de formação da grande indústria do aço no Brasil (décadas de 1920-30). Analisam-se os dispositivos colocados em prática pelas empresas no intuito de mobilizar a mão-de-obra necessária para o empreendimento e assegurar, de um modo geral, o controle das condições técnicas e sociais de produção. Ressalte-se, neste sentido, a tentativa de caracterização do sistema de controle do trabalho implantado nas usinas siderúrgicas durante este período, mostrando de que forma tal sistema logrou viabilizar o desenvolvimento das atividades produtivas. <História Econômica, Indústria Siderúrgica, Relação Capital-Trabalho, Controle da Mão-de-Obra, Minas Gerais>

156. FIANI, Ronaldo. *Desempenho dos bancos comerciais brasileiros, 1981-1986*. v.19, n.1, p.25-62, jan./abr. 1989.

Estudam-se o desempenho dos bancos comerciais, a evolução de sua lucratividade e as transformações na sua estrutura ativa e passiva. São considerados dois subgrupos: os bancos comerciais privados e os oficiais, investigando-se as evidências em favor de diferentes padrões de comportamento entre eles. <Sistema Financeiro Nacional, Bancos, História Econômica>

157. FISHLOW, Albert. *Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil*. v.2, n.6, p.7-75, dez. 1972.

Análise histórica do processo de substituição de importações ocorrido no Brasil entre 1890 e fins da década de 1960. Estuda-se o primeiro surto de desenvolvimento da indústria têxtil na época do encilhamento e o papel da I Guerra Mundial no aumento da demanda, não gerando aumento de produção mas proporcionando lucros, utilizados depois como investimento. O impulso dado pela Grande Depressão e a evolução posterior à II Guerra Mundial também são revistos, mostrando-se que instrumentos de política econômica, como tarifas, não foram eficientes para provocar a substituição doméstica das importações e a industrialização, antes de 1950. Conseqüentemente, altas taxas de crescimento foram obtidas sem altas taxas de aumento da produtividade ou transferência tecnológica correspondente. Foram publicadas três réplicas, de autoria de Suzigan, Baer & Villela e Huddle, seguidas de uma tréplica (v.3, n.1, p.121-155, 1973), onde se discutem as origens do processo de substituição na tecelagem de algodão, o estímulo da I

Guerra Mundial à industrialização, a natureza da intervenção governamental na Grande Depressão e as conseqüências do sistema de controle cambial existente entre 1947-53. <História Econômica, Substituição de Importações, Desenvolvimento Econômico, Políticas Governamentais, Industrialização>

158. FISHLOW, Albert. *Algumas observações adicionais sobre a discussão*. v.3, n.1, p.148-155, abr. 1973.

Veja o resumo deste artigo no número 157.

159. FISHLOW, Albert. *O grande debate da distribuição de renda: uma réplica mais completa*. v.4, n.3, p.155-170, set./dez. 1974.

Comentários a um texto sobre distribuição de renda, de Carlos Langoni, onde são tecidas críticas a trabalhos anteriores do autor. Discutem-se as questões da desigualdade e sua decomposição e as mudanças na renda relativa, apresentando os objetivos de políticas de distribuição de renda para o Brasil. <Distribuição de Renda, Modelos Econômicos>

160. FONSECA, Eduardo Giannetti da. *Energia e a economia brasileira*. v.11, n.esp., p.7-22, 1981.

Evolução do perfil do consumo de energia primária no Brasil, entre 1941-79, apontando alguns aspectos da forma de apropriação desta energia, como bem de consumo na fruição e reprodução da vida ou como insumo produtivo no trabalho. Evita-se o tratamento de aspectos relacionados a balanço de pagamentos, inflação e custo das diferentes energias, atendo-se às instâncias estruturais ou físicas da quantidade e qualidade da energia requerida pela sociedade e economia brasileiras, num período de industrialização e urbanização intensivas, a partir do "projeto desenvolvimentista" <Energia, Industrialização, Desenvolvimento Econômico, História Econômica>

161. FONSECA, Eduardo Giannetti da. *Comportamento individual: alternativas ao homem econômico*. v.20, n.esp., p.5-37, 1990.

Discussão e avaliação do desenvolvimento do conceito de "homem econômico", caracterizado pela busca ou defesa de seu auto-interesse e a escolha racional dos meios. Trata-se de uma construção que permite ao economista abstrair desejos, crenças e opiniões dos agentes ao construir seu modelo de realidade. São apresentadas três alternativas teóricas para a explicação do comportamento individual: "homem ético"

co", "homem contratual" e "homem sub-racional" O ponto de partida e traço comum destas alternativas é a noção de que a principal dificuldade em entender as ações dos homens é entender como eles pensam, como suas mentes funcionam. <Teoria Econômica, Racionalidade, Metodologia, Comportamento Individual, Homem Econômico>

162. FONSECA, Marcos Giannetti da. *Uma metodologia para a construção de matrizes de relações interindustriais*. v.9, n.1, p.5-24, jan./abr. 1979.

Indica-se uma metodologia que permita a construção de matrizes de fluxos interindustriais aplicáveis à construção de tabelas regionais ou nacionais. Ao final, apresenta-se uma matriz de relações interindustriais a dois dígitos para o Brasil, a partir de dados do IPI para 1972-75. <Modelos Econômicos, Matriz de Fluxos Interindustriais, Análise Insumo-Produto, Metodologia, Equilíbrio>

163. FONSECA, Marcos Giannetti da. *Radiografia da distribuição pessoal de renda no Brasil: uma desagregação dos índices de Gini*. v.11, n.1, p.7-19, jan./mar. 1981.

Revisão da literatura sobre distribuição de renda e utilização do Índice de Gini para medir sua evolução no Brasil, entre 1960-76. Os resultados são analisados em relação à validade das hipóteses levantadas em alguns dos trabalhos revistos, de que o fenômeno de aumento da concentração seja decorrência da composição etária da PEA e de mudanças no perfil de rendimentos dos indivíduos ao longo do tempo. <Distribuição de Renda, Teoria Econômica, Metodologia, Índice de Gini>

164. FONSECA, Marcos Giannetti da & OLIVEIRA FILHO, Gesner J. *Uma visão integrada do processo inflacionário*. v.8, n.1, p.15-36, jan./abr. 1978.

As flutuações de preços, em geral, e a inflação, em particular, são concebidas como manifestações de inconsistências que afloram no processo real de acomodação dos anseios e interesses conflitantes de grupos e classes econômicos na distribuição do produto. Apresentam-se os mecanismos mais comuns e universais, subjacentes aos fenômenos inflacionários, e suas diferentes interpretações teóricas. São expostos os elementos essenciais das versões sobre a problemática da inflação, analisando-se estas abordagens conforme suas caracterizações de equilíbrio. <Inflação, Conflito Distributivo, Teoria Econômica>

165. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *A política econômica governamental e os ciclos: reflexões sobre a crise atual*. v.14, n.2, p.247-258, maio/ago. 1984.

Questiona-se a autonomia da política governamental para agir de forma anticíclica na situação de crise da economia brasileira atual. Os limites desta política devem estar associados ao estrangulamento externo, que se manifesta no balanço de pagamentos e na amplitude da ação estatal, tanto real como financeira, que se deu nas últimas décadas. Deste modo, critica-se o argumento de que, tendo como suposto que a partir de um momento de seu desenvolvimento capitalista a economia brasileira passou a ter um movimento eminentemente endógeno de acumulação de capital, esta tem em sua dinâmica interna seu "determinante" Entende-se que esta proposição é o suporte básico das análises que sustentam a viabilidade de sair da crise dependendo somente de tomadas de decisões internas por parte do governo e que se amparam, em grande parte, nas teorias de demanda efetiva. <Política Econômica, Crise Econômica, Recessão, Teoria Econômica, Inflação>

166. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *A transição capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na Primeira República*. v.15, n.2, p.263-289, maio/ago. 1985.

A gênese de muitas das questões econômicas colocadas pelo presente a respeito do Rio Grande do Sul deve ser buscada nas quatro décadas da Primeira República, e não no período de substituição de importações, após a década de 1930, como ainda insistem muitos economistas e historiadores. Analisam-se a crise da pecuária, a ascensão da policultura e o crescimento da indústria no período de 1890-1930. Estudam-se a política econômica estadual, a tributação e a assim chamada *socialização dos serviços públicos*, mostrando a importância da imigração na formação capitalista do Rio Grande do Sul. <História Econômica, Política Econômica, Agricultura, Setor Industrial, Rio Grande do Sul>

167. FONTAINE, Ernesto R. *O custo social da divisa e a política de comércio exterior*. v.5, n.2, p.105-137, maio/ago. 1975.

Avaliam-se os métodos mais usuais de cálculo do preço social da divisa. Estes métodos projetam resultados que, em algumas situações, podem diferir substancialmente do que realmente é o preço social da divisa para o país. Analisa-se a importância deste preço para o esboço de políticas de substituição de importações e de promoção de exportações. Por fim, expõem-se problemas introduzidos pelas restrições quantitativas junto ao comércio exterior. <Comércio Exterior, Política

Econômica, Custo Social, Modelos Econométricos, Avaliação de Projetos>

- 168. FORERO GONZÁLEZ, Manuel José.** *Preços e distribuição funcional da renda: a perspectiva de Kalecki e uma intervenção de Keynes.* v.17, n.1, p.105-118, jan./abr. 1987.

Abordagem à teoria dos preços e distribuição de Michal Kalecki, destacando os problemas inerentes ao conceito de "grau de monopólio" e seu papel na distribuição no curto e no longo prazos. Análise paralela é feita sobre importante intervenção realizada com respeito ao tema por Keynes. <História do Pensamento Econômico, Distribuição de Renda, Preços, Kalecki, Keynes>

- 169. FOXLEY, Alejandro & RACZYNSKI, Dagmar.** *Grupos vulneráveis em situações de recessão: o caso das crianças e dos jovens no Chile.* v.14, n.esp., p.469-503, 1984.

Estuda-se o processo de recessão no Chile, a partir de fatores externos e internos, indicando-se os resultados da política de ajustes escolhida. Estima-se o impacto destas políticas sobre a população de crianças e jovens, com dados sobre mortalidade infantil, qualidade nutricional, situação escolar e condições de emprego, retirados de extensa bibliografia. <Crianças, Jovens, Recessão, Bem-Estar Social, Chile>

- 170. FRAGOSO, João Luís Ribeiro & FLORENTINO, Manolo Garcia.** *Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872).* v.17, n.2, p.151-173, maio/ago. 1987.

Os limites da reprodução da empresa escravista se definem em relação à mão-de-obra, já que o investimento em escravos representava mais de 40% do valor total da fazenda de café entre 1830-70. A demografia escrava é vista como um meio para a análise da reprodução deste sistema. Estudam-se as estratégias de convivência social para que a escravidão se perpetuasse, destacando-se a formação de famílias de cativos e de roças de escravos. Os dados retirados de inventários *post-mortem* indicam que mais de um terço dos plantéis estavam organizados em famílias, com evidências de que muitas eram preservadas nas vendas ou partilhas de herança. <Demografia Histórica, Escravidão, Famílias Escravas, Casamento, Paraíba do Sul-RJ>

171. FRITSCH, Winston. *Sobre as interpretações tradicionais da lógica política da política econômica na Primeira República*. v.15, n.2, p.339-346, maio/ago. 1985.

Reavaliação crítica das interpretações existentes a respeito das motivações econômicas e da racionalidade política do uso dos instrumentos de política macroeconômica à disposição do governo federal durante o período 1890-1930. Após uma breve revisão da literatura, indicam-se mitos e fatos sobre a política econômica na Primeira República. Conclui-se que a evidência disponível não sustenta a visão tradicional, segundo a qual a execução desta política teria visado beneficiar os interesses da cafeicultura, nem sua antítese explícita, que tenta demonstrar a existência de um sistemático viés ortodoxo nas políticas efetivamente implementadas. <História do Pensamento Econômico, Historiografia, Política Econômica, Política Monetária, Política Cambial>

172. FURTADO, Celso. *Crise e transformação na economia mundial*. v.14, n.1, p.177-190, jan./abr. 1984.

Aula Magna proferida em 19 de março de 1984 na FEA/USP, dentro das comemorações do Cinquentenário da Universidade de São Paulo. Discutem-se as transformações por que passou o sistema capitalista a partir das regras definidas em Bretton Woods, em 1944. Analisam-se as formas de abertura externa, a transnacionalização dos bancos comerciais e o comportamento da economia norte-americana. Conclui-se que foram introduzidas, com a internacionalização da economia, novas dimensões no quadro de dependência dos países do Terceiro Mundo. <Sistema Capitalista, História Econômica, Crise Econômica, Economia Internacional>

173. GALVAN, Cesare G. *Investimentos estrangeiros em países em via de industrialização: modelos teóricos do impacto sobre a concentração*. v.5, n.1, p.101-152, jan./abr. 1975.

Analisam-se as formas e condições em que o investimento direto, através de remessa de lucros e promoção de exportações, contribui para o processo de concentração em países em desenvolvimento. Utiliza-se um modelo agregado de economia aberta, discutindo-se o papel concentrador/desconcentrador e as funções multiplicadoras ou restritivas de cada variável para a economia nacional. A hipótese mais plausível é a de que as inversões internacionais teriam um papel concentrador. <Investimentos, Modelos Econométricos, Países em Desenvolvimento, Concentração do Produto>

174. GALVÃO, Olímpio de Arroxelas. *Integração econômica e desenvolvimento regional: Pernambuco no contexto nordestino e nacional*. v.8, n.2, p.129-189, maio/ago. 1978.

Investigam-se alguns aspectos do relacionamento econômico de Pernambuco com seu exterior, atentando-se para os efeitos do processo de integração econômica que vem ocorrendo no Brasil, nas últimas décadas, sobre a economia do estado. É dada ênfase ao comércio inter-regional a partir do princípio de que as modificações ocorridas na economia regional se refletem sobre os fluxos comerciais e financeiros inter-regionais, e de que estes, por sua vez, afetam cada região ou unidade federativa de maneira diferenciada. <Economia Regional, Desenvolvimento Econômico, Pernambuco>

175. GAMBETA, Wilson Roberto. *Ciência e indústria farmacêutica: São Paulo, Primeira República*. v.12, n.3, p.87-98, dez. 1982.

Uma opinião corrente na bibliografia, ao descrever a evolução da ciência em países de industrialização tardia, como o Brasil, indica a incapacidade da sua burguesia industrial para comandar projetos de modernização. Por este motivo, a historiografia brasileira tem privilegiado as organizações científicas estatais, e muito pouco se sabe sobre o trabalho desenvolvido no interior de indústrias como a farmacêutica. Estuda-se a história do Instituto Pasteur e do Laboratório Paulista de Biologia, a partir de 1903, como um passo inicial na análise das formas de utilização da ciência pelos primeiros empresários brasileiros. <História Econômica, Indústria Farmacêutica, Desenvolvimento Científico, Dependência Econômica, São Paulo-SP>

176. GARCIA FERNANDEZ, Ramon V. *A consistência das listas nominativas de habitantes da capitania de São Paulo: um estudo de caso*. v.19, n.3, p.477-496, set./dez. 1989.

As listas nominativas de habitantes da Capitania de São Paulo são fontes muito ricas no estudo da história do Brasil ao fim da Colônia e nos começos do Império; existem nelas, todavia, contradições facilmente perceptíveis. Pretende-se estimar a dimensão destas inconsistências a partir de um estudo de caso: duas listas consecutivas de Ubatuba-SP, correspondentes aos anos de 1805-6, um dos períodos onde a elaboração destes documentos parece ter sido mais cuidadosa. Estuda-se de início os problemas que geraram a existência de duas vias das listas; em seguida, é feita a comparação entre a consistência dos dados dos domicílios que permaneceram na mesma companhia com a daqueles que mudaram, mas foram localizados. Conclui-se que a presença bastante difundida de pequenos erros não representa um obstácu-

lo cuja importância impeça a utilização destes documentos. <Demografia Histórica, Fontes Históricas, Listas Nominativas, Ubatuba-SP>

177. GEBARA, Ademir. *Escravidão: fugas e controle social*. v.18, n.esp., p.103-146, 1988.

Identificação dos mecanismos de controle social exercidos sobre os escravos e das possibilidades de ação dos escravos em resposta a estes mecanismos. Em paralelo, discute-se o envolvimento dos homens livres em relação à legislação escravista e em função do novo contexto urbano. Sendo a lei o principal veículo para o exercício da hegemonia pela classe dominante, são transcritos e estudados diversos artigos relacionados ao tema, retirados da coleção de leis da Província de São Paulo, as chamadas Posturas Municipais. <História, Escravidão, Legislação Escravista>

178. GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *Uma análise crítica da função de produção neoclássica: o processo de produção na indústria e na agricultura*. v.1, n.1, p.11-35, abr. 1970.

O conceito de função de produção parece ter sido tratado de uma forma bastante insatisfatória. Examina-se a literatura sobre o tema, desde Wicksteed, indicando-se a existência de dois tipos de definições do conceito: uma baseada em quantidades de *inputs* e *output* e outra em termos de fluxo por unidade de tempo. A análise destas definições coloca em destaque a diferença essencial entre os processos de produção na indústria e na agricultura, tocando inclusive na questão do conflito de interesses entre a cidade e o campo. <Teoria Econômica, Fatores de Produção, Agricultura, Setor Industrial>

179. GIAMBIAGI, Fábio & ARDEO, Vagner. *Renegociação da dívida externa: uma avaliação do impacto sobre a capacidade de crescimento da economia brasileira*. v.20, n.2, p.195-229, maio/ago. 1990.

Recentemente foi desenvolvido um enfoque baseado no alívio parcial da dívida externa brasileira, já que o tratamento convencional do problema e a decretação da moratória se revelaram alternativas frustradas. Discutem-se as vantagens dessa proposta, a partir da elaboração de modelos representando as três hipóteses. A conclusão indica que os efeitos benéficos do deságio são bastante inferiores ao que se costuma supor, pois mesmo admitindo-se um abatimento de 50% no estoque da dívida com os bancos comerciais, a taxa média de crescimento, ao lon-

go dos anos noventa, teria um aumento marginal inferior a 0,5%. <Dívida Externa, Modelos Econométricos, Moratória, Deságio>

180. GIMENO ULLASTRES, Juan Antonio. *A distribuição das despesas públicas nas diferentes esferas de governo: o caso espanhol*. v.18, n.1, p.139-165, jan./abr. 1988.

A tradição histórica de federalismo fiscal na Espanha indica um excessivo centralismo, burocratizante e intervencionista. Inicialmente, faz-se uma revisão da literatura sobre princípios básicos de distribuição de encargos e receitas entre esferas de governo. O exame do caso espanhol procura destacar as dificuldades em definir um modelo padrão de federalismo fiscal. A atual Constituição, de 1978, propõe uma acentuada ruptura com esta tradição: examinam-se a distribuição de encargos entre o poder central, as Comunidades Autônomas e os municípios. Considerando os encargos de responsabilidade das Comunidades Autônomas, de acordo com suas próprias constituições, fica claro que estes são, em geral, incompatíveis com a Carta Magna. Encerra-se com sugestões específicas visando atenuar os desequilíbrios existentes quanto à distribuição de renda e autonomia. <Política Fiscal, Setor Público, Orçamento, Espanha>

181. GODINHO, Vitorino de Magalhães. *Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)*. v.13, n.esp., p.719-732, 1983.

As rotas oceânicas, as viagens de descobertas e os estabelecimentos iniciais nas ilhas do Atlântico tinham, como causas principais, a procura de ouro por via marítima; a necessidade de escravos; o alargamento das áreas de pesca; e as exigências da indústria têxtil por tinturarias como o pau-brasil. A partir destes pressupostos analisam-se os ciclos de produção e exportação do açúcar e do ouro e o comércio entre Portugal e suas colônias. <História Econômica, Comércio Exterior, Ouro, Açúcar, Portugal>

182. GOLDEMBERG, José. *A questão energética e os transportes*. v.11, n.esp., p.149-159, 1981.

Cálculo das possíveis medidas de redução de consumo de energia no setor de transportes, tendo em vista os gastos diretos e indiretos de combustíveis. Entre outras, indicam-se a substituição intermodal, o aumento do fator de utilização, a redução da demanda e a racionalização dos transportes, a partir do estudo de experiências em cidades americanas e inglesas. <Energia, Transportes, Combustíveis, Demanda>

183. GOLDEMBERG, José & PRADO, Luiz Tadêo Siqueira. *Projeções da demanda de energia paulista para o ano 2000 através do método MEDEE*. v.16, n.3, p.427-435, set./dez. 1986.

Projeção da demanda de energia do Estado de São Paulo para o ano 2000 através do modelo técnico-econômico conhecido como MEDEE. Esta abordagem pressupõe que a sociedade não utiliza a energia como um fim, mas como vetor para satisfazer suas necessidades econômico-produtivas, sociais e mesmo culturais. Comparam-se cenários que pressupõem a penetração vigorosa do gás natural, com um deles apresentando a conservação como uma nova fonte de energia. Conclui-se que a demanda global de energia tem um crescimento menor que o sistema econômico, propiciando uma redução da chamada intensidade energética do produto. Ao final, são feitas algumas considerações sobre o método, comparado a outros tipos de estimações existentes. <Energia, Projeção Econômica, Demanda, Modelos Econômicos, São Paulo>

184. GOMES, Gustavo Maia. *Caráter e conseqüências da intervenção estatal no setor açucareiro do Brasil: 1933/1978*. v.9, n.3, p.123-150, set./dez. 1979.

Debate em relação à política do açúcar e do álcool no Brasil. Discute-se a experiência de planejamento da agroindústria açucareira, a partir da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933, e indicam-se as políticas de preços e de créditos para este setor. Sintetiza-se ao final os efeitos característicos da política agrícola como um todo, dando ênfase à relativa incapacidade desta política em solucionar os problemas fundamentais da agrindústria açucareira no Brasil. <Política Agrícola, Açúcar, Alcool, Agroindústria>

185. GONÇALVES, Reinaldo. *O setor de construção e engenharia e a inserção do Brasil na economia internacional*. v.20, n.1, p.29-58, jan./abr. 1990.

Estudam-se a organização do setor de construção e engenharia no Brasil, em termos de seu desempenho recente, e o processo de internacionalização da produção deste setor. Considerações sobre políticas e estratégias econômicas vinculadas diretamente ao setor são discutidas, argumentando-se a favor de uma política de liberalização do segmento de construção, haja vista seus efeitos positivos sobre formação de infra-estrutura, balanço de pagamentos, transferência de tecnologia e negociações multilaterais. <Exportações, Organização Industrial, Indústria da Construção>

186. GORENDER, Jacob. *Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial*. v.13, n.1, p.7-39, jan./abr. 1983.

É possível e necessária uma teoria econômica própria para o escravismo colonial, já que este possuía leis específicas. As formas camponesas não representaram brecha alguma no modo de produção escravista dominante, uma vez que não faziam parte de sua estrutura. O escravo, ao cultivar seu minúsculo trato de terra, permanecia tão escravo como quando trabalhava no engenho, subordinado ao mesmo tipo de relação de produção e ao mesmo proprietário. Assim, o lote estava organicamente entrosado na estrutura de produção escravista colonial, não havendo, portanto, dois setores agrícolas articulados, mas sim um único sistema. <História do Pensamento Econômico, Escravidão, Teoria Econômica>

187. GOUVEA NETO, Raul de. *O Brasil no mercado mundial de armamentos*. v.20, n.3, p.407-437, set./dez. 1990.

Pesquisa sobre o desenvolvimento da indústria bélica brasileira, a partir da análise de fatores políticos e econômicos. Entre estes, destacam-se a estratégia de substituição de importações, a promoção de exportações implementada entre fins de 1960 e início dos anos 70, a crescente ênfase no desenvolvimento de tecnologias nacionais e o uso de tecnologia dual. Os fatores políticos incluem o desejo de tornar o país auto-suficiente e independente de pressões de fornecedores externos, a idéia de que uma indústria bélica dinâmica e internacionalmente competitiva serviria para mostrar a competência e eficiência da elite dirigente militar durante os anos de ditadura e a crença no desenvolvimento desta indústria como forma de ampliar o grau de influência sobre os países da América Latina, África e Ásia. <Comércio Exterior, Indústria Bélica, Armamentos, História Econômica>

188. GOUVEA NETO, Raul de & VASCONCELLOS, Geraldo M. *Estratégias de diversificação de exportações e escolha de mercados de exportação: um exemplo de abordagem de portfolio*. v.21, n.1, p.71-87, jan./abr. 1991.

Análise das estratégias de diversificação de exportações, em relação à escolha dos mercados de exportação, utilizando a abordagem de *portfolio*. Uma medida do sucesso de tais estratégias é a eficiência *ex-post* do *portfolio* de mercados de exportações, no sentido de Markowitz (média-variância). Usam-se dados para o Brasil, entre 1964-85; os resultados, que contrastam com os obtidos com métodos tradicionais, indicam

que deve ser visto com cautela o propalado sucesso do programa brasileiro. <Comércio Exterior, Modelos Econômicos, Portfolio>

189. GRAF, Márcia Elisa de Campos. *De agredidos a agressores: um estudo sobre as relações sociais entre senhores e escravos no Paraná do século XIX*. v.18, n.esp., p.147-166, 1988.

As relações entre os senhores e seus escravos, constatadas através do dia-a-dia das publicações periódicas do Paraná, entre 1871-88, não foram pacíficas, apesar de alguns escravos domésticos terem preferido se entregar à acomodação e à passividade. As reações ao estatuto de cativo e a repressão por elas suscitadas foram uma constante durante este período, marcado pela violência, pelo medo e pelo rancor de ambas as partes. <História, Escravidão, Criminalidade Escrava, Suicídio, Paraná>

190. GRAHAM, Douglas H. *Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro: 1880-1930*. v.3, n.1, p.7-64, abr. 1973.

Apresentam-se dados de migração internacional para os Estados Unidos, Argentina e Brasil, entre 1880-1930. Discutem-se as tendências a longo prazo e as mudanças nos níveis de atividade econômica nestes países, indicando que o aumento da produção de café no Brasil em 1890 e a queda no início deste século tiveram comportamento inverso ao da economia nos Estados Unidos, Argentina e Itália. Finalmente, aponta-se o papel da migração no crescimento industrial brasileiro antes da I Guerra Mundial. <Demografia Histórica, Crescimento Econômico, Migração Internacional, Oferta de Mão-de-Obra, Itália>

191. GRAHAM, Richard. *Escravidão e desenvolvimento econômico. Brasil e Sul dos Estados Unidos no século XIX*. v.13, n.1, p.223-257. jan./abr. 1983.

Estudam-se, comparativamente, o Brasil e o Sul dos Estados Unidos novecentistas. Observa-se que a lentidão relativa do desenvolvimento econômico brasileiro não pode ser atribuída à presença da escravidão. Sugerem-se, como hipóteses para explicar os diferentes rumos tomados pelo crescimento econômico das duas áreas: a importância contrastante do café e do algodão para o progresso do capitalismo mundial e as distinções na estrutura social das populações livres, que foram condicionadas por heranças econômicas e ideológicas diferentes. <História Econômica, Escravidão, Condições Sócio-Econômicas, Desenvolvimento Econômico, Estados Unidos>

192. GUERZONI FILHO, Gilberto & NETTO, Luiz Roberto. *Minas Gerais: índices de casamento da população livre e escrava na Comarca do Rio das Mortes*. v.18, n.3, p.497-507, set./dez. 1988.

Análise dos índices de casamento da população livre e escrava em Minas Gerais, a partir de dados do recenseamento de 1831 para aquela província. Os resultados obtidos são pouco usuais, mostrando uma frequência de casamentos entre livres de 50% e entre escravos de 30%, aproximadamente. A intenção é analisar os casamentos legítimos, isto é, aqueles celebrados perante a Igreja Católica, vertente pouco explorada pelos estudiosos do passado brasileiro. <Demografia Histórica, Escravidão, Casamento, População Livre, Minas Gerais>

193. GUIMARÃES, Carlos Magno. *Os quilombos do século do ouro (Minas Gerais - século XVIII)*. v.18, n.esp., p.7-43, 1988.

Caracterização da mais completa forma de reação escrava nas Minas Gerais do século XVIII, a partir de fontes históricas sobre 127 quilombos. Usam-se documentos legais contemporâneos para a análise dos mecanismos de sobrevivência desenvolvidos pelos quilombolas. Em uma perspectiva dialética, tenta-se resgatar a inserção dos quilombos na sociedade escravista mineira. Ao se estudar mecanismos como a mineração clandestina, o banditismo, o comércio ilegal e o roubo de escravos, dentre outros, pretende-se compreender o caráter contraditório desta inserção. <História, Escravidão, Quilombos, Revolta Escrava, Minas Gerais>

194. GUTIÉRREZ, Horacio. *Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830*. v.17, n.2, p.297-314, maio/ago. 1987.

Os dados sobre os escravos do Paraná apresentam um particular interesse para a demografia das populações cativas brasileiras. Constatase um significativo equilíbrio entre os sexos, baixa idade mediana da população e elevada magnitude de crianças escravas, de sorte que sua feição demográfica revela-se similar àquela encontrada na população livre. Tudo indica que a reprodução natural teve peso decisivo na conformação desta estrutura, surpreendentemente num período no qual o tráfico de africanos para o Brasil apresentava proporções inéditas. <Demografia Histórica, Escravidão, Famílias Escravas, Paraná>

195. HABER, Stephen. *Lucratividade industrial e a Grande Depressão no Brasil: evidências da indústria têxtil de algodão*. v.21, n.2, p.241-270, maio/ago. 1991.

De acordo com a historiografia, a Grande Depressão teria começado antes na América Latina do que nas economias avançadas, mas foi

muito menos séria. Críticam-se os dados agregados utilizados para a análise do efeito da Depressão entre nós. A partir de informações retiradas dos relatórios anuais de oito das maiores companhias têxteis do país, entre 1925-37, de dados da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro sobre estas firmas e dos censos da associação de industriais têxteis do Rio de Janeiro, para 1927 e 1934, indica-se que a Depressão atingiu a indústria brasileira bem mais duramente do que se supunha. Seus efeitos foram o de desencorajar investimentos novos e, a longo prazo, desacelerar a taxa de crescimento dessas indústrias até muito depois de a Depressão haver terminado. <História Econômica, Indústria Têxtil, Lucro>

196. HADDAD, Paulo Roberto & ANDRADE, Thompson A. *Política fiscal e desequilíbrios regionais*. v.4, n.1, p.9-54, jan./abr. 1974.

A revisão de três trabalhos sobre desequilíbrios regionais de renda no Brasil, entre as décadas de 30 e 60, mostra que houve uma tendência divergente e posteriormente convergente nas rendas *per capita* estaduais, no processo de desenvolvimento nacional. Constroem-se dois modelos para analisar o argumento de que o sistema de cobrança de ICM teria prejudicado a economia dos estados do Norte e Nordeste, em relação ao resto do país. <Modelos Econométricos, Distribuição de Renda, Política Fiscal, Economia Regional>

197. HARBER JR., Richard P. *Comparação da renda per capita e do índice de qualidade de vida material como medidas de desenvolvimento: o caso da América Latina*. v.14, n.2, p.283-296, maio/ago. 1984.

O desenvolvimento é apresentado como um fenômeno de múltiplas faces, englobando as esferas econômica, social, cultural e outras. Apesar de haver um consenso a este respeito, ainda não surgiu um método geral de medida do desenvolvimento. Um dos problemas em imaginar um índice que substitua a renda *per capita* como uma medida de desenvolvimento consiste na falta de dados referentes a aspectos não-econômicos. O Índice de Qualidade de Vida Material (IQVM) poderia ser uma variável *proxy* própria para uma medida geral, e alguns autores consideram este índice uma variável melhor que a renda. Discute-se a metodologia utilizada para construir um índice geral de desenvolvimento testado com dados para a América Latina. A conclusão indica que, embora a renda *per capita* não seja perfeita para medir o desenvolvimento, o IQVM não é melhor, e a utilização de dados sobre a renda pode ser aperfeiçoada. <Desenvolvimento Econômico, Construção de Índices, Indicadores Sociais, América Latina>

198. HARBERGER, Arnold C. *Taxa de desconto para análise de custo-benefício*. v.1, n.1, p.37-54, abr. 1970.

Estuda-se a escolha da taxa de desconto adequado para a análise de custo-benefício e a avaliação de projeto, que depende das condições prevalentes no mercado de trabalho de uma dada economia. Em teoria, quando há um excesso real na oferta de mão-de-obra, os salários não deveriam ser contados como custo e nem deduzidos do lucro bruto derivado do investimento no projeto; num estado de relativo pleno emprego, o contrário deveria ocorrer. As evidências apresentadas, baseadas em dados de 1955-59 para a Índia, levam à rejeição tanto dos procedimentos convencionais de avaliação de projetos quanto às expectativas derivadas da hipótese da produtividade marginal do trabalho igual a zero. <Análise de Custo-Benefício, Mercado de Trabalho, Avaliação de Projetos, Índia>

199. HARBERGER, Arnold C. *Custo marginal e investimento social: critério aplicável à energia elétrica*. v.1, n.2, p.15-21, [out.] 1970.

Revisão dos princípios básicos que governam a fixação do preço de tarifas públicas, usando-se o custo marginal da eletricidade. <Energia, Custo Marginal, Investimentos, Tarifas>

200. HARBERGER, Arnold C. *Observações sobre as principais metas do processo de planejamento*. v.4, n.2, p.67-76, maio/ago. 1974.

Em muitos países, as metas de planejamento tem se resumido na obtenção da taxa máxima de crescimento do produto nacional. Indica-se que outras metas sociais são importantes para a determinação de um plano nacional, destacando-se a melhoria na distribuição de renda, o fortalecimento do sistema educacional e a equidade e justiça das decisões públicas. <Planejamento Econômico, Políticas Governamentais>

201. HARBERGER, Arnold C. *Reflexões sobre o sistema de distribuição de renda em países menos desenvolvidos*. v.4, n.3, p.121-154, set./dez. 1974.

Avaliam-se as diversas políticas utilizadas para melhorar a distribuição de renda em países em desenvolvimento. Descreve-se um modelo de distribuição de renda e discutem-se questões metodológicas. <Distribuição de Renda, Modelos Econômicos, Países em Desenvolvimento>

202. HÉBETTE, Jean & ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *Colonização: articulações no nível econômico e no nível político (a Colônia Agrícola de Gurupi)*. v.9, n.2, p.85-140, maio/ago. 1979.

História da criação e desenvolvimento da Colônia Agrícola de Gurupi, no Maranhão, a partir de 1960, com informações colhidas em depoimentos dos colonos em 1975. Faz-se uma reflexão sobre a subordinação de todo tipo de colonização, espontânea ou dirigida, à dinâmica do capitalismo, concluindo-se que a colonização promovida pela SUDENE no Maranhão visava desviar a atenção das tensões sociais no Nordeste e legitimar a não-efetivação da reforma agrária. <Colonização, Reforma Agrária, Maranhão>

203. HECHT, Susanna B.; NORGAARD, Richard B. & POSSIO, Giorgio. *A economia da pecuária na Amazônia Oriental*. v.18, n.1, p.93-111, jan./abr. 1988.

Simulação bioeconômica de operações pecuárias em grande escala na Bacia Amazônica, as quais receberam linhas de crédito subsidiado e incentivos fiscais de vários tipos, sem se levar em conta considerações ecológicas, sociais ou de desenvolvimento regional. A lucratividade é analisada sob quatro tecnologias de produção, com preços variáveis de insumos e produtos e a diferentes taxas de valorização da terra. Existem muitas condições de investimento lucrativo, embora a maioria dos cenários envolva sobrepastejo, preços altos para o gado e baixos para os insumos, subsídios e valorização da terra. O sobrepastejo é a estratégia mais lucrativa, na maior parte dos cenários considerados, em virtude do rápido declínio da produtividade das pastagens na Amazônia. Conclui-se que a pecuária pode expandir-se e ser lucrativa mesmo sem subsídios, sob certos preços do produto ou através de uma estratégia de contínuo desflorestamento e sobrepastejo, e que a lucratividade do investimento é aumentada em meio a contextos de maior utilização de insumos e maior produção, marcados pela presença de subsídios e/ou valorização da terra. <Pecuária, Rebanho Bovino, Avaliação de Projetos, Amazônia>

204. HIRSCHMAN, Albert O. *Além das assimetrias: notas críticas sobre mim na mocidade e alguns outros velhos amigos*. v.9, n.1, p.93-100, jan./abr. 1979.

Discussão sobre a teoria da dependência, a partir do conceito de assimetria entre nações (p.ex., um dado volume de comércio entre os países A e B pode representar 80% das exportações de B, mas apenas 3% das importações totais de A), tal como apresentado no trabalho do próprio autor *National power and the structure of foreign trade*, de 1945. <Teoria Econômica, Teoria da Dependência>

205. HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de renda no Brasil: um adendo e uma correção a um artigo de Morley e Williamson*. v.6, n.2, p.13-20, maio/ago. 1976.

Veja o resumo deste artigo no número 331.

206. HOFFMANN, Rodolfo. *Novas considerações sobre o cálculo do Índice de Atkinson para a distribuição de renda no Brasil em 1960 e 1970*. v.8, n.3, p.105-110, set./dez. 1978.

Veja o resumo deste artigo no número 331.

207. HOFFMANN, Rodolfo & KAGEYAMA, Angela A. *Distribuição da renda no Brasil, entre famílias e entre pessoas, em 1970 e 1980*. v.16, n.1, p.25-51, jan./abr. 1986.

São analisados os dados sobre distribuição da renda dos censos de 1970-80. Verifica-se que, na década de 70, cresceu a desigualdade entre pessoas economicamente ativas, embora de forma menos intensa do que na década anterior. Neste período, o processo de concentração da renda foi mais intenso no setor agropecuário do que nos setores urbanos, ao contrário do ocorrido na década de 60, para todas as regiões do país. Quando se consideram as famílias como unidades de análise, observa-se ligeira queda no grau de desigualdade da distribuição da renda, entre 70 e 80. Este fato se deve, em grande parte, ao aumento do número de pessoas trabalhando por família, especialmente de mulheres e nas famílias mais pobres. O Brasil continua a ser, em 1980, um dos países de renda mais concentrada do mundo. <Distribuição de Renda, Famílias, Setor Urbano, Setor Rural>

208. HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. *Migrações internas e a distribuição regional da renda no Brasil: 1970-1980*. v.19, n.3, p.389-416, set./dez. 1989.

Atualização, para a década de 70, dos resultados referentes à migração interestadual durante o período 1872-1970, apresentados em outro trabalho que contou com a participação do autor. Confrontam-se os dados obtidos então, via mensuração indireta com o uso de taxas nacionais de sobrevivência, com as estimativas resultantes de aplicação de métodos alternativos (mensuração indireta, com o uso de taxas específicas de sobrevivência para os nativos de cada unidade da federação, e mensuração direta), a partir de informações disponíveis nos últimos censos. São discutidas as vantagens e limitações de cada tipo de medida. Relacionam-se, ao final, as taxas calculadas de migração com índices de distribuição

regional da renda no início da década. <Distribuição de Renda, Migração Interna, Economia Regional>

209. HOLLOWAY, Thomas H. *Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885-1915: uma análise preliminar*. v.2, n.6, p.145-180, dez. 1972.

Avaliação do papel do imigrante nas fazendas de café paulistas no fim do século XIX. Analisando-se as condições do mercado de trabalho e o sistema de trabalho nestas fazendas, vê-se que os trabalhadores imigrantes forneceram importante estímulo para o crescimento da atividade cafeeira. Os aspectos específicos do sistema de trabalho, com o declínio da escravidão, garantiram uma proteção contra as flutuações do mercado e tornaram-se a base para a rápida absorção e eventual ascensão sócio-econômica de grande número de imigrantes. <História Econômica, Mercado de Trabalho, Agricultura, Migração Internacional, São Paulo>

210. HUDDLE, Donald. *Os "leilões de câmbio" e o alcance de múltiplos objetivos de política econômica: uma avaliação do sistema brasileiro*. v.2, n.4, p.35-72, [abr.] 1972.

Avalia-se o sistema de controle cambial que incorpora os leilões de câmbio, em relação a cinco objetivos econômicos determinados. Os dados são fornecidos pela experiência brasileira de 1953-57, período em que este sistema foi utilizado para alocar mais da metade de todas as divisas. A conclusão indica que os leilões foram bem-sucedidos em obter os cinco objetivos estipulados, devendo ser seriamente considerados como uma alternativa para o controle direto de câmbio nos países em desenvolvimento. <Política Cambial, Taxa de Câmbio, Política Econômica, História Econômica>

211. HUDDLE, Donald. *Sistema cambial brasileiro: desacordo de análises e interpretação*. v.3, n.1, p.135-147, abr. 1973.

Veja o resumo deste artigo no número 157.

212. HUSHAK, Leroy J. & NEGASH, Kifle. *Demanda de café, 1954 a 1970: estimativa de elasticidade para as importações dos E.U.A. e do mundo*. v.5, n.2, p.139-153, maio/jago. 1975.

Estimam-se a demanda mundial por café verde e a demanda dos Estados Unidos por café torrado (solúvel e regular) e por café verde (dos tipos Arábico não lavado, Suave e Robusta) para os anos 1954-70. Indi-

ca-se que esta demanda é inelástica com relação ao preço, sendo que o Brasil tem sofrido perdas nas receitas de exportações de café, em virtude de restrições presentes nos acordos internacionais. <Exportações, Café, Elasticidade-Preço, Estados Unidos>

213. IGLÉSIAS, Francisco. *Agricultura em Minas na República Velha*. v.15, n.2, p.241-261, maio/ago. 1985.

O levantamento de informações sobre a agricultura em Minas Gerais, no período de 1890-1930, mostra como era precária a situação da lavoura, que embora fosse base da economia, não recebia a assistência devida por parte do governo para florescer. Analisam-se as questões políticas deste atraso, privilegiando textos e artigos de jornais sobre os debates entre autoridades, a adoção de legislação referente ao tema, a organização de cooperativas agrícolas e o Congresso Industrial, Agrícola e Comercial realizado em 1903. <História Econômica, Agricultura, Política Agrícola, Café, Minas Gerais>

214. JATOBA, Jorge. *Pobreza urbana e mercado de trabalho: o caso brasileiro, 1970-1983*. v.18, n.1, p.29-49, jan./abr. 1988.

São analisadas as relações entre pobreza urbana e mercado de trabalho nos anos 70 e especialmente no período 1981-83. Estudam-se os ajustes ocorridos nos mercados de trabalho urbano do Nordeste e Sudeste, em consequência da recessão, e como estes ajustes geraram um maior empobrecimento da força de trabalho. Conclui-se que: o emprego de baixa remuneração foi quase que exclusivamente a única fonte de crescimento do emprego urbano; os trabalhadores pobres viram aumentada, durante a recessão, a sua importância relativa no mercado formal de trabalho; houve uma rápida deterioração da renda dos trabalhadores urbanos, especialmente no Sudeste; a informalização do emprego foi geral, embora mais acentuada no Sudeste; e o desemprego aberto cresceu rapidamente, sobretudo entre jovens, adultos de meia-idade e chefes de família, sendo a sua incidência maior no Sudeste do que no Nordeste. <Distribuição de Renda, Pobreza, Mercado de Trabalho, Desemprego>

215. JOLLY, Richard & CORNIA, Giovanni Andrea. *Introdução dos editores [aos estudos de caso sobre o impacto da recessão sobre as crianças]*. v.14, n.esp., p.431-439, 1984.

Os estudos de caso da relação entre recessão e crianças, em vários países, reunidos na revista *World Development* (v.12, n.3, 1984), serviu de base para o capítulo IV do *Relatório Mundial da Infância-*

1984, da UNICEF, publicado em português com o título de *O Impacto da recessão mundial sobre as crianças*. Esta introdução e os demais artigos deste número da revista *Estudos Econômicos* são uma tradução de alguns destes trabalhos, incluindo os estudos de casos sobre Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Panamá, Venezuela, Estados Unidos e Itália. <Crianças, Jovens, Condições Sócio-Econômicas, Bem-Estar Social, Pobreza>

216. KAGEYAMA, Angela A. & SILVA, José Graziano da. *Os resultados da modernização agrícola dos anos 70*. v.13, n.3, p.537-559, set./dez. 1983.

A recente modernização da agricultura brasileira acentuou as marcas contraditórias do desenvolvimento capitalista ao produzir simultaneamente riqueza e miséria, ao conjugar uma grande capacidade de se modernizar à manutenção de agudas desigualdades no nível tecnológico entre regiões e produtos e ao exibir modernas relações de trabalho acopladas à extensão ilegal da jornada de trabalho, em todas as regiões do país. Em síntese, procura-se mostrar que a modernização de nossa agricultura é parte do processo capitalista de desenvolvimento a que está submetido o Brasil e se exprime de maneira contraditória, conduzindo a resultados perversos do ponto de vista das suas implicações sociais. <Produção Agrícola, Mercado de Trabalho, Mudança Tecnológica, Estrutura Ocupacional, Distribuição de Renda>

217. KATZ, Jorge & ALBIN, Eduardo. *Da indústria nascente à exportação de tecnologia: a experiência argentina*. v.11, n.2, p.103-121, abr./jun. 1981.

Estudo da experiência recente da Argentina como um país exportador de tecnologia, a partir da observação de 34 contratos de venda de trabalhos de engenharia e plantas industriais completas, entre 1973-77. Definem-se as características das firmas participantes e a mudança tecnológica envolvida. <Exportações, Indústria da Construção, Mudança Tecnológica, Industrialização, Argentina>

218. KIRSTEN, José Tiacci. *Nota sobre a reformulação da estrutura do índice do custo de vida no município de São Paulo*. v.2, n.5, p.171-199, out. 1972.

Apresentação da nova estrutura do Índice de Custo de Vida do Município de São Paulo, implantada pelo IPE a partir de janeiro/72. Baseada em pesquisa-piloto, esta estrutura preliminar servirá para testar a metodologia de uma pesquisa em execução no momento, que quando

concluída dará origem à estrutura mais duradoura de ponderação do citado índice. Discutem-se os problemas da pesquisa em si, analisando a estrutura de ponderação resultante e os procedimentos adotados na coleta de preços. <Índice de Preços, Custo de Vida, Metodologia, São Paulo-SP>

219. KIRSTEN, José Tiacci. *Índice Nacional de Preços ao Consumidor: críticas e subsídios*. v.10, n.2, p.127-181, maio/ago. 1980.

Revisão da teoria dos números-índices, com ênfase no custo de vida, discutindo-se, do ponto de vista metodológico, as experiências nacionais e internacionais na construção de índices de preços ao consumidor agregados em índices nacionais. Critica-se a adoção do INPC, elaborado pelo IBGE, em função dos aspectos teóricos e práticos levantados, montando-se um outro índice nacional, baseado em outras fontes brasileiras que elaboram índices de preços, que não o IBGE. <Índice de Preços, Metodologia>

220. KLEIMAN, Ephraim. *Correção monetária e indexação: experiência brasileira e experiência israelense*. v.6, n.1, p.113-157, jan./abr. 1976.

Faz-se uma análise teórica do instituto da indexação e um histórico de sua adoção na Palestina, posteriormente Israel, nos primeiros anos da II Guerra Mundial. Estuda-se em seguida a indexação dos salários, ativos financeiros e impostos em Israel e no Brasil. A conclusão indica que a correção monetária, embora ampla, é muito menor do que se supunha, em ambos os países. No entanto, parece ser difícil a introdução, em outros países, da indexação limitada ou restrita apenas à proteção dos membros mais fracos da sociedade. <Correção Monetária, Indexação, Israel>

221. KLEIN, Herbert S. *A população de Minas Gerais: novas pesquisas sobre o Brasil Colonial*. v.15, n.1, p.143-147, jan./abr. 1985.

Breve revisão da literatura sobre demografia histórica de Minas Gerais, analisando os trabalhos publicados pelos Professores Iraci del Nero da Costa e Francisco Vidal Luna, da FEA/USP. <Demografia Histórica, Escravidão, População Livre, População Escrava, Minas Gerais>

222. KLEIN, Herbert S. *A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil*. v.17, n.2, p.129-149, maio/ago. 1987.

Discutem-se questões relativas ao tráfico de escravos, responsável pela entrada de mais de quatro milhões de africanos no Brasil, em trezentos anos. Apresenta-se a bibliografia existente sobre o tema desde o século XIX, com ênfase nos trabalhos desenvolvidos após 1960. A

demografia do tráfico é estudada em relação a diversos pontos: a estimativa do número total de africanos transportados para o Brasil, a mortalidade ocorrida durante as viagens e o volume e importância do tráfico interno. Indicam-se novos temas de estudo, como a mortalidade dos escravos recém-chegados ao Brasil e os aspectos comerciais do tráfico. <Demografia Histórica, Escravidão, Tráfico de Escravos, Mortalidade, África>

223. KLEIN, Herbert S. *A oferta de muares no Brasil Central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880*. v.19, n.2, p.347-372, maio/ago. 1989.

Descrição do mercado para muares no primeiro período de expansão cafeeira ao sul e ao centro do Brasil, no século XIX. Dada a escassez de material primário e secundário e a extraordinária disparidade entre as estimativas publicadas sobre os volumes, custos e benefícios, os registros de venda do mercado de Sorocaba-SP (Novo Imposto de Animais ou Imposto de Barreira) representam a única fonte primária não inteiramente explorada, a partir da qual a estrutura básica e as tendências de mercado podem ser estabelecidas com segurança. Os livros de impostos proporcionam uma detalhada listagem de cada lote de animais, dividido em cavalos, gado e mulas, de seus proprietários e do imposto total pago por dia de chegada. Os preços relativamente estáveis e o lento crescimento da oferta de mulas e sua correlação com a produção de café parecem indicar que os sorocabanos foram capazes de manter o mercado satisfeito, tanto para transporte no interior quanto, principalmente, o destinado à exportação. A chegada das ferrovias ligando Santos ao interior do estado marcou o fim do ciclo da mula na história brasileira. <História Econômica, Comércio Interno, Transportes, Sorocaba-SP>

224. KLEIN, Herbert S. *A integração social e econômica dos imigrantes espanhóis no Brasil*. v.19, n.3, p.457-476, set./dez. 1989.

Determina-se a natureza da imigração espanhola no Brasil e seus graus de integração econômica e social. Este estudo preliminar mostra a posse de terra como o principal objetivo da primeira geração de imigrantes espanhóis que, nos anos vinte, constituíam claramente uma força dominante na agricultura paulista. Os dados mostram também que, enquanto na década de 1910 os espanhóis foram os mais endógenos dentre os imigrantes europeus, em fins da década de 30 eles se voltavam para a aculturação intensiva com a população brasileira nativa. (Ver errata em v.20, n.2, p.324, 1990). <História Econômica, Migração Internacional, Condições Sócio-Econômicas, Espanha>

225. KNIGHT, Peter T. *Substituição de importações na agricultura brasileira: a produção de trigo no Rio Grande do Sul*. v.1, n.3, p.71-101 e 115-117, 1971.

História da produção de trigo no Brasil, seguida da análise do sistema de preços múltiplos e das fraudes maciças dele decorrentes. O sistema de subsídios aos produtores e consumidores, que prevaleceu no pós-guerra, é examinado. Estuda-se o custo da produção de trigo em termos de recursos domésticos, isto é, líquido de insumos importados, comparado ao custo de quatro outros produtos de exportação, com dados para 1947-67. Apresentam-se, por fim, razões para o alto custo da produção tritícola no Rio Grande do Sul, questionando-se os argumentos em favor da produção de trigo no Brasil. Em nota complementar, no mesmo número (p.115-117), a análise é estendida para os anos de 1968-71, com dados que indicam um grande aumento na produção nacional e uma redução progressiva no preço real pago ao produtor. Ady Raul da Silva (v.3, n.1, p.156-161, 1973) critica a posição do autor de que enquanto a pesquisa não tenha alterado a eficiência desta atividade, não há argumento válido para o aumento da produção, apresentando razões por que o preço do trigo não precisa ser baixo; em réplica (p.162-166), o autor discute esta questão em termos de vantagem comparativa com produtos alternativos. <Política Agrícola, Preços, Trigo, Substituição de Importações, Rio Grande do Sul>

226. KNIGHT, Peter T. *"Substituição de importações na agricultura brasileira: a produção de trigo no Rio Grande do Sul"; resposta a comentários por Dr. Ady Raul da Silva*. v.3, n.1, p.162-166, abr. 1973.

Veja o resumo deste artigo no número 225.

227. KON, Anita. *A segmentação ocupacional do mercado de trabalho brasileiro em uma abordagem regional*. v.19, n.esp., p.63-98, 1989.

Estimam-se as estruturas de emprego e ocupação do Brasil, a partir dos dados da PNAD/83. A estrutura ocupacional é tipificada por meio de quatorze categorias ocupacionais, que permitem comparações detalhadas intra e inter-regiões e setores econômicos, de acordo com o nível de tecnologia, desenvolvimento e configuração sócio-econômica. Analisam-se a segmentação e a heterogeneidade da estrutura produtiva brasileira, que apresenta regiões com traços típicos de país industrializado, com alta renda per capita, ao lado de regiões que encerram fortes divergências tecnológicas e características de países pobres. <Economia Regional, Estrutura Ocupacional, Segmentação do Mercado de Trabalho>

228. LANGONI, Carlos Geraldo. *A rentabilidade dos investimentos em capital físico no Brasil*. v.1, n.3, p.5-33, 1971.

A taxa de retorno dos investimentos em capital físico é um elemento crucial para a caracterização do problema alocativo que constitui a essência de toda análise econômica. Estima-se esta taxa para o Brasil, no período 1954-67, para vinte e um diferentes sub-setores dos setores indústria e serviços públicos. <Investimentos, História Econômica, Rentabilidade, Capital, Setor Industrial>

229. LANGONI, Carlos Geraldo. *As fontes do crescimento econômico brasileiro*. v.2, n.4, p.3-34, [abr.] 1972.

A fim de analisar corretamente o processo de crescimento econômico, é fundamental quantificar a importância relativa dos diferentes fatores que contribuem para a taxa de crescimento do produto real. Desenvolve-se um modelo para estimar a contribuição da acumulação do capital físico, do crescimento da mão-de-obra, dos investimentos em educação, de mudanças na composição setorial e na distribuição sexo-idade da força de trabalho. Ao contrário de previsões em que a totalidade do crescimento é atribuída ao capital físico, a contribuição deste fator para o Brasil, no período 1950-69, foi apenas 30%. A contribuição de investimentos não convencionais como a educação, com 20%, foi substancial. <Crescimento Econômico, Capital, Modelos Econométricos, História Econômica>

230. LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. v.2, n.5, p.5-88, out. 1972.

Estima-se a magnitude do impacto de algumas das variáveis explicativas para as diferenças observadas na distribuição da renda individual. É estabelecido um vínculo teórico e empírico entre desenvolvimento econômico e distribuição, discutindo-se qual o objetivo fundamental da política econômica: igualar a distribuição ou eliminar a pobreza. Com o estudo detalhado de uma política educacional que produza uma maximização dos ganhos de produtividade defende-se a tese de que, embora a aceleração do crescimento fatalmente leva a um aumento no grau de concentração de riquezas, esta leva à redução da pobreza. <Distribuição de Renda, Educação, Bem-Estar Social, Política Econômica, Desenvolvimento Econômico>

231. LEÃO, Antonio Sérgio Carneiro & GIESTAS, Elcio. *Matriz de investimentos do Brasil - 1969: montagem preliminar*. v.7, n.2, p.157-167, maio/ago. 1977.

Reprodução da montagem preliminar, cuja elaboração terminou em 1973, da matriz de investimentos do Brasil para 1969. Apresentam-se a metodologia utilizada e as fases de desenvolvimento do trabalho, discutindo-se as deficiências ainda existentes. <Investimentos, Matriz de Insumo-Produto>

232. LEFF, Nathaniel H. *Organização industrial e ação empresarial nos países em desenvolvimento: os grupos*. v.8, n.3, p.125-138, set./dez. 1978.

Questionamentos acerca de um padrão de organização industrial, diferente da corporação multinacional e da empresa pública ou de propriedade familiar, que está presente nos países em desenvolvimento. O "grupo" é uma firma com múltiplas empresas que transaciona em mercados diferentes, mas que o faz sobre um controle empresarial e financeiro comum, atuando de forma análoga aos *Zaibatsu* do Japão, antes da II Guerra Mundial. <Organização Industrial, Empresas Privadas, Desenvolvimento Econômico, Países em Desenvolvimento>

233. LEFF, Nathaniel H. *Organização industrial e política econômica nos países em desenvolvimento*. v.9, n.1, p.25-48, jan./abr. 1979.

Estuda-se o poder do mercado industrial nos países em desenvolvimento e seu efeito sobre o desenvolvimento econômico. Devido à pequena dimensão do mercado doméstico para muitos produtos industriais nessas nações e à competição limitada das importações, deve-se esperar, quase certamente, que posições oligopolistas ou monopolistas irão prevalecer em muitas atividades. Entretanto, a estrutura multi-atividades dos "grupos" leva a uma situação na qual o poder econômico nas indústrias individuais não é contra-balanceado, e é até mesmo amplificado, *vis-à-vis* as atividades de clientes e supridores. <Organização Industrial, Empresas Privadas, Política Econômica, Países em Desenvolvimento>

234. LEFF, Nathaniel H. *A emergência do estado desenvolvimentista brasileiro: o final do século 19*. v.13, n.3, p.629-645, set./dez. 1983.

Ao longo da maior parte do século XIX, o Brasil não conseguiu atingir um nível elevado de desenvolvimento econômico, devido principalmente à carência de transportes no interior, o que veio a ocorrer só no

final do século. A questão que se coloca é: por que o governo não desempenhou um papel desenvolvimentista numa fase anterior? Indica-se que o sistema político unitário, com as decisões a respeito das finanças públicas sob controle do governo monárquico, não favorecia uma descentralização efetiva do poder. A principal fonte de receitas fiscais do estado brasileiro era o setor de comércio exterior, mas a balança comercial era pequena para proporcionar receitas substanciais, que eram por sua vez alocadas para os aparatos burocrático e militar. A ausência de um regime mais sensível às pressões da sociedade também é apontada como causa da falta de um desenvolvimento econômico sustentado antes da república. <História Econômica, Desenvolvimento Econômico, Políticas Governamentais>

235. LEFF, Nathaniel H. *Custos de transporte, investimento em infra-estrutura e desenvolvimento econômico no Brasil durante o século XIX*. v.14, n.3, p.701-722, set./dez. 1984.

De 1822 a 1900, o Brasil teve um crescimento pequeno da renda *per capita*; na virada do século, entretanto, enveredou por um caminho de rápido crescimento da renda, com uma mudança estrutural sustentada. Estuda-se o setor agrícola doméstico, mostrando-se que a construção de ferrovias, no início do século XX, em larga escala, parece ter sido uma condição-chave neste surto brasileiro de desenvolvimento. <História Econômica, Crescimento Econômico, Transportes, Setor Rural>

236. LEFF, Nathaniel H. *Escolha ótima de investimento para países em desenvolvimento: teoria racional e tomada de decisão racional*. v.16, n.3, p.389-412, set./dez. 1986.

Através de suas atividades de investimentos diretos ou de incentivos especiais, os governos assumem um papel decisivo na alocação de recursos de investimento nas nações subdesenvolvidas. Conseqüentemente, o processo de escolha de investimento público tem efeitos significativos sobre a eficiência da formação de capital e sobre o crescimento econômico nestes países. Discute-se o uso da análise de custo-benefício social e da abordagem intersetorial como base para esta escolha. <Tomada de Decisão, Países em Desenvolvimento, Investimentos, Política Econômica, Teoria Econômica>

237. LEME, Ruy Aguiar da Silva. *Nota sobre a diferenciação inter-regional do salário industrial na cidade de São Paulo*. v.2, n.4, p.143-152, [abr.] 1972.

Estuda-se a distribuição zonal do salário industrial em São Paulo-SP, dividida em trinta e nove subdistritos, de acordo com o censo do

IBGE de 1962. Foram introduzidos na análise diversos fatores não geográficos, tais como tipos de bens produzidos, grau de industrialização do subdistrito e dimensão média das indústrias. As conclusões apontam para a relevância dos setores industriais na determinação do salário. <Economia Urbana, Salários, Setor Industrial, São Paulo-SP>

238. LEME, Ruy Aguiar da Silva. *Energia x alimentos: uma aplicação do modelo de Thünen*. v.11, n.esp., p.93-96, 1981.

Uma das questões suscitadas pela adoção do Proálcool é se este provocará o deslocamento de culturas e a conseqüente elevação do preço dos alimentos. Utilizando-se o modelo de localização de Thünen, que estuda como se distribui a produção agrícola de uma série de bens que abastecem um centro urbano, conclui-se que as culturas energéticas tendem a expulsar para longe do centro as culturas alimentares. <Economia Regional, Energia, Alimentos, Modelos Econométricos, Produção Agrícola>

239. LEMGRUBER, Antonio Carlos. *Uma análise das hipóteses de Friedman sobre correção monetária*. v.6, n.1, p.39-62, jan./abr. 1976.

O exame da hipótese de Friedman sobre correção monetária indica que a indexação diminuiria os efeitos colaterais dolorosos do processo de eliminação da inflação e também a receita governamental dela proveniente. Utiliza-se o modelo dinâmico do próprio Friedman para se estudar estes efeitos colaterais. <Correção Monetária, Indexação, Teoria Econômica, Friedman>

240. LEMGRUBER, Antonio Carlos. *Considerações sobre a inflação e a política monetária em 1977*. v.8, n.1, p.9-14, jan./abr. 1978.

Devido à pouca severidade no aperto monetário em 1976-77 houve uma pequena desaceleração inflacionária e do crescimento do produto em 1977. Discutem-se as causas para esta ausência de aperto, o dilema entre inflação e recessão e o controle imperfeito sobre os agregados monetários, sugerindo-se maior flexibilidade nas taxas de câmbio, de redesconto e das Letras do Tesouro Nacional. <Inflação, Política Monetária, Recessão>

241. LEONZO, Nanci. *A bernarda paulista: história e historiografia*. v.13, n.esp., p.841-844, 1983.

O motim ocorrido em São Paulo, a 23 de maio de 1822, não pode ser explicado apenas no nível das dissidências de ordem ideológicas,

como parece indicar a historiografia sobre o tema. Na verdade, existem evidências, ainda não investigadas, de disputas por privilégios econômicos entre os chefes locais. <História, Política Militar, Revolta, São Paulo-SP>

242. LERDA, Juan Carlos. *Sobre regras compatíveis com estabilidade de preços*. v.8, n.1, p.55-92, jan./abr. 1978.

Tentativa de codificação, dentro de um marco interpretativo comum, de um conjunto de regras antiinflacionárias e das hipóteses a partir das quais elas são derivadas, indicando que tais regras não constituem condição suficiente para deter processos inflacionários. Sugere-se a conveniência de se adotar um enfoque de equilíbrio geral para gerar regras mais realistas. Por fim, apresenta-se a solução de um sistema de equações simultâneas que contenha a taxa de inflação como variável endógena e que leve em conta a interdependência existente entre vários mercados. <Inflação, Teoria Econômica, Modelos Econômicos, Equilíbrio>

243. LERDA, Juan Carlos. *Resultados básicos na teoria da dualidade: vantagens e alguns usos em microeconomia*. v.9, n.1, p.101-133, jan./abr. 1979.

Síntese didática de alguns resultados básicos da teoria da dualidade, tais como o Lema de Shephard, Lema de Hotelling e Identidade de Roy, ilustrando seus usos e vantagens comparativas, em relação a um enfoque ortodoxo, no contexto das teorias do consumidor e da firma. Enfatiza-se que estes enfoques não devem ser vistos de forma independente, embora o enfoque da teoria da dualidade possa ser interpretado, para uma série de problemas convencionais, como mais eficiente, em vista da grande economia de tempo e de esforços. <Teoria do Consumidor, Teoria da Dualidade, Consumo>

244. LEVY, Maria Bárbara. *Elementos para o estudo da circulação da moeda na economia colonial*. v.13, n.esp., p.825-840, 1983.

Estudo da circulação monetária no Brasil durante o período colonial, a partir da débil penetração da moeda quando da implementação da economia açucareira. Avaliam-se o impacto da união da monarquia portuguesa com a espanhola, rica em metais, na circulação da moeda nos principais portos do Brasil e a criação de uma moeda provincial, de circulação restrita à Colônia, após a restauração e subsequente crise econômica pela qual passou a Metrópole. Por fim, examina-se a circulação monetária e metálica na época do apogeu da mineração, concluindo-

do com um balanço das moedas em circulação às vésperas da Abertura dos Portos. <História Econômica, Política Monetária, Moeda, Ouro>

245. LEVY, Maria Bárbara & ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. *Fundamentos do sistema bancário no Brasil: 1834-1860*. v.15, n.esp., p.17-48, 1985.

Descrição dos elementos essenciais que caracterizam a formação do sistema comercial no Brasil, a partir da institucionalização do primeiro banco comercial privado, em 1864, até a Lei dos Entraves de 1860, que cerceou a autonomia dos circuitos monetários e creditícios regionais. Estudam-se as políticas governamentais relacionadas à fundação dos diversos bancos regionais e as críticas de favorecimento e distribuição de privilégios a uns poucos escolhidos, ao se substituir o monopólio do Banco do Brasil por um novo sistema, em nome da livre concorrência. <História Econômica, Bancos, Sistema Financeiro Nacional, Política Monetária>

246. LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais no início do século: algumas observações*. v.8, n.2, p.191-246, maio/ago. 1978.

Assumindo que em São Paulo a expansão cafeeira e a origem da indústria foram partes de um mesmo processo, no século XIX, compara-se o desenvolvimento paulista com o de Minas Gerais, no início do século XX, também baseado no café. As análises indicam que, ao contrário de São Paulo, em Minas a indústria não era vinculada de forma tão exclusiva à cafeicultura. Por outro lado, o precário desenvolvimento de relações capitalistas de produção desta economia não proporcionou maiores articulações com o espaço econômico mineiro. <História Econômica, Industrialização, Desenvolvimento Econômico, Café, Minas Gerais>

247. LIMA, João Heraldo. *Crescimento industrial em uma economia não-exportadora: Minas Gerais, 1907-1920*. v.15, n.1, p.127-141, jan./abr. 1985.

A herança não-exportadora influenciou fortemente o padrão de expansão industrial de Minas Gerais no início do século XX. Compara-se o setor industrial mineiro com o de outros estados produtores de café, investigando em que medida a expansão industrial ocorreu em regiões que efetivamente produziam café. <História Econômica, Crescimento Econômico, Setor Industrial, Minas Gerais>

248. LIMA, José Luiz & LEME, Maria Inês Perrone. *Aspectos da evolução institucional do setor energético no Brasil: 1930-1964*. v.11, n.esp., p.23-34, 1981.

Estudo da participação do governo na evolução do setor energético brasileiro, discutindo a legislação e as políticas adotadas em relação ao controle da produção das diversas formas de energia. <História Econômica, Energia, Políticas Governamentais, Investimentos>

249. LINHARES, Maria Yedda. *Subsistência e sistemas agrários na colônia: uma discussão*. v.13, n.esp., p.745-762, 1983.

Discussão metodológica sobre fontes de pesquisa histórica para a análise da produção de alimentos no Brasil Colônia. Analisam-se os sistemas agrários vigentes e o uso da terra pela população, indicando-se alguns enfoques teóricos que poderão ser utilizados no estudo das diversas atividades agrícolas, a partir de determinantes geográficos, históricos e demográficos, entre outros. <História Econômica, Agricultura, Produção Agrícola, Teoria Econômica>

250. LISANTI, Luis. *Estratégia de gestão: um exemplo, Rio de Janeiro/1620-1793*. v.13, n.esp., p.763-769, 1983.

Breve análise dos dados, apresentados em uma tabela, de rendimentos auferidos pelo Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro-RJ, entre 1620-1793, divididos em sete itens (propriedades rurais e urbanas, operações financeiras, serviços etc.). Estes dados sugerem uma administração atenta às alternativas e oportunidades que se ofereciam para otimizar a gestão do patrimônio beneditino. <História Econômica, Rentabilidade, Rio de Janeiro-RJ>

251. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer & STOTZ, Eduardo Navarro. *Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894*. v.15, n.esp., p.49-88, 1985.

Tradicionalmente, os estudos sobre operariado voltaram-se para a crítica da organização da força de trabalho, das relações desta com o estado e a ideologia do movimento operário. Pretende-se aqui analisar as condições de vida dos operários de forma abrangente, incluindo dados sobre trabalho, saúde, custo de vida, lazer etc. A partir deste conhecimento tenta-se esclarecer o processo de formação dos artesãos e operários, a sua organização e estratégias de ação no contexto sócio-econômico e político do Rio de Janeiro, no período de 1870-94. <Histó-

ria Econômica, Trabalhadores Urbanos, Condições Sócio-Econômicas, Movimento Operário, Rio de Janeiro>

252. LOCATELLI, Ronaldo Lamounier. *Padrões de comércio e crescimento industrial do Nordeste: 1967/80*. v.17, n.3, p.349-365, set./dez. 1987.

Avaliação dos padrões de comércio e do crescimento industrial recente do Nordeste, explorando algumas das inter-relações existentes entre as estratégias deste crescimento no país e na região. Utiliza-se uma metodologia que permite decompor as fontes do crescimento industrial analisando a importância da política de substituição de importações, do crescimento das exportações e da demanda regional no aumento da produção setorial. <Crescimento Econômico, Setor Industrial, Comércio Exterior, Substituição de Importações, Nordeste>

253. LONGO, Carlos Alberto. *A escolha de ajustamentos de imposto na fronteira com fluxo de comércio triangular*. v.9, n.2, p.57-84, maio/ago. 1979.

A literatura de harmonização internacional de impostos indica que alterações no princípio de ajustamentos de impostos na fronteira (AIF) não tem, a longo prazo, efeitos alocativos sobre o fluxo de comércio dos países envolvidos, sendo os impostos gerais, os fatores de produção imóveis entre países e o comércio internacional equilibrado. Mostra-se que, num comércio triangular, o AIF pode não ser neutro, particularmente quando o fluxo tenha lugar entre estados de uma federação e países do exterior, pois parte da base tributária estadual é transferida de um estado para outro. Dados de importações e exportações dos estados do Nordeste, para 1948-74, e do comércio entre esta região, o resto do Brasil e o resto do mundo demonstram uma realocação das receitas tributárias dos residentes no Nordeste para os residentes no resto do país, tendo sido transferido 20% das receitas arrecadadas em 1969 e 1974. <Política Fiscal, Impostos, Comércio Triangular, Nordeste>

254. LONGO, Carlos Alberto. *Implicações alocativas do imposto sobre as heranças*. v.10, n.1, p.99-106, jan./abr. 1980.

Comparam-se as implicações alocativas do imposto sobre as heranças com duas formas alternativas de redistribuição de renda: um imposto de renda negativo e um imposto de consumo negativo. Descrevem-se as condições necessárias de um imposto ideal com base em princípios aceitos de equidade e eficiência. Indica-se que o imposto de

renda discrimina a poupança ao incentivar o consumo em detrimento da renda monetária, e o imposto sobre a herança diminui a poupança ao incentivar todas as formas de consumo em detrimento da manutenção de ativos reais durante a vida. A forma mais indicada de redistribuição de renda, sem impacto sobre a taxa de poupança, é a partir da tributação com base no consumo. <Distribuição de Renda, Impostos, Legislação Tributária>

255. LONGO, Carlos Alberto. *Reforma do Imposto de Renda: alguns itens a considerar*. v.12, n.3, p.5-28, dez. 1982.

Após uma análise do conceito ideal de renda, baseada em extensa bibliografia, discute-se a tributação dos ganhos de capital e a integração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica ao Imposto de Renda Pessoa Física. O objetivo principal é o de listar uma série de itens de reforma fiscal, relacionada com a base do imposto de renda, para em seguida julgar a adequação e conveniência de sua implementação. <Política Fiscal, Legislação Tributária, Imposto de Renda>

256. LONGO, Carlos Alberto. *Deficiências da atual tributação dos rendimentos de capital*. v.14, n.2, p.259-281, maio/ago. 1984.

A reforma constitucional de 1965 praticamente transferiu para o poder executivo o direito exclusivo de legislar sobre questões tributárias. Desde então, este poder tem sido utilizado mais para promover objetivos nacionais e regionais de desenvolvimento do que para arrecadar receitas com maior equidade e eficiência. Setores ou atividades-alvo são fortemente subsidiados (exportações, energia, agricultura), enquanto serviços públicos tradicionais (saúde, educação) são escassamente supridos. Defende-se a tributação do capital sob o imposto de renda pessoal como forma de aperfeiçoar a estrutura financeira federal, fazendo com que os impostos substituam o financiamento por meio de déficits orçamentários e empréstimos adicionais. Além do mais, isto traria à base para tributação os rendimentos até agora excluídos ou aqueles aos quais permitiu-se um tratamento preferencial sob a lei existente. <Política Fiscal, Legislação Tributária, Imposto de Renda, Capital>

257. LONGO, Carlos Alberto. *Política fiscal com restrição externa*. v.15, n.3, p.463-480, set./dez. 1985.

A partir da identidade contábil da renda nacional, descrevem-se os principais componentes do déficit público. A política de ajustamento em relação aos choques externos é analisada com base nos orçamentos

fiscal, monetário e das estatais, dos últimos anos. Observa-se que a mudança dos preços relativos e dos termos de troca, a partir de 1982, levou o país a uma satisfatória substituição de importações e aumento das exportações. Do lado financeiro, entretanto, a elevada taxa de juros impede a continuidade do processo de ajustamento. Argumenta-se ser imprescindível a revisão do processo de elaboração dos orçamentos públicos, para dar maior transparência às contas do governo, e a entrada de dinheiro novo, para que o déficit público seja mantido em proporções razoáveis e assim viabilizar a redução das taxas de juros e o crescimento auto-sustentável. <Política Fiscal, Ajustamento Econômico, Déficit Público, Orçamento, Taxa de Juros>

258. LONGO, Carlos Alberto. *Lições da experiência brasileira com o Imposto sobre o Valor Adicionado* v.16, n.3, p.335-351, set./dez. 1986.

Revisão da experiência brasileira com o Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA) estadual. Introduzido por ocasião de uma ampla reforma tributária em 1965, este imposto substituiu outro, de vendas em consignação, em uso há mais de trinta anos. Apresenta-se uma visão esquemática da recente legislação tributária em nível nacional, descrevendo-se a estrutura do IVA e suas principais exclusões e isenções. São levantadas questões de princípio de coordenação tributária interjurisdicional, com estimativas do IVA sobre a receita estadual, resultante de sua ausência. <Política Fiscal, Legislação Tributária, IVA>

259. LONGO, Carlos Alberto. *O impacto das leis sobre spreads bancários: uma nota*. v.19, n.1, p.195-200, jan./abr. 1989.

Entre os problemas cuja solução depende do enfoque que se queira dar, social ou econômico, está a questão do imposto, que sendo *per capita* pode ser eficiente, porém não justo, e incidindo sobre o patrimônio poderá ser justo, porém não eficiente. Discute-se um caso onde o ônus legal e econômico do imposto e seus desdobramentos fiscais podem ser interpretados de ângulos diametralmente opostos. <Legislação Tributária, Bancos, Impostos>

260. LOPES, Francisco L. *Lucro, juros e moeda: um ensaio em dinâmica keynesiana*. v.7, n.1 p.221-251, jan./abr. 1977.

Discute-se a mudança ocorrida entre o *Tratado da moeda* e a *Teoria Geral*, de Keynes, no que diz respeito à variável lucro, o que veio a transfigurar o modelo keynesiano. A análise tem como ponto de partida a aplicação da técnica de agregação da *Teoria Geral* a uma

versão do modelo keynesiano, sugerida pelo *Tratado da moeda*, em que o lucro aparece como variável-chave, ao invés da renda agregada em emprego, e se encontram dois setores. <Modelos Econométricos, Lucro, Moeda, Taxa de Juros, Keynes>

261. LOPES, Francisco L. *Efeitos permanentes da política monetária e fiscal sob inflação*. v.8, n.1, p.133-152, jan./abr. 1978.

Os efeitos das políticas fiscal e monetária num contexto inflacionário são calculados com a utilização de um modelo em que são adicionadas as restrições orçamentárias do governo e uma equação de preços. Discutem-se as propriedades de um equilíbrio dinâmico em condições inflacionárias e a ação daquelas políticas sob as hipóteses de uma Curva de Phillips não vertical a longo prazo e de uma taxa natural. <Inflação, Política Monetária, Política Fiscal, Modelos Econométricos, Equilíbrio>

262. LOPES, Francisco L. & MODIANO, Eduardo M. *Determinantes externos e internos da atividade econômica no Brasil*. v.15, n.3, p.387-404, set./dez. 1985.

Questionamento sobre os verdadeiros determinantes do ritmo da produção da economia brasileira, desde os episódios recessivos de 1981-83. Os gastos públicos parecem ser um determinante importante do nível de atividade, mas não há evidência clara de que o comportamento dos agregados monetários tenha influência sistemática sobre a evolução do PIB. As restrições seletivas no crédito ao consumidor e a queda real dos salários mais altos parecem ser a causa principal da recessão de 1981. <Produção Econômica, Recessão, Gastos Públicos, Crédito, Salários>

263. LOPES, Francisco L. & WILLIAMSON John. *A teoria da indexação consistente*. v.10, n.3, p.61-99, set./dez. 1980.

Construção de modelo econométrico mostrando que uma indexação muito difundida tende a ser inflacionária, estabelecendo direitos sobre a renda real que somam mais que a renda total. Todavia, demonstra-se que é possível desenhar fórmulas de indexação que podem evitar este resultado, transformando o uso da indexação num instrumento de política antiinflacionária. Discute-se, por fim, as condições necessárias para a utilização do sistema de "indexação consistente" <Teoria Econômica, Indexação, Inflação, Modelos Econométricos>

264. LUNA, Francisco Vidal. *Mineração. métodos extrativos e legislação*. v.13, n.esp., p.845-859, 1983.

Resumo da legislação relativa às datas minerais, com uma descrição pormenorizada das técnicas empregadas pelos mineiros, no transcorrer do século XVIII. A destruição dos recursos naturais é explicada tanto pela racionalidade dos mineiros como pelo interesse da Metrópole em apropriar-se de parcelas significativas da riqueza então extraída. <História Econômica, Mineração, Ouro, Legislação, Minas Gerais>

265. LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Contribuição ao estudo de um núcleo urbano colonial (Vila Rica. 1804)*. v.8, n.3, p.41-68, set./dez. 1978.

Apreciação das atividades produtivas, da posse de escravos e da estrutura profissional em Ouro Preto-MG, antiga Vila Rica, a partir de recenseamento realizado em 1804. Distribuiu-se a população em termos de posição social (livres/escravos), sexo e setores produtivos. Estudam-se algumas evidências relativas aos forros, selecionando dados comparativos entre livres e forros falecidos na freguesia de Antonio Dias, no período de 1719-1818. <Demografia Histórica, Escravidão, Produção Econômica, Estrutura Ocupacional, Ouro Preto-MG>

266. LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX*. v.13, n.1, p.211-221 jan./abr. 1983.

Pesquisa-se a estrutura de posse de escravos, para dez localidades paulistas, no início do século XIX. Destacam-se o grande número de pequenos proprietários de escravos e a expressiva massa de cativos possuídos pelos mesmos. <Demografia Histórica, Escravidão, Proprietários de Escravos, Posse de Escravos, São Paulo>

267. LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Herbert S. *Escravos e senhores no Brasil no início do século XIX. São Paulo em 1829*. v.20, n.3, p.349-379, set./dez. 1990.

Demografia dos escravos e seus proprietários, a partir das listas nominativas de habitantes de Mogi das Cruzes, Itu e São Paulo-SP, para 1829. As variáveis consideradas incluem sexo, cor, idade, origem, estado conjugal, a atividade econômica do escravista e a estrutura de posse de escravos. Comparam-se os resultados obtidos com as evidências para o Brasil e outros regimes escravistas das Américas, principalmente Estados Unidos e Antilhas. A região estudada representava um caso

incomum, mesmo para os padrões brasileiros, pela significativa ocorrência de casamentos entre escravos, muitos sendo provavelmente legalizados. Possivelmente em nenhum outro regime escravista das Américas verificou-se tal proporção de escravos legalmente casados e para poucas províncias brasileiras se encontram níveis tão elevados, comparáveis aos da população livre. <Demografia Histórica, Escravidão, Proprietários de Escravos, Casamento, São Paulo>

268. LUNDBERG, Eduardo Luis. *O desequilíbrio financeiro do setor público: restrição externa, restrição orçamentária e restrição monetária uma nota*. v.16, n.2, p.303-306, maio/ago. 1986.

O desequilíbrio financeiro do setor público está associado ao endividamento externo assumido pelo setor público não financeiro e por autoridades monetárias, agravado pela recessão e posterior ajuste econômico, entre 1981-83. Apresentam-se algumas identidades que mostram a natureza deste desequilíbrio em face da restrição externa, separando e mostrando a interligação existente entre as necessidades de financiamento e a execução da política monetária. <Política Monetária, Política Fiscal, Setor Público, Choque Externo, Orçamento>

269. LUQUE, Carlos Antonio & CHAHAD, José Paulo Zeetano. *Formação de salários no Brasil: uma contribuição ao debate*. v.15, n.1, p.37-46, jan./abr. 1985.

Analisa-se os principais determinantes da evolução dos salários nominais no Brasil. Como medida das condições do mercado de trabalho utilizam-se a taxa de desemprego publicada pelo IBGE e o Índice de Cobertura dos Reajustes Salariais. Sugere-se que tanto a política salarial quanto as condições do mercado de trabalho afetam a evolução dos salários nominais. <Salários, Política Salarial, Mercado de Trabalho>

270. McCULLOCH, Raquel. *A posição da América Latina em relação às medidas de liberalização do comércio*. v 11 n.2, p.155-185, abr./jun. 1981.

Estuda-se o papel das políticas comerciais dos países desenvolvidos e em desenvolvimento em promover ou retardar o crescimento das nações latino-americanas. Discutem-se o sistema generalizado de preferências, a *Tokio Round* de Negociações Multilaterais de Comércio e a emergência de novas pressões protecionistas nas principais nações industriais. <Política Comercial, Comércio Exterior, Protecionismo, Desenvolvimento Econômico, América Latina>

271. MACEDO, Roberto Brás Matos. *Uma crítica das estimativas da elasticidade de substituição obtidas para a indústria de transformação*. v.5, n.3, p.141-164, set./dez. 1975.

Examinam-se os problemas de interpretação encontrados no decorrer de uma tentativa de estimar a elasticidade de substituição de uma função tipo CES, com base nas condições de primeira ordem para a maximização do lucro da firma, usando-se dados da indústria brasileira de transformação, no nível de dois dígitos. Os resultados mostram que conclusões usualmente obtidas com este tipo de enfoque podem ser ilusórias, tanto no que se refere ao valor da elasticidade de substituição como à relação inversa entre quantidade e preços, no contexto de uma demanda de mão-de-obra. <Modelos Econométricos, Elasticidade de Substituição, Mercado de Trabalho, Indústria de Transformação>

272. MACEDO, Roberto Brás Matos. *Uma revisão crítica da relação entre a política salarial pós-1964 e o aumento de concentração da renda na década de 1960*. v.6, n.1, p.63-96, jan./abr. 1976.

Críticas a textos da literatura econômica que apontam a política salarial como responsável pelo aumento da concentração de renda verificada na década de 1960. A conclusão é de que esta política não tem sido neutra em seu impacto distributivo, mas este é de natureza muito mais complexa que o sugerido nas análises revistas. <Distribuição de Renda, Política Salarial, Salários, Teoria Econômica>

273. MACEDO, Roberto Brás Matos. *Distribuição funcional na indústria de transformação. aspectos da participação do trabalho no curto prazo*. v.8, n.2, p.9-62, maio/ago. 1978.

Investigam-se os fatores responsáveis pelo comportamento anti-cíclico da participação do trabalho, medida pela razão entre a folha de salários e o valor da produção, e se demonstra que este fenômeno não pode ser atribuído apenas a um problema de agregação. Analisa-se o papel desempenhado pelas variações dos preços de matérias-primas entre 1970-74, constatando-se uma queda da participação do trabalho paralelamente a uma expansão acentuada do nível de atividade produtiva. Conclui-se que aquelas variações podem ser apontadas como responsáveis parciais por esta queda, conforme foi medida em indústrias químicas e de alimentos. Estudam-se também o efeito da defasagem entre preços e salários e o efeito da existência de custos quase-fixos de mão-de-obra, a partir dos modelos neoclássico e de Kalecki. <Mercado de Trabalho, Setor Industrial, Modelos Econométricos, Salários, Custos>

274. MACEDO, Roberto Brás Matos. *Salário mínimo e distribuição da renda no Brasil*. v.11, n.1, p.43-56, jan./mar. 1981.

O papel da política econômica brasileira em relação ao salário mínimo no debate sobre as causas da piora da distribuição de renda no Brasil foi superestimado, nos anos 60. A base para a defesa deste ponto vem das evidências de que, em nosso país, a população abrangida pela legislação deste salário é limitada, mesmo nos níveis inferiores da distribuição de renda, tendo havido ainda um declínio da proporção de trabalhadores que recebem os menores salários. Após a avaliação de dados retirados do ENDEF/74 e da PNAD/76 sobre o tema, discutem-se algumas sugestões de mudanças na atual política do salário mínimo. <Distribuição de Renda, Salário Mínimo, Política Salarial>

275. MACEDO, Roberto Brás Matos. *A crise e as crianças brasileiras: o caso do Estado de São Paulo*. v.14, n.esp., p.441-467, 1984.

Retrospecto das condições sócio-econômicas e da situação das crianças no Brasil, entre 1960-80, concentrando-se nas políticas implementadas entre 1964-73. Examinam-se acontecimentos recentes, que levaram à crise atual, e seu impacto social sobre o desemprego, o consumo de alimentos, os preços e os gastos sociais do governo. São analisados detalhadamente os efeitos da crise no bem-estar das crianças em São Paulo, estudando-se as políticas governamentais relativas à pobreza. <Crianças, Condições Sócio-Econômicas, Indicadores Sociais, Bem-Estar Social, São Paulo>

276. MACEDO, Roberto Brás Matos. *Diferenciais de salários entre empresas estatais e privadas: novos resultados*. v.16, n.esp., p.21-43, 1986.

Comparam-se os salários diretos e indiretos de empregados de pares de dez empresas privadas e estatais, de um mesmo ramo de atividade e de tamanhos aproximados. Formula-se um modelo tratando conjuntamente todas as amostras, com a variável tamanho incluída de forma explícita. As conclusões confirmam a existência de vantagens dos trabalhadores das empresas estatais, não explicadas pelas características dos trabalhadores ou ramo de atividade e tamanho da empresa. No entanto, os diferenciais mais elevados prevalecem nos níveis intermediários e mais baixos da hierarquia de ocupações e de salários das empresas, havendo casos em que o princípio de equivalência justificaria maiores salários no setor estatal. <Salários, Empresas Privadas, Empresas Estatais, Modelos Econômicos, Política Salarial>

277. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Trabalho, compensação e crime: estratégias e contra-estratégias*. v.18, n.esp., p.81-102, 1988.

Baseado em processos criminais de escravos da Província de São Paulo, referentes aos municípios de Campinas e Taubaté, discutem-se as lutas dos escravos frente às transformações sofridas pelo sistema escravista, entre 1830-88. s estratégias senhoriais, que procuravam compatibilizar as contingências da produção agrícola exportadora com o regime escravista que declinava, os escravos respondiam com contra-estratégias, que buscavam defender tradicionais espaços de autonomia e sobrevivência. <História, Escravidão, Criminalidade Escrava, São Paulo>

278. MAGALHÃES, Adriana do Camo; BRANDT, Sérgio Alberto & MAIA, Maria Madalena. *Absorção de trabalho, demanda e decomposição de emprego agrícola*. v.16, n.2, p.243-255, maio/ago. 1986.

Examinam-se os determinantes da demanda de trabalho em São Paulo e os papéis de salários, preços de insumos modernos, nível de produção, uso da terra e estoque de tratores, a partir do esquema neoclássico de demanda de fator e o modelo de decomposição de emprego de Krishna. Tenta-se, assim, compreender as causas da redução observada no nível de emprego setorial. Evidenciam-se efeitos positivos do produto e uso da terra e efeitos negativos das outras variáveis, delineando-se inferências para política e pesquisa com base nos resultados. <Mercado de Trabalho, Agricultura, Salários, Modelos Econométricos, São Paulo>

279. MALGESINI, Graciela N. & COCONI, Gabriela M. *Trigo versus erva-mate: o intercâmbio Argentina-Brasil e a questão regional de Misiones (1920-1945)*. v.16, n.2, p.275-301, maio/ago. 1986.

Desde fins do século XIX, a maior parte do intercâmbio comercial entre Argentina e Brasil estava baseada no trigo e na erva-mate. Esta relação tornou-se crítica ao entrar em produção os ervais de cultivo argentino, durante os anos 20. Analisam-se as causas e conseqüências desta situação internacional conflitiva, assim como as rivalidades inter-regionais geradas dentro da Argentina, focalizadas a partir de uma reinterpretação da concepção política do Estado argentino da década de 30. <História Econômica, Comércio Exterior, Trigo, Erva-Mate, Argentina>

280. MAMED, Francimar de Araújo; LIMA, João Eustáquio de; OLIVEIRA, Evonir Batista de & LEITE, Carlos Antônio Moreira. *Custos e benefícios sociais da política de auto-suficiência em borracha natural no Brasil*. v.16, n.1, p.123-148, jan./abr. 1986.

A política de expansão da produção de borracha natural no Brasil baseia-se na elevação do preço e no uso de crédito subsidiado, sem que

os custos e benefícios que tais medidas possam representar para a sociedade sejam bem conhecidos. A partir de um modelo derivado da teoria do bem-estar social, quantificam-se os custos sociais decorrentes do acréscimo na produção de borracha natural em seringais nativos e de cultivo, utilizando-se a área abaixo da curva de oferta; o benefício foi quantificado com base na redução das importações. Os resultados indicam que o custo social líquido é menor com a utilização de seringais nativos ou de cultivo da área Amazônica, e que a recente mudança de critérios, permitindo que novas áreas não-tradicionais sejam incorporadas ao programa, apesar de justificados com base nos preços privados de produção, implica custos crescentes para a sociedade. <Análise de Custo-Benefício, Política Agrícola, Borracha, Bem-Estar Social, Amazônia>

281. MANESCHI, Andrea & NUNES, Egas Moniz. *Função de produção agregada e progresso tecnológico na economia brasileira*. v.1, n.1, p.77-91 abr. 1970.

Estimação de uma função de produção agregada para a economia brasileira, utilizando três modelos para se medir o progresso tecnológico, entre 1947-60. Os resultados obtidos mostram que, aceita a hipótese de retornos constantes de escala, a presença de progresso tecnológico foi significativa. <Mudança Tecnológica, Fatores de Produção, Produtividade, Modelos Econométricos>

282. MARANHÃO, Silvio & SAMPAIO, Yony. *Estado, planejamento regional e classes sociais no Nordeste*. v 17 n.3, p.405-433, set./dez. 1987

Estudam-se as relações entre o processo de planejamento estatal e as classes sociais no Nordeste, analisando-se especificamente as relações entre a política agrícola e de desenvolvimento rural e os grupos dominantes regionais e locais. A constituição de uma economia unificada de natureza capitalista ensejou a integração nacional sob a hegemonia burguesa da região Centro-Sul, destruindo as bases de poder em escala regional de modo significativo. No entanto, embora os processos de planejamento regional e setorial sejam comandados a partir do poder central, representando os interesses das classes nacionalmente dominantes, em nível de sua execução uma parte dos recursos e benefícios de tais programas é apropriada pelos grupos locais. <Economia Regional, Classes Sociais, Política Agrícola, Nordeste, Planejamento Econômico>

283. MARCÍLIO, Maria Luiza. *Tendências e estruturas dos domicílios na Capitania de São Paulo (1765-1828) segundo as listas nominativas de habitantes*. v.2, n.6, p.131-143, dez. 1972.

Utilização das listas nominativas de habitantes da capitania, posteriormente província, de São Paulo, para os anos 1765, 1798, 1808, 1818 e 1828, analisando-se as tendências de crescimento e as estruturas de seus domicílios ou fogos. O número médio de pessoas livres por fogo situa-se ao redor de quatro, subindo para seis ao se incluírem os escravos, durante todo o período. No estudo da composição do domicílio são destacados o núcleo familiar principal, os agregados e os escravos. <Demografia Histórica, Domicílios, Famílias, São Paulo-SP>

284. MARCÍLIO, Maria Luiza. *A fecundidade camponesa no Brasil antigo: o caso de Ubatuba*. v.15, n.esp., p.111-126, 1985.

Análise de demografia histórica da vida familiar de caiçaras do litoral paulista, com dados levantados para Ubatuba, entre 1790-1830. Estudam-se especificamente a estrutura e a dinâmica da fecundidade da população livre, a partir de fichas de reconstituição de famílias montadas com as informações recolhidas em listas nominativas de habitantes. Os casamentos eram realizados em idades baixas, sobretudo para as moças, embora fosse elevado o nível de celibato definitivo. As uniões consensuais estáveis eram normais nas sociedades rústicas do passado brasileiro. As mulheres tinham uma vida reprodutiva mais intensa e a intervalos mais curtos nos primeiros dez anos de vida conjugal e o número médio de filhos ficava em torno de quatro. <Demografia Histórica, Metodologia, Casamento, Fecundidade, Ubatuba-SP>

285. MARTINCOWSKI, Paulo Machado. *A sazonalidade do trabalho agrícola temporário no município de Bandeirantes-PR*. v.18, n.1, p.167-195, jan./abr. 1988.

A partir de dados coletados em pesquisa junto a produtores agrícolas, em 1986, observou-se que em Bandeirantes-PR as culturas de algodão e cana-de-açúcar respondem por 94% da absorção total de trabalhadores volantes (bóias-frias), sendo a colheita e a capina as principais fases de utilização desta mão-de-obra. Durante o ano, em média 38% da população de bóias-frias do município está disponível, sem ocupação agrícola. Argumenta-se que a cultura de algodão pode servir como pólo atrativo dessa mão-de-obra para o município, com benefícios para os produtores de cana-de-açúcar, já que o cultivo da cana não interfere com a época de apanha do algodão. <Mercado de Trabalho, Agricultura, Trabalhadores Autônomos, Bandeirantes-PR>

286. MARTINELLI JR., Orlando. *A agroindústria citrícola no estado de São Paulo*. v.19, n.2, p.277-317, maio/ago. 1989.

Análise dos condicionantes que permitiram que se desenvolvesse a agroindústria citrícola em São Paulo, caracterizando a estrutura produtiva e a dinâmica de seus setores, tendo como referencial a implantação do complexo agroindustrial na economia brasileira. Condições climáticas favoreceram o desenvolvimento da citricultura no estado como uma atividade tecnificada e com grande força econômica; o fato de ser comandada por empresários e assentada em estabelecimentos médios deu grande atrativo para que se implantasse a indústria processadora de sucos no final de 1960. Frente a um grande crescimento do mercado internacional de sucos e a uma crise conjuntural, em meados de 1970, a indústria apresentou uma centralização oligopólica, com os quatro maiores grupos controlando mais de 80% da capacidade de demanda e esmagamento de laranja. Os reflexos destes fatos na comercialização das safras deram à indústria processadora a condição de pólo dinâmico da agroindústria citrícola. <Agroindústria, Citricultura, Preços, Oligopólio, São Paulo>

287. MARTINS, Roberto Borges. *Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora*. v 13, n.1, p.181-209, jan./abr. 1983.

Examina-se a participação de Minas Gerais no tráfico internacional e interprovincial de escravos e a distribuição da população servil no território da província, com base nas críticas às seguintes teses, assentadas pela historiografia: Minas foi um grande exportador de escravos; esses escravos serviram de base à decolagem do setor cafeeiro; e as áreas não-cafeeiras da província foram esvaziadas de suas força de trabalho servil pela drenagem das zonas de grande lavoura. <Demografia Histórica, Escravidão, Tráfico de Escravos, Setor Rural, Minas Gerais>

288. MARTONE, Celso Luiz. *O enfoque monetário à teoria do balanço de pagamentos: algumas implicações*. v.4, n.1, p.193-220, jan./abr. 1974.

Desenvolvimento de um modelo simples de uma economia aberta estacionária, com a introdução de um mercado de capitais e do crescimento econômico, fazendo-se uma análise das implicações disto para o balanço de pagamentos. Na parte final, são apresentadas algumas observações sobre o comportamento recente do balanço de pagamentos do Brasil, com base no enfoque monetário. <Balanço de Pagamentos, Moeda, Modelos Econométricos>

289. MARTONE, Celso Luiz. *Estimação de Índices trimestrais de renda para o Brasil: uma nova técnica*. v.4, n.2, p.97-105, maio/ago. 1974.

Utiliza-se a técnica de análise de componentes principais, aplicada sobre um conjunto de indicadores individuais do comportamento trimestral do nível de atividade, para preencher a lacuna de dados trimestrais de renda real no Brasil, falha esta que tem criado sérias dificuldades aos testes de teorias monetárias. Expõe-se o conceito de componente principal e indicam-se os resultados mais significativos obtidos com dados brasileiros. <Modelos Econométricos, Renda, Estimação>

290. MARTONE, Celso Luiz. *Inflação numa economia aberta com indexação da taxa de câmbio*. v.8, n.1, p.109-132, jan./abr. 1978.

Estudam-se os efeitos da indexação da taxa de câmbio numa economia dependente, no contexto de um modelo de equilíbrio geral com um setor doméstico e um setor internacional. O critério de indexação é formulado de modo a se manter inalterado o preço relativo entre o bem doméstico e o bem comercial. Conclui-se que o regime de indexação cambial permite imunizar a economia contra perturbações puramente monetárias, mas é insustentável a longo prazo, em face de perturbações de caráter real que alterem permanentemente preços relativos entre as duas classes de bens. <Inflação, Indexação, Taxa de Câmbio, Modelos Econômicos>

291. MARTONE, Celso Luiz. *O processo cumulativo de Wicksell e a dinâmica de inflação*. v.9, n.3, p.77-100, set./dez. 1979.

Discussão sobre a dinâmica de inflação em termos de um enfoque de fundos emprestáveis, que enfatiza o papel das taxas de juros como variável chave no processo de ajustamento, reproduzindo algumas proposições de Wicksell. O modelo apresenta diferenças em relação aos modelos macroeconômicos tradicionais e em relação aos modelos de inflação, na linha da teoria quantitativa da moeda. Analisam-se os mercados de bens e serviços e de crédito, que determinam proximamente a taxa de inflação e a taxa de juros. <Construção de Modelos, Modelos Econômicos, Inflação, Teoria Econômica, Wicksell>

292. MARTONE, Celso Luiz. *A inconsistência do modelo brasileiro de ajustamento*. v.15, n.1, p.25-35, jan./abr. 1985.

Descreve-se o processo de ajustamento adotado pelo Brasil nos últimos anos, à luz de um modelo macroeconômico simples que destaca a importância do *trade-off* entre inflação e produto real implícito na restrição de balanço de pagamentos e o excesso de endividamento do setor público. Conclui-se pela inconsistência do modelo brasileiro, que

conduz a economia a uma crescente desestabilização e a um regime de hiperinflação. <Ajustamento Econômico, Dívida Pública, Modelos Econômicos, Inflação>

293. MARTONE, Celso Luiz. *O programa brasileiro de estabilização. problemas e perspectivas*. v.16, n.3, p.323-334, set./dez. 1986.

Estudo do Plano Cruzado e suas principais implicações e problemas. A análise é qualitativa, feita apenas um mês após a decretação da reforma monetária. Um modelo de referência é usado para avaliar a não-neutralidade da reforma em relação aos preços relativos, à distribuição funcional e setorial da renda e ao volume de produção e emprego. São discutidos aspectos específicos, tais como o ajustamento do sistema financeiro, a perspectiva de déficit público, a desindexação da economia, o descongelamento de preços e a retomada dos investimentos privados. Por ser um plano de alto risco, vai exigir uma estratégia macroeconômica consistente e competente nos próximos seis a nove meses, a fim de evitar a acumulação de distorções e desequilíbrios que possam conduzir a seu fracasso. <Ajustamento Econômico, Política Monetária, Plano Cruzado, Congelamento de Preços, Distribuição de Renda>

294. MATOS, Maria Cristina Barbot Campos e. *A propósito da racionalidade camponesa. universalidade de comportamentos ou graus de racionalidade?* v.20, n.esp., p.135-149, 1990.

Ao se estudar a racionalidade camponesa, depara-se, sobretudo, com problemas do âmbito da racionalidade instrumental. Exploram-se estes problemas e as poucas abordagens da racionalidade instrumental que desafiam a tese da maximização. São fornecidas algumas pistas para a compreensão da racionalidade camponesa. <Teoria Econômica, Racionalidade, Metodologia>

295. MAURO, Frédéric. *Pode-se falar de uma indústria brasileira na época colonial?* v.13, n.esp., p.733-744, 1983.

A partir da definição de indústria como sendo o conjunto das atividades que produzem as riquezas pela fabricação de matérias-primas, discute-se a indústria na era pré-industrial e o conceito de economia colonial brasileira. Estudam-se as indústrias do açúcar, da madeira, extrativa de ouro, ferro e sal e a pesca, somando-se a elas o artesanato rural e urbano. <História Econômica, Industrialização, Açúcar, Ouro, Madeira>

296. MELLO, Pedro Carvalho de. *Estimativa da longevidade de escravos no Brasil na segunda metade do século XIX*. v.13, n.1, p.151-179, jan./abr. 1983.

Apresenta-se um retrospecto da literatura existente sobre a mortalidade de escravos no Brasil. A partir de estimativas de longevidade, são construídas tábuas de sobrevivência de escravos, utilizando-se métodos demográficos e atuariais. Ao final, discutem-se outros aspectos importantes para a correta avaliação da longevidade da escravaria. <Demografia Histórica, Escravidão, Mortalidade, População Escrava>

297. MELLO, Pedro Carvalho de. *Os fazendeiros de café e o mercado financeiro e de capitais, 1871/88*. v.14, n.1, p.145-161, jan./abr. 1984.

Na segunda metade do século XIX, a produção e a exportação de café representavam a principal atividade econômica do Brasil, e os fazendeiros de café se tornaram o segmento mais importante da elite empresarial do país. Nesta época, ocorre também a diversificação e o fortalecimento da intermediação financeira, não ficando os fazendeiros alheios ao fenômeno. Estima-se as taxas de retorno que estes poderiam obter, caso decidissem investir em aplicações financeiras entre 1871-88. Conclui-se que o nível da taxa de juros era alto, em comparação com países mais desenvolvidos, oscilando de 8% a 12% no período. <História Econômica, Sistema Financeiro Nacional, Investimentos, Crédito Rural, Café>

298. MELLO, Zélia Maria Cardoso de & SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Características dos núcleos urbanos em São Paulo*. v.15, n.2, p.307-337, maio/ago. 1985.

Apresentam-se evidências empíricas disponíveis em fontes primárias pouco exploradas que dizem respeito às atividades econômicas levadas a efeito na capital e em alguns outros núcleos urbanos de São Paulo. Com base nestes dados, propõe-se uma reflexão a respeito da divisão de trabalho dentro de cada cidade e entre as diferentes cidades. A suposição é a de que a evolução da cidade de São Paulo impõe certos limites ao desenvolvimento dos demais núcleos. <Demografia Histórica, Comércio Interno, Trabalhadores Urbanos, Setor Industrial, São Paulo>

299. MELLO, Zélia Maria Cardoso de; SAES, Flávio Azevedo Marques de & NOZOE, Nelson Hideiki. *Três pesquisas pioneiras em história econômica (as teses universitárias de Alice Piffer Canabrava)*. v.15, n.esp., p.169-179, 1985.

Resenha crítica de obras clássicas da autora: *O comércio português no Rio da Prata, 1580-1640*, de 1944; *A indústria de açúcar nas*

ilhas inglesas e francesas do Mar das Antilhas, 1697-1755, de 1946; e *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo, 1861-1875*, de 1951, todas recentemente publicadas em forma de livro. <História Econômica, Comércio Exterior, Indústria do Açúcar, Algodão, Desenvolvimento Econômico>

300. MELO, Fernando Bento Homem de. *A agricultura de exportação e o problema da produção de alimentos*. v.9, n.3, p.101-122, set./dez. 1979.

A partir da crise do balanço de pagamentos do Brasil de 1974, discutem-se as implicações distributivas de um possível ajustamento do setor agrícola a medidas estimuladoras de suas exportações. Estes estímulos beneficiariam um conjunto amplo de produtos, o que contrasta com o período de preços internacionais favoráveis a partir de 1969. É detectado um desequilíbrio acentuado na ocorrência de progresso tecnológico na agricultura brasileira, principalmente em relação aos produtos alimentares de mercado interno. Para se aumentar os níveis de consumo e nutricionais, não se deveria desprezar a alternativa de introdução de medidas afetando a demanda ou a quantidade demandada de alimentos. <Produção Agrícola, Exportações, Alimentos, Mudança Tecnológica>

301. MELO, Fernando Bento Homem de. *A agricultura nos anos 80 perspectiva e conflitos entre objetivos de política*. v.10, n.2, p.57-101, maio/ago. 1980.

Examinam-se as demandas impostas pela política econômica, no sentido de se produzir mais alimentos, substitutos para a gasolina e produtos de exportação, e o provável conflito entre estes objetivos. Dadas as condições atuais de produtividade, o setor agrícola teria que apresentar uma taxa de expansão da área cultivada total da ordem de 7,5% a 8%, ou seja, o dobro da taxa historicamente observada no Brasil. <Política Agrícola, Produção Agrícola, Alimentos, Distribuição de Renda>

302. MELO, Fernando Bento Homem de. *Proálcool, composição do produto e emprego agrícola*. v.11, n.esp., p.83-91 1981.

A implementação do Proálcool implicará a realização de investimentos da ordem de cinco a seis bilhões de dólares, visando à expansão agrícola, assim como à capacidade industrial da produção de álcool. Estimam-se os possíveis efeitos do programa sobre o mercado de trabalho e sobre a criação de empregos agrícolas e industriais, para o estado

de São Paulo. <Proálcool, Agricultura, Mercado de Trabalho, Produção Agrícola, São Paulo>

303. MELO, Fernando Bento Homem de. *Política comercial, tecnologia e preços de alimentos no Brasil*. v.11 n.2, p.123-142, abr./jun. 1981.

Contesta-se o argumento de que a estratégia brasileira de industrialização via substituição de importações e uma conseqüente política comercial discriminaram contra o setor agrícola no período do pós-guerra, já que a sobrevalorização da taxa de câmbio faria com que os preços de bens agrícolas fossem inferiores aos do mercado internacional. Evidências empíricas mostram que vários produtos, em sua maioria alimentos, tiveram preços superiores aos do mercado externo, sugerindo existir antes uma taxaço sobre consumidores, principalmente os pobres, do que sobre os produtores. Estudam-se os descompassos encontrados na adoção de novas tecnologias em relação aos produtos agrícolas exportáveis e aos alimentos, que têm beneficiado apenas os primeiros. Avalia-se o papel do governo na manutenção do diferencial de preços entre estes produtos. <Política Comercial, Alimentos, Agricultura, Mudança Tecnológica, Preços>

304. MELO, Fernando Bento Homem de. *A política econômica e a pequena produção agrícola*. v.12, n.3, p.67-85, dez. 1982.

A pequena produção agrícola é reconhecida pela utilização do trabalho familiar, com posse parcial ou total dos instrumentos de trabalho, e pela existência de fatores excedentes à subsistência. Estudam-se, em relação a seus componentes, as políticas governamentais de preços mínimos, estabilização de preços, crédito rural e inovações tecnológicas, como resultado dos investimentos públicos em pesquisa agrônômica. Utilizam-se, entre outros, dados da produção agrícola em São Paulo para 1948-76. Indica-se que, devido à uma deficiente base de recursos físicos e humanos, a intervenção estatal não deve trazer mudanças substanciais no quadro desfavorável enfrentado pelos pequenos agricultores. <Pequena Produção, Política Agrícola, Produção Agrícola, São Paulo>

305. MELO, Fernando Bento Homem de. *A necessidade de uma política alimentar diferenciada no Brasil*. v.15. n.3. p.361-385, set./dez. 1985.

Revisão do comportamento da produção agrícola brasileira entre 1977-84. Investiga-se o papel desempenhado por cinco fatores (reces-

são de 1981, política cambial, preços internacionais, Proálcool e desequilíbrio tecnológico entre culturas domésticas e exportáveis) que são, no momento atual, relevantes para a alocação de recursos no setor agrícola. Defende-se a introdução de uma política agrícola que leve em consideração a existência dos dois subsetores produtos alimentares e para exportação e seja diferenciada em relação aos alimentos. <Produção Agrícola, Alimentos, Políticas Governamentais, Política Cambial, Proálcool>

306. MELO, Fernando Bento Homem de. *Capacidade de pagamento da agricultura e a correção monetária*. v.18, n.3, p.393-405. set./dez. 1988.

A questão da capacidade (ou falta de) dos agricultores em pagar correção monetária nos financiamentos rurais ganhou contornos de controvérsia nos meses iniciais de 1988, assim como nos debates da Constituinte, pelo retorno do Brasil à uma situação de inflação crescente. Analisa-se essa questão no contexto específico do custeio da safra 1987-88. Conclui-se que neste ano agrícola a larga parte do setor apresentou evidências de razoável ou boa capacidade de pagamento do crédito tomado para financiamento. <Crédito Rural, Correção Monetária, Preços, Financiamento>

307. MELO, Fernando Bento Homem de. *Agricultura brasileira: um novo horizonte de crescimento*. v.21, n.3, p.299-317. set./dez. 1991.

Mostra-se que as possibilidades de crescimento da agropecuária brasileira nos próximos dez anos superam o crescimento ocorrido nos anos 80, em três dos quatro cenários macroeconômicos utilizados. Isto significa um possível crescimento agrícola de 3,8% a 5,3% ao ano, enquanto a média da última década foi de 3,2% ao ano; o cenário pessimista fornece um crescimento de apenas 2,2%. É enfatizada a necessidade de se alterar a política agrícola, na direção de instrumentos de médio e longo prazos. <Agricultura, Produção Agrícola, Projeção Econômica>

308. MELO, Fernando Bento Homem de & ZOCKUN, Maria Helena. *Exportações agrícolas balanço de pagamentos e abastecimento do mercado interno*. v.7 n.2, p.9-50, maio/ago. 1977

Discutem-se os aspectos relevantes para a definição da política econômica brasileira, na atual situação do balanço de pagamentos, em

termos de contribuição da agricultura. Levantam-se as políticas adotadas desde o pós-guerra até 1973 e suas conseqüências para as exportações agrícolas. Em seguida, consideram-se a crise do balanço de pagamentos, a evolução dos preços internacionais e a relação de trocas para o setor. Por fim, discute-se o papel da agricultura para a solução da crise externa, no curto e no longo prazos. <Balanço de Pagamentos, Comércio Exterior, Produção Agrícola, Alimentos, Exportações>

309. MESGRAVIS, Laima. *Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colônia*. v.13, n.esp., p.799-811, 1983.

Ao se estudar o Código Filipino de 1603, que formou a base de toda a estrutura jurídica das sociedades metropolitana e colonial até o início do século XX, encontram-se expressões tais como *homem bom, um dos principais da terra e limpo de sangue*. Elas são fundamentais para a compreensão dos mecanismos de monopólio do poder por um pequeno grupo de privilegiados, que conseguiu mantê-lo com poucas interferências e transformações até o fim do período colonial. <História Econômica, Condições Sócio-Econômicas, Legislação>

310. METCALF, Alida C. *Recursos e estruturas familiares no século XVIII, em Ubatuba, Brasil*. v.13, n.esp., p.771-785, 1983.

As famílias latino-americanas desempenharam, durante o período colonial, importante papel na formação e consolidação de hierarquias sociais. Através do casamento e da herança, e pela distribuição da propriedade, transferiram ferramentas, terras, escravos e bens móveis às novas gerações. Estudam-se a estrutura familiar em Ubatuba-SP e os efeitos da transmissão da propriedade, mediante análise de dados obtidos de trinta testamentos do século XVIII e de um levantamento nominativo de habitantes daquela localidade, realizado em 1798. <Demografia Histórica, Famílias, Proprietários de Terra, Ubatuba-SP>

311. METCALF, Alida C. *Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito. o caso de Santana de Parnaíba*. v.17, n.2, p.229-243, maio/ago. 1987.

Discutem-se dois modelos de estratégias adotadas pelos escravos para sobreviverem à escravidão. Para Genovese, os escravos formavam parte da família patriarcal de seus senhores, dependendo da benevolência destes; para Gutman, a família escrava era uma instituição fundamental, e foram os laços entre escravos que deram a eles determinação para sobreviver. A análise da demografia escrava em Santana de Parnaíba-SP, para o período de 1720-1820, indica que os dois modelos não são excludentes.

No entanto, a família escrava deve ser vista também, como quer Higman, dentro do contexto econômico, já que a instabilidade da vida familiar dos cativos estava ligada às transformações na economia das fazendas. <Demografia Histórica, Escravidão, Famílias Escravas, Santana de Parnaíba-SP>

312. METCALF, Alida C. *A família e a sociedade rural paulista: Santana de Parnaíba, 1750-1850*. v.20, n.2, p.283-304. maio/ago. 1990.

Em Santana de Parnaíba-SP, entre fins do século XVII e início do século XVIII, os proprietários de terras e de escravos orientavam suas estratégias de família no sentido de preservar a integridade de sua riqueza por meio da divisão desigual de bens partilháveis, incentivando o deslocamento de filhos para as frentes de expansão e favorecendo as filhas e os genros com a maior parte das riquezas. Em contraste, as estratégias dos camponeses visavam, sobretudo, a sobrevivência dentro do contexto de uma economia rural em rápida transformação, à medida que a economia de subsistência cedia lugar a uma produção de gêneros de abastecimento, os domicílios camponeses diminuía em tamanho, os domicílios chefiados por mulheres aumentavam em número e a família nuclear passava a ter menor importância. Os ajustamentos e mudanças da vida familiar deixaram suas marcas na estrutura social da comunidade estudada, bem como nas frentes de expansão. <Demografia Histórica, Famílias, Condições Sócio-Econômicas, Proprietários de Terra, Santana de Parnaíba-SP>

313. MEYER, Arno & BATISTA JR., Paulo Nogueira. *A reestruturação da dívida externa brasileira*. v.20, n.2, p.163-194, maio/ago. 1990.

Discussão das alternativas que o Brasil poderá considerar na solução de suas dificuldades de endividamento externo, que depende essencialmente de uma iniciativa do governo, uma vez que não haverá apoio financeiro externo em montante significativo no futuro próximo. Como a mera continuação da moratória não constitui uma alternativa satisfatória, e como os esquemas de securitização e recompra da dívida apresentam limitações aparentemente incontornáveis, desenvolve-se uma proposta de tratamento global da dívida, cujo elemento central é a reestruturação unilateral das obrigações com os bancos comerciais estrangeiros, principal grupo credor do país. <Dívida Externa, Comércio Exterior, Balanço de Pagamentos>

314. MILLER, C. Arden & COULTER, Elizabeth J. *A crise econômica mundial e as crianças: um estudo de caso para os Estados Unidos*. v.14, n.esp., p.555-594, 1984.

Descrição da experiência norte-americana com programas de saúde e assistência à infância, na presença de mudanças econômicas, com dados para o período 1960-82. Existem amplas evidências de que as crianças pobres sofrem os reflexos adversos da situação sobre seu estado de saúde. A proporção de crianças vivendo na pobreza, nos Estados Unidos, cresceu ligeiramente desde 1975 e dramaticamente a partir de 1981, sendo que a atuação do governo, na área de assistência médica, manteve-se constante ou melhorou durante a recessão. Como o estado de saúde das crianças foi afetado adversamente, após 1981, sugere-se que, a partir do momento em que reversões econômicas sejam previstas, os serviços de saúde e assistência social às crianças devem ser expandidos e não contraídos. A bibliografia final reúne 80 títulos sobre o tema. <Crianças, Pobreza, Recessão, Saúde, Estados Unidos>

315. MODIANO, Eduardo M. *Estratégias de racionamento: uma generalização*. v.12, n.3, p.99-111, dez. 1982.

A partir do modelo adotado por Persio Arida (v.12, n.1, p.31-49, 1982), retoma-se a discussão sobre racionamento via preços ou via quantidades de mercadorias importadas, como a gasolina. Analisa-se a arrecadação tributária esperada como meta secundária de política, concluindo-se que a estratégia ótima de racionamento, do ponto de vista da arrecadação, não pode ser estabelecida *a priori*, dependendo da conjunção dos fatores aversão ao risco e preferência intertemporal da sociedade e/ou dos responsáveis pela política econômica. <Racionamento, Legislação Tributária, Modelos Econométricos>

316. MOLDAU, Juan Hersztajn. *A existência de externalidades e pesos redistributivos: o estabelecimento de esquemas compensatórios na implantação de projetos*. v.6, n.2, p.41-64, maio/ago. 1976.

A partir da existência de externalidades associadas a projetos, define-se um método que permite a determinação de compensações por tais economias ou deseconomias externas. A determinação do valor destas transferências é estabelecida em termos de valor atual, este diferindo segundo os vários pontos de vista de análise de acordo com as respectivas taxas de desconto. Assim, pode-se determinar a modalidade de sua transferência com um plano financeiro ótimo ajustado às condi-

ções econômicas de cada prestatário. (Ver errata à p.156). <Avaliação de Projetos, Modelos Econométricos, Teoria Econômica, Custos>

317. MOLDAU, Juan Hersztajn. *Eficiência intratemporal e a fronteira de transformação intertemporal. implicações para a determinação de preços-sombra de fatores.* v.7. n.2, p.89-110, maio/ago. 1977.

Estende-se a apresentação da determinação do equilíbrio geral intratemporal num modelo a dois setores para um contexto dinâmico considerando dois períodos. O objetivo é mostrar que a fronteira de transformação é um conceito ambíguo quando aplicado num modelo com mais de um bem. As implicações deste fato são exploradas no que se refere à prática defendida por alguns autores no sentido de calcular preços-sombra de fatores associando certo custo social predeterminado ao consumo presente. <Modelos Econométricos, Equilíbrio, Custo Social, Avaliação de Projetos>

318. MOLDAU, Juan Hersztajn. *Análise de políticas alternativas de nutrição para grupos carentes.* v.13, n.3, p.647-655, set./dez. 1983.

Comparação teórica entre as políticas de doação de alimentos, de subsídios de preços e de imposto de renda negativo, orientadas para a redução da desnutrição em grupos de baixa renda. A sugestão de uma política assistencial de nutrição decorre da constatação de que há segmentos importantes desta população com ingestão insuficiente de nutrientes básicos. A análise é conduzida tendo em vista a necessidade de especificação precisa de objetivos por parte dos órgãos de decisão, com o eventual sacrifício das preferências individuais em favor de uma imposição do poder público, o que exigiria a consideração dos seguintes aspectos: adoção ou não de uma postura paternalista em relação ao consumo de alimentos; disponibilidade total de recursos; relação custo/eficácia de políticas alternativas; e consideração de suas características operacionais. <Nutrição, Metodologia, Alimentos, Políticas Governamentais>

319. MOLDAU, Juan Hersztajn. *Sugestão de diretrizes para formulação e avaliação de programas sociais.* v.16, n.3, p.353-367, set./dez. 1986.

Indica-se uma estratégia específica para solução da questão da concepção e implementação de programas sociais. A análise se fundamenta no reconhecimento de que programas sociais podem atender ob-

jetivos múltiplos irredutíveis, ou seja, critérios que não têm um denominador comum e que são hierarquizados segundo juízos de valor que devem ser explicitados pelo poder público. Dada a inadequação do método custo-benefício para tratar do problema, sugere-se uma seqüência alternativa de procedimentos que poderão levar a uma solução eficiente. Uma distribuição orçamentária ótima pode ser conseguida a partir do conhecimento das relações custo-eficácia confrontando programas alternativos com cada objetivo e a partir de redefinição precisa de prioridades ao longo do processo de satisfação das necessidades sociais. <Avaliação de Projetos, Custo Social, Bem-Estar Social, Políticas Governamentais>

320. MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. *Moeda e taxa de juros em Keynes e Marx. observações sobre a preferência pela liquidez*. v.18, n.1, p.5-27, jan./abr. 1988.

Tentativa de identificação dos traços característicos dos pensamentos monetários de Keynes e Marx. Compara-se a noção keynesiana de preferência pela liquidez com a idéia de preferência absoluta pela moeda da qual fala Marx, quando trata das crises. As diferenças observadas decorrem das respectivas concepções de moeda, das formas diferentes de relacionar o real e o monetário e das visões sobre a taxa de juros. <História do Pensamento Econômico, Taxa de Juros, Moeda, Keynes, Marx>

321. MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. *Estado e economia: o papel monetário do estado*. v.20, n.1, p.87-100, jan./abr. 1990.

Utiliza-se a idéia de autonomia relativa do Estado com relação à Economia para se tratar teoricamente a questão do poder de intervenção deste Estado e dos limites de sua atuação, fugindo tanto das idéias de Estado-Objeto quanto das de Estado-Sujeito. Este assunto é discutido tomando como caso exemplar o papel do Estado nas dinâmicas monetárias. <Metodologia, Política Monetária, Moeda, Políticas Governamentais>

322. MONTEIRO, John M. *Distribuição da riqueza e as origens da pobreza rural em São Paulo (século XVIII)*. v.19, n.1, p.109-130, jan./abr. 1989.

Análise das listas do Donativo Real de 1679-82, buscando identificar as estruturas da sociedade rural de São Paulo no século XVII. As listas demonstram como uma economia assentada na exploração do tra-

balho indígena produziu desigualdades significativas na distribuição da riqueza entre os habitantes dos distritos rurais. Tal conclusão diverge das principais tendências da historiografia sobre São Paulo, as quais negam a existência de distinções de classe ou riqueza entre os bandeirantes. Assim, a presença de lavradores de subsistência empobrecidos, observada rotineiramente no meio rural paulista no século XVIII, foi antes de mais nada resultado de um processo histórico de marginalização. <História Econômica, Distribuição de Renda, Condições Sócio-Econômicas, Pobreza, Escravidão Indígena>

323. MONTORO FILHO, André Franco. *Objeto e método em ciência econômica. reflexões de um economista*. v.6, n.2, p.65-84, maio/ago. 1976.

Descrição das principais correntes teóricas que informam a ciência econômica desde sua pré-história. Discutem-se as várias definições de objeto e método desta ciência. O estudo das teorias clássica, marxista e neoclássica é realizado a partir das principais hipóteses colocadas por cada uma das correntes e sua metodologia de análise. <Teoria Econômica, História do Pensamento Econômico, Ciência Econômica, Metodologia>

324. MONTORO FILHO, André Franco. *Inflação e desequilíbrios*. v.7 n.3, p.103-125, set./dez. 1977.

A inflação é vista como um processo distributivo gerado por necessidades ou aspirações de mudanças de poder aquisitivo entre setores. Descreve-se brevemente a história das teorias sobre a inflação, indicando-se os pressupostos mais relevantes de algumas delas. A partir de um modelo apresentado, indica-se que a taxa de inflação dependerá do equilíbrio entre a velocidade de mudança intersetorial existente e a velocidade de ajuste dos mercados a este desequilíbrio. <Inflação, Teoria Econômica, Modelos Econométricos, Equilíbrio>

325. MONTORO FILHO, André Franco. *Redistribuição de renda análise comparada de política salarial e política tributária*. v.9, n.3, p.61-75, set./dez. 1979.

Analisa-se modelos de concorrência perfeita e imperfeita e modelos não marginalistas, mostrando que a alegação de que salários maiores implicam, necessariamente, emprego menor e pior distribuição de renda só é verdadeiro para os modelos de concorrência perfeita. Nos demais modelos é possível, via ação de sindicatos ou política salarial, aumentar a remuneração real dos trabalhadores, sem redução no nível

de emprego e melhorando a distribuição de renda. A política tributária pode ser inócua, não alterando o emprego ou a remuneração, havendo apenas mudança na composição do rendimento. <Distribuição de Renda, Modelos Econômicos, Política Salarial, Legislação Tributária>

326. MONTORO FILHO, André Franco. *Oferta agregada de curto prazo com proporções fixas*. v.14, n.1, p.5-16, jan./abr. 1984.

Apreciação do modelo keynesiano de equilíbrio no mercado de trabalho, discutindo seus princípios e propondo como hipótese alternativa um modelo de proporções fixas. Indica-se que neste modelo o volume de emprego, para cada nível de salário nominal, depende da demanda agregada, e que alterações no emprego e na produção podem se processar sem mudanças no salário nominal e seus preços, portanto com o mesmo salário real. <Modelos Econômicos, Construção de Modelos, Equilíbrio, Emprego, Salários>

327. MONTUSCHI, Luisa. *A greve como instrumento da política salarial dos sindicatos: o caso argentino* v.14. n.2, p.377-398, maio/ago. 1984.

Análise histórica do desenvolvimento dos conflitos e das negociações coletivas entre capital-trabalho na Argentina, no período de 1950-69. Discutem-se o caráter e as motivações das greves e o seu papel como instrumento de política salarial dos sindicatos argentinos. <História Econômica, Greve, Sindicalismo, Relação Capital-Trabalho, Argentina>

328. MOREIRA, José Manuel Lopes da Silva. *Hayek e a racionalidade econômica: entre o instinto e a razão*. v.20, n.esp., p.75-117 1990.

A racionalidade econômica exige a consideração de um terceiro domínio de fenômenos e objetos sociais, nem instintivos na origem nem o resultado de intervenção consciente ou construção propositada: o domínio das estruturas evolucionadas e auto-regulantes da sociedade através da seleção "natural" das normas de ação e percepção. Para Hayek, a ordem do nosso meio social só parcialmente é o resultado do desígnio humano. É precisamente à tentação de ver tudo como produto intencionado da ação humana que ele chama "a presunção fatal" Desconhecer que o ponto de vista de que nem toda a ordem que resulta do inter-jogo das ações humanas é resultado deste desígnio é, de fato, o começo da teoria social. <Teoria Econômica, Racionalidade, Liberalismo, Metodologia, Hayek>

329. MORLEY, Samuel A. *Indexação e o combate à inflação*. v.6, n.1, p.15-38, jan./abr. 1976.

Análise da experiência brasileira de indexação e sua possível adoção pelos Estados Unidos. Estuda-se a indexação dos contratos salariais e de débito numa economia de um setor. Em seguida, discutem-se a adoção da correção monetária no Brasil e alguns problemas práticos daí decorrentes. <Correção Monetária, Inflação, Indexação, Salários, Estados Unidos>

330. MORLEY, Samuel A.; BARBOSA, Milton & SOUZA, Maria Cristina Cacciamali de. *Evidências no mercado interno de trabalho durante um processo rápido de crescimento econômico*. v.7. n.3, p.61-102, set./dez. 1977.

O recente processo brasileiro de crescimento aparentemente foi bem-sucedido na criação de empregos; todavia, continua o aumento de diferenciais de salário, em detrimento dos trabalhadores não qualificados. Uma pesquisa realizada em 82 empresas de São Paulo-SP, visando definir hierarquias ocupacionais, cadeias de promoção e estrutura de salários relativos é utilizada para se estabelecer as formas de controle da força de trabalho por estas empresas. Conclui-se que, a despeito da ausência de sindicatos efetivos, parecem existir de fato, no Brasil, mercados internos ou segmentados de trabalho. <Estrutura Ocupacional, Segmentação do Mercado de Trabalho, Trabalhadores, Salários>

331. MORLEY, Samuel A. & WILLIAMSON, Jeffrey G. *Crescimento, política salarial e desigualdade: o Brasil durante a década de 1960*. v.5, n.3, p.107-139, set./dez. 1975.

Debate sobre os determinantes da distribuição de renda no Brasil, enfatizando que, embora a renda tenha se tornado mais desigualmente distribuída durante os anos 60, não se pode equiparar um aumento na desigualdade a uma piora na distribuição. Revisam-se as posições assumidas por vários autores sobre o tema, destacando-se os pontos discordantes. Utiliza-se um modelo que gera uma distribuição de renda de modo endógeno, para em seguida simular os eventos macroeconômicos da década de 60 e isolar os efeitos da estabilização e do crescimento. Conclui-se que as medidas de desigualdade convencionais não são apropriadas para economias dinâmicas, já que as implicações de bem-estar social de uma economia em crescimento não são as mesmas de uma economia com população e renda constante. Foram publicados dois artigos, por Hoffmann e Wells (v.6, n.2, p.13-40, 1976), que criticam o uso inadequado de evidência estatística e de metodologia. Em tréplica (v.7. n.2, p.147-156, 1977), os autores sustentam suas con-

clusões, que são contestadas por Hoffmann (v.8, n.3, p.105-109, 1978). <Distribuição de Renda, Política Salarial, Crescimento Econômico>

332. MORLEY, Samuel A. & WILLIAMSON, Jeffrey G. *Tréplica*. v.7. n.2, p.147-156, maio/ago. 1977

Veja o resumo deste artigo no número 331.

333. MOTT, Luiz R. B. *Rebeliões escravas em Sergipe*. v.17. n.esp., p.111-130, 1987.

Apesar da historiografia consagrada a Sergipe defender que os escravos eram aí melhor tratados do que na vizinha Bahia, nem por isto se conformaram passivamente os cativos com a condição servil: localizaram-se 17 referências a tentativas de revolta por parte não só da escravidão mas também das "gentes de cor" entre 1808-37. Analisam-se as principais características das rebeliões: local, liderança, objetivos, estratégias dos revoltosos e a reação dos donos do poder para debelar tais sedições populares. <História, Escravidão, Revolta Escrava, Sergipe>

334. MOTTA, José Flávio. *O advento da cafeicultura e a estrutura de posse de escravos (Bananal, 1801 1829)*. v 21, n.3, p.409-434, set./dez. 1991.

Estudo da evolução da estrutura da posse de escravos em Bananal-SP, em meio à fase inicial do desenvolvimento cafeeiro na região, com base em listas nominativas de habitantes principalmente para os anos de 1801, 1817 e 1829, procurando captar os efeitos deste desenvolvimento sobre os padrões de distribuição da propriedade escrava. Num primeiro momento, a difusão da cafeicultura aparentemente contribuiu para a formação de um ambiente propício ao aumento de escravistas de menor porte. Com o tempo, a atividade cafeeira dá mostras de evoluir para uma agricultura de *plantation*, alterando-se também as características demográficas da população cativa: aumentam os escravos homens, africanos, solteiros e em idade produtiva. <Demografia Histórica, Escravidão, Proprietários de Escravos, Posse de Escravos, Café, Bananal-SP>

335. MOTTA, Ronaldo Serôa da. *O Programa Nacional do Álcool. realizações e reformulações*. v.19, n.1, p.63-74. jan./abr. 1989.

O Proálcool é responsável atualmente por 50% do consumo de combustíveis de carros particulares, sendo que os modelos a álcool representam 95% dos automóveis vendidos nos últimos anos. A experiência do Proálcool oferece elementos para os programas de energia

alternativa dos países em desenvolvimento, pois estes programas podem se beneficiar de uma série de incentivos nestes países, que tem uma economia parcialmente regulada. No entanto, a participação do Proálcool no mercado de combustíveis não está sendo considerada economicamente justificável, após a alteração do cenário energético. A natureza e as implicações desse processo são analisadas, sendo discutidas algumas propostas de reformulação do programa. <Proálcool, Combustíveis, Incentivos Fiscais, Energia, Álcool>

336. MOURA, Alkimar R. & LAMOUNIER, Bolivar. *A recuperação econômica de 1984 e o início da Nova República: problemas e perspectivas*. v.15, n.3, p.427-441, set./dez. 1985.

Descreve-se o processo de recuperação econômica do Brasil, após a recessão de 1983, com algumas análises sobre seu significado num momento de transição política. O argumento principal é que esta recuperação não indica que o país tenha superado os principais obstáculos internos e externos à retomada do crescimento auto-sustentado. Dependente das exportações e da recuperação econômica dos Estados Unidos, o fim da recessão brasileira não parece suficiente para aliviar os conflitos internos, podendo inclusive exercer alguns efeitos perversos sobre os mesmos. A estabilidade política e a consistência governamental tornam-se, desta forma, um pré-requisito por assim dizer autônomo para uma retomada efetiva do crescimento econômico. <Desenvolvimento Econômico, Crescimento Econômico, Transição Política, Recuperação Econômica>

337. MOURA, Clovis. *Da insurgência negra ao escravismo tardio* v.17 n.esp., p.37-59, 1987.

A insurgência negra é enfocada no contexto de um modo de produção escravista, dividido em duas fases: o escravismo pleno e o tardio. Mostra-se como, na primeira fase, os escravos lutavam sozinhos por objetivos próprios. Na segunda, em consequência de uma modernização sem mudança na estrutura da sociedade, com vários níveis dominados pelo capitalismo internacional, substituíram o radicalismo por uma simples resistência passiva. A mesma estratégia foi adotada pela classe senhorial e isto determinou a forma compromissada e inconclusa da abolição no Brasil. <História, Escravidão, Revolta Escrava, Teoria Econômica>

338. MUELLER, Charles Curt. *A teoria dos bens públicos e a economia do bem-estar*. v.2, n.4, p.95-112, [abr.] 1972.

Análise teórica de um dos principais problemas da economia do bem-estar: a impossibilidade de se atingir a eficiência Pareto-ótima em

regime de livre concorrência perfeita quando existem bens públicos. O tratamento dado por Samuelson resolve o problema com um mecanismo de preços diferentes para cada indivíduo e de transferências compensatórias de renda. A superioridade teórica desta solução é salientada com base nas críticas de Buchanan e Musgrave. A inadequação da teoria para a formulação de política econômica é discutida ao final. <Bem-Estar Social, Bens Públicos, Teoria Econômica, Pareto, Samuelson>

339. MUELLER, Charles Curt. *O estado e a expansão da fronteira agropecuária na Amazônia brasileira*. v.13, n.3, p.657-679, set./dez. 1983.

Determina-se a participação do Estado na expansão recente das frentes de atividades nas áreas de fronteira da Amazônia, numa análise conceitual baseada em Sawyer, que vê a fronteira não como uma linha separando áreas vazias de áreas ocupadas, mas como um espaço área potencial para a expansão de atividades. Com dados para o período 1968-78, analisam-se a forma desta expansão e os efeitos ambientais resultantes, tentando-se estudar a política conservacionista para a Região Amazônica. <Fronteira Agrícola, Políticas Governamentais, Ecologia, Amazônia>

340. MUELLER, Charles Curt. *O ciclo do gado e as tentativas governamentais de controle do preço da carne*. v.17 n.3, p.435-456, set./dez. 1987.

Análise da inter-relação entre eventos associados a um determinado estágio do "ciclo do gado" e intervenções governamentais radicais no mercado de gado e de carne bovina no Brasil, desde o início da década de 1950. Foram registradas várias tentativas extremadas levadas a efeito em fases ascendentes de preços de longo prazo, de controle da oferta e do preço da carne, terminando por ajudar a derrubar o Plano Cruzado. Analisando estas tentativas, constata-se que elas falharam em atingir seus objetivos de curto prazo, mas provavelmente foram responsáveis por forte desestímulo à bovinocultura de corte no país. <História Econômica, Pecuária, Rebanho Bovino, Carne, Preços, Políticas Governamentais>

341. MÜLLER, Geraldo. *Estado e classes sociais na agricultura*. v.12, n.2, p.81-94, ago./nov. 1982.

Estimação das mudanças tecnológicas, econômicas e sócio-políticas que ocorrem no meio rural, tendo como núcleo dinâmico a ação

do Estado. Discutem-se as relações existentes entre capital social total, capital em geral e lucro nas atividades agrícolas, com a finalidade de caracterizar a nova estrutura de classes do meio agrícola. <Agricultura, Teoria Econômica, Condições Sócio-Econômicas, Classes Sociais>

342. MULLER, Alberto E. G. *Os efeitos regionais das transações do governo federal. uma avaliação* v.13, n.3, p.585-605, set./dez. 1983.

Avaliação dos fluxos inter-regionais de recursos, levando em conta impactos das decisões governamentais nem sempre considerados explicitamente, colocando assim em evidência fenômenos "ocultos", resultantes de decisões tomadas com outras finalidades. Indica-se que São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e os estados do Sul são as áreas que mais transferem recursos, sendo o Distrito Federal o maior receptor, seguido das Regiões Nordeste e Norte e do estado do Rio de Janeiro. <Economia Regional, Setor Público, Políticas Governamentais, Transferência de Recursos>

343. MUNHOZ, Dercio Garcia. *Inflação: impulsos de custos reversíveis e não reversíveis e a taxa de inflação de equilíbrio*. v.9, n.2, p.5-45, maio/ago. 1979.

Consolidação dos diversos conceitos sobre inflação, tanto em países industrializados como no Brasil. Indica-se como prioritário para a compreensão do processo inflacionário o diagnóstico do caráter do impulso inicial sobre os preços, responsável pela deflagração de sucessivas etapas de transmissão de efeitos cruzados de variação de preços dentro do sistema econômico. Estuda-se a experiência brasileira após o choque do petróleo de 1973. <Inflação, Teoria Econômica, Equilíbrio>

344. MUNIZ, José Gutierrez; FABIÁN, José Camarós; MANRIQUEZ, José Cobas & HERTENBERG, Rachelle. *A recente crise econômica mundial e o bem-estar das crianças: o caso de Cuba*. v.14, n.esp., p.505-524, 1984.

Como consequência da internacionalização da economia, Cuba também foi afetada pela recessão mundial. Contudo, o governo manteve uma política constante de proteção aos pobres e às crianças, através do aumento na alocação de recursos para educação e saúde e da promoção de uma maior participação popular nestes programas. Descrevem-se a melhoria nas áreas de nutrição, saúde e educação e os problemas ainda persistentes na habitação. Mostra-se que a melhoria alcançou a maior parte da população, eliminando grandes disparidades, com dados

para o período 1969-81. <Crianças, Condições Sócio-Econômicas, Recessão, Indicadores Sociais, Cuba>

345. MUSALEM Alberto Roque. *Ajustamento monetário: a consideração do efeito renda*. v.3, n.3, p.102-115, set./dez. 1973.

Cálculo do efeito renda ou fluxo gerado nos processos inflacionários e do ajustamento monetário quando a compensação para a inflação é dada. Utiliza-se o modelo de Cagan-Mundell; os resultados indicam que a condição de estabilidade é a mesma do modelo à medida que o sistema torna-se mais cíclico. <Modelos Econométricos, Ajustamento Monetário, Inflação, Teoria Econômica, Renda>

346. MUSALEM, Alberto Roque. *Um modelo simples de oferta quando o produto é idêntico ao estoque de capital: o exemplo da oferta de carne*. v.5, n.3, p.91-105, set./dez. 1975.

Discute-se a reação da produção, do investimento e do abate de gado bovino em termos de extensão de capital (qual o tamanho que o rebanho deve ter), conferindo-se especial atenção às elasticidades de curto e de longo prazos. Vários estudos empíricos obtiveram respostas negativas por parte do abate, no curto prazo, a uma alteração no preço da carne. O modelo apresentado mostra que são possíveis respostas positivas ou negativas, dependendo da participação do fator e da velocidade do coeficiente de ajustamento. <Modelos Econométricos, Capital, Oferta, Pecuária, Carne>

347. MUSALEM, Alberto Roque. *O conjunto de oportunidades distribuído*. v.7, n.3, p.45-59, set./dez. 1977.

Demonstra-se que a teoria clássica do valor pode ser ajustada para explicar o diferencial de salários de tipos heterogêneos de trabalho. Constroem-se duas variações do modelo ricardiano, visando analisar o relacionamento entre o preço de uma mercadoria básica e a distribuição em seu campo relevante. Como conclusão, aponta-se que trabalhadores não-especializados têm limitadas oportunidades de adquirir treinamento formal numa economia competitiva com um sistema de escola privada. <Teoria do Valor, Modelos Econométricos, Salários, Trabalhadores>

348. MUSGROVE, Philip. *Dispêndio familiar com saúde na América Latina*. v.14, n.2, p.365-376, maio/ago. 1984.

Utilização de dados provenientes de várias pesquisas sobre famílias, em seis países latino-americanos, no período 1966-75, com o obje-

tivo de estimar a elasticidade-renda. Investiga-se, para o Brasil, como a disponibilidade de serviços públicos e a maneira como eles são fornecidos e pagos afetam os gastos familiares. Outras fontes são usadas para fornecer dados sobre estes serviços públicos, embora não no mesmo nível de detalhes que os dispêndios familiares com serviços privados. <Dispêndio Familiar, Saúde, Elasticidade-Renda, Famílias, América Latina>

349. MUSGROVE, Philip. *A despesa familiar e os preços dos alimentos como determinantes do consumo alimentício no Nordeste brasileiro*. v.18, n.1, p.113-137, jan./abr. 1988.

Os dados coletados no ENDEF de 1974-75 parecem demonstrar que a desnutrição no Brasil é consequência da baixa renda. Análises anteriores sobre o consumo alimentar usando o ENDEF apresentam limitações devido ao uso dos dados agregados, podendo confundir diferenças regionais de preços com diferenças de hábitos de consumo, e por não considerar o tamanho da família. Funções de consumo estimadas só para o Nordeste, distinguindo-se áreas urbanas e rurais, e baseadas nos dados desagregados em nível da família permitem conclusões mais razoáveis sobre a resposta da família pobre ante mudanças na renda ou nos preços dos alimentos, como a avaliação do consumo adicional provocado por programas de assistência alimentar. Os pobres resultam ser mais sensíveis a aumentos de renda ou transferências do que se supunha; portanto, mais fáceis de receber ajuda, sempre que esta for concentrada nos mais pobres. A tendência a melhorar a qualidade da dieta, antes de consumir o suficiente em calorias, é mais forte na área urbana. A sensibilidade aos preços, medindo-se o impacto potencial dos subsídios, está concentrada nos grãos básicos, em particular no arroz. <Dispêndio Familiar, Alimentos, Modelos Econométricos, Nutrição, Nordeste>

350. NABUCO, Maria Regina. *Segmentação, terciarização, espaço*. v.19, n.esp., p.49-61, 1989.

Análise das recentes transformações nas estruturas de emprego dos países industrializados, com ênfase no processo de segmentação da força de trabalho, visto como uma das formas do capitalismo buscar resolver seus problemas intercapitais. A terciarização da estrutura econômica é o ponto de conexão da análise das relações entre a reestruturação industrial, a segmentação do mercado de trabalho e a redistribuição das atividades econômicas no espaço. <Estrutura Ocupacional, Segmentação do Mercado de Trabalho, Economia Regional, Países Desenvolvidos>

351. NEVES, Renato Baumann. *Exportações industriais e sua importância para a formação da poupança e do fluxo de renda internos*. v.14, n.2, p.217-246, maio/ago. 1984.

Quantificação dos efeitos mensuráveis das exportações industriais sobre a formação de poupança e o fluxo de renda internos, adotando como metodologia a conjunção de análise agregada com os resultados em termos de empresa. Apresentam-se indícios de que o aspecto mais relevante da contribuição dessas exportações deve ser procurado nos ganhos de capital por parte das empresas e não nos efeitos sobre a formação de poupança das famílias. Analisam-se estes efeitos sobre a poupança das indústrias e sobre o setor público, tendo em vista inferir a relação entre exportações e investimento industrial. <Modelos Econômicos, Exportações, Setor Industrial, Poupança, Renda>

352. NOZOE, Nelson & COSTA, Iraci del Nero da. *Achegas para a qualificação das listas nominativas*. v.21, n.2, p.271-284, maio/ago. 1991.

Questiona-se o comportamento dos responsáveis pela elaboração das listas nominativas de habitantes efetuadas no Brasil nos séculos XVIII e XIX. Considera-se aqui o tratamento dispensado à variável idade, a qual é tomada como forma de determinar se dado documento é fruto de coleta original de dados ou se resulta de atualização de um levantamento anteriormente realizado. Para tanto, foram analisadas as listas de habitantes da primeira companhia de ordenanças de Lorena (SP), para o período 1798-1812. <Demografia Histórica, Fontes Históricas, Metodologia, Listas Nominativas, Lorena-SP>

353. OLIVEIRA, João do Carmo. *O papel dos preços mínimos na agricultura*. v.4, n.2, p.77-96, maio/ago. 1974.

Avaliação da política de preços mínimos, em termos teóricos, calculando-se os custos imediatos decorrentes da aplicação de diferentes programas de suporte de preço para o setor agrícola. <Agricultura, Preços, Política Agrícola>

354. OLIVEIRA, João do Carmo & MONTEZANO, Roberto Marcos da Silva. *Os limites das fontes de financiamento à agricultura no Brasil*. v.12, n.2, p.139-159, ago./nov. 1982.

Os mecanismos monetários de carreamento de recursos para a agricultura eram eficazes quando foram estabelecidos, em meados da década de 60. Porém, foram perdendo a eficiência, ao longo do tempo,

à medida que a estrutura financeira do país se transformava. Analisa-se criticamente a evolução do sistema financeiro e o modo como esse crédito vem sendo estrangulado. São discutidas também algumas alternativas de ajustamento institucionais. <Produção Agrícola, Crédito Rural, Financiamento, Sistema Financeiro Nacional>

355. PASTORE, Affonso Celso. *A oferta de produtos agrícolas no Brasil*. v.1, n.3, p.35-69, 1971.

Durante muitos anos foi bastante generalizada a crença de que a oferta de produtos agrícolas, nos países com baixos níveis de renda *per capita* não responderia aos estímulos dos preços relativos. Investiga-se a resposta da produção agrícola aos preços, no Brasil, dividido em três regiões econômica e fisicamente diversas, estudando-se produtos comerciais e de subsistência. <Produção Agrícola, Oferta, Modelos Econômicos, Preços>

356. PASTORE, Affonso Celso. *Aspectos da política monetária recente no Brasil*. v.3, n.3, p.7-58, set./dez. 1973.

A dinâmica inflacionária é estudada por meio de um modelo, que mostra ser a taxa de crescimento do índice geral de preços dependente de variações presentes e passadas da taxa de expansão monetária e dos reajustes salariais e cambiais. Tenta-se uma avaliação da eficácia da política monetária, identificando-se os instrumentos utilizados para a redução gradual de expansão monetária ao longo do tempo. Por fim, é delineado um modelo explicativo para o comportamento da oferta real de empréstimos bancários, indagando de que forma tem sido possível compatibilizar aquela redução com uma elevação contínua do estoque real de empréstimos. <Política Monetária, Modelos Econômicos, Inflação, Financiamento>

357. PASTORE, Affonso Celso & BARROS, José Roberto Mendonça de. *O Programa de Integração Social e a mobilização de recursos para o desenvolvimento*. v.2, n.4, p.113-127, [abr.] 1972.

Quantificação da soma de recursos mobilizado pelo PIS, comparada a outros recursos usados para o financiamento do desenvolvimento econômico, tentando avaliar sua importância relativa para o crescimento futuro da economia. As limitações impostas pela legislação foram introduzidas num modelo que permite reproduzir o comportamento no tempo de variáveis como a porcentagem de aplicações e a taxa de juros.

<Desenvolvimento Econômico, Programa de Integração Social, Financiamento, Investimentos, Bem-Estar Social>

358. PASTORE, José. *Agricultura de subsistência e opções tecnológicas*. v.7, n.3, p.9-18, set./dez. 1977.

A não incorporação de técnicas modernas na agricultura brasileira de subsistência é devida principalmente à impotência dos produtores, e não à ignorância ou ao desinteresse. Esta impotência é determinada por fatores estruturais, como a inadequação das técnicas disponíveis e a escassez de recursos naturais. <Pequena Produção, Agricultura, Mudança Tecnológica>

359. PASTORE, José. *Mobilidade social sob condições de segmentação do mercado no Brasil*. v.11, n.1, p.21-41, jan./mar. 1981.

Divide-se o mercado de trabalho brasileiro em dois grupos: segmento protegido e não protegido, agrupando os trabalhadores que estão ou não protegidos pela lei trabalhista e com benefícios sociais e econômicos garantidos. Relacionam-se estes segmentos com variáveis do tipo região geográfica, mobilidade, estratificação, setor econômico, idade e sexo. <Mercado de Trabalho, Classes Sociais, Segmentação do Mercado de Trabalho, Condições Sócio-Econômicas>

360. PASTORE, José & BIANCHI, Ana Maria. *Determinação de salários: uso de um modelo causal*. v.4, n.2, p.7-26, maio/ago. 1974.

Embora a educação formal seja uma das principais fontes de desigualdade salarial, nota-se que persiste uma diferença mesmo em grupos mais homogêneos, em termos de escolaridade. Para explicar a variância de salários entre 22.587 profissionais especializados da indústria de transformação paulista, recorre-se a um modelo causal integrado por variáveis como capacitação profissional, importância funcional e tempo de firma. Os resultados indicam que o *status* funcional e a capacitação do profissional são fortes determinantes dos níveis salariais. <Salários, Educação, Modelos Econômicos, Setor Industrial, São Paulo>

361. PASTORE, José; DIAS, Guilherme Leite da Silva & CASTRO, Manoel Cabral de. *Condicionantes da produtividade da pesquisa agrícola no Brasil*. v.6, n.3, p.147-181, set./dez. 1976.

Estudam-se as condições responsáveis pelo avanço ou retrocesso na criação e difusão de inovações tecnológicas na produção agrícola bra-

sileira pós 1930. Supõe-se, a partir da hipótese da inovação induzida, que a pesquisa agrícola tende a constituir uma resposta às forças de mercado. Analisam-se produtos de exportação (café, cana e algodão) *vis-à-vis* produtos de consumo doméstico (arroz, feijão e milho), buscando verificar como a ênfase na pesquisa influencia os níveis de produtividade. As conclusões finais corroboram a hipótese levantada. <Pesquisa e Extensão Agrícolas, Mudança Tecnológica, Produção Agrícola, Alimentos>

362. PATINKIN, Don. *O que os países desenvolvidos podem aprender com a indexação: algumas observações finais*. v.6, n.1, p.1-14, jan./abr. 1976.

Discurso final do Seminário sobre Indexação, realizado em São Paulo, entre 26-28 fev. 1975. Analisam-se os aspectos teóricos da indexação, em termos de arranjos fiscais e contratuais, incluindo empréstimos, pensões e taxas salarial e de câmbio. <Correção Monetária, Indexação, Política Monetária, Moeda>

363. PAULA, João Antonio de. *Notas sobre a economia da borracha no Brasil*. v.12, n.1, p.63-93, jan./abr. 1982.

História da gênese da economia da borracha no Brasil, analisando-se em especial a ocupação da região do Acre, com dados de exportações de borracha silvestre entre 1821-1947. Descrevem-se o processo técnico de extração da borracha e as relações atuais de produção que, apesar de reproduzirem o desenvolvimento dependente do capitalismo no Brasil, não alteraram a estrutura da economia da borracha vigente desde o século XIX. <Agricultura, História Econômica, Políticas Governamentais, Borracha>

364. PEDRÃO, Fernando. *Problemas de teoria da história da teoria econômica*. v.13, n.2, p.393-418, maio/ago. 1983.

A história do pensamento econômico tem sido tratada, principalmente, como uma história das doutrinas econômicas, ou seja, mais como um relato das formalizações de pontos de vista sobre questões teóricas do que do próprio pensamento teórico. Discute-se o problema da relação entre as diversas formalizações do pensamento teórico e o processo, de raiz social, de formação deste pensamento, em termos históricos. <Teoria Econômica, História do Pensamento Econômico, Metodologia>

365. PELIANO, José Carlos P. *Retorno à análise da desigualdade de rendas*. v.8, n.3, p.9-20, set./dez. 1978.

Análise teórica sobre distribuição de renda, utilizando-se três medidas de desigualdade: razão de concentração de Gini, variância re-

lativa e desvio central relativo médio. Por fim, comparam-se as três medidas em termos de distribuição de renda com dados para o Brasil durante a década de 1960. <Distribuição de Renda, Metodologia, Índice de Gini>

366. PELIN, Eli Roberto. *Preço internacional do petróleo no longo prazo*. v.18, n.3, p.509-543, set./dez. 1988.

Determinar o preço de longo prazo do petróleo é de crucial importância para informar os programas de substituição deste energético. A utilização de modelos econométricos não tem obtido sucesso, ou por apresentarem resultados divergentes entre si ou pelo fato de que a realidade dos fatos tem sido perversa em relação às estimativas. Tenta-se definir não uma evolução futura dos preços, mas o limite do seu crescimento. Para tanto, recorre-se ao postulado segundo o qual "o preço real de qualquer bem não pode ir além do custo marginal do seu substituto mais próximo" Estudam-se os principais aspectos técnicos dos combustíveis sintéticos a partir do carvão mineral, determinando-se os custos marginais destes combustíveis com base nas dez tecnologias mais promissoras. Apresentam-se, por fim, os principais aspectos teóricos da economia de recursos não-renováveis. <Energia, Petróleo, Estimação, Recursos Não-Renováveis, Custo Marginal>

367. PENNA, Júlio A. & MONTEIRO, Augusto. *A taxa de retorno da pesquisa e extensão agrícola do cacau brasileiro*. v.6, n.3, p.51-82, set./dez. 1976.

Avaliação econômica dos ganhos sociais originários da pesquisa e extensão agrícola em cacau, para o Brasil, entre 1923-85, estimando-se a taxa social de retorno para os períodos de 1923-74 e 1958-85, considerando neste segundo período apenas os recursos alocados pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Conclui-se que o trabalho desenvolvido pela CEPLAC neste campo mostra apreciável grau de eficiência, tendo em vista o reflexo econômico alcançado. <Pesquisa e Extensão Agrícolas, Cacau, Bahia>

368. PENNA, Júlio A. & MUELLER, Charles Curt. *Fronteira agrícola, tecnologia e margem intensiva: algumas reflexões sobre o papel desses fatores para o crescimento agrícola brasileiro*. v.7, n.1, p.53-106, jan./abr. 1977.

O Brasil conta com cerca de 80 milhões de hectares dentro de propriedades agropecuárias não usadas, embora sejam agricultáveis. A teoria estruturalista atribui a ociosidade de terras a uma questão de *status*

e poder político. Sugere-se que, pelo menos em parte, esta ociosidade decorra de um comportamento estritamente econômico dos produtores medianos e grandes, que pode ser racionalizado pela teoria de *portfolio*. <Fronteira Agrícola, Política Agrícola, Mudança Tecnológica, Produção Agrícola, Portfolio>

369. PEREIRA, Laércio Barbosa & LUGNANI, Antonio Carlos. *Novos rumos da agricultura paranaense na década de 80*. v.21, n.3, p.351-378, set./dez. 1991.

Apresentam-se as mudanças na composição da produção agrícola do Paraná no período 1975-85, discutindo suas principais causas a partir da análise das políticas de crédito rural e de garantia de preços mínimos, bem como do desempenho em termos de rendimento por hectare e do comportamento de preços dos produtos. As vantagens artificiais criadas pelas políticas governamentais em torno da soja e do trigo retiraram as vantagens comparativas dos demais produtos; a partir do início dos anos 80, quando estas vantagens foram significativamente reduzidas, houve maior diversificação e aumento na produção agrícola do estado. <Agricultura, Produção Agrícola, Crédito Rural, Modelos Econométricos, Paraná>

370. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *O modelo Harrod-Domar e a substitutibilidade de fatores*. v.5, n.3, p.7-36, set./dez. 1975.

Pretende-se demonstrar que o modelo Harrod-Domar é compatível com progresso técnico, aumento da renda *per capita* e substitutibilidade de fatores a longo prazo. Define-se uma nova variável, a taxa de substituição a longo prazo de trabalho por capital, incorporada ao modelo ampliado, sem que se perca sua simplicidade. Conclui-se que o crescimento em equilíbrio da renda *per capita* depende da propensão marginal a poupar, da relação produto-capital, do desenvolvimento tecnológico e do crescimento populacional. <Modelos Econômicos, Crescimento Econômico, Harrod-Domar>

371. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Os desequilíbrios da economia brasileira e o excedente*. v.8, n.3, p.111-124, set./dez. 1978.

Análise dos desequilíbrios econômicos ocorridos no Brasil, durante a década de 70, relativos à inflação e ao balanço de pagamentos, que levaram ao esgotamento da sobra dos recursos orçamentários do estado. Estes desequilíbrios estão relacionados ao processo de redução relativa do excedente econômico, que por sua vez está ligado ao processo de desaceleração do crescimento do PIB e à elevação dos salários em 1975, decorrente do resultado das eleições de novembro de 1974.

<Política Monetária, Inflação, Balanço de Pagamentos, Excedente Econômico>

372. PIMENTA, Carlos. *Economia política e racionalidades*. v.20, n.esp., p.39-57, 1990.

Analisar a racionalidade dos intervenientes no econômico é questionar os fundamentos da Economia Política. Contudo, esta problemática deve ser teorizada num quadro conceitual que lhe é exterior. Constata-se a existência de uma racionalidade em profundidade e de uma racionalidade de superfície e verifica-se que cada uma delas e as suas articulações assumem várias formas. A maior capacidade explicativa da primeira corresponde uma maior operacionalidade da segunda, quando a sua aplicação é localizada e em condições normais, sendo as crises manifestações das contradições entre elas. A primeira está associada à teoria do valor-trabalho e a segunda à teoria do valor-utilidade. O materialismo histórico é o elemento unificador da articulação hierárquica entre ambas e a construção de uma nova Economia Política, fortemente assente nos conceitos de consciência possível e consciência real. <Teoria Econômica, Racionalidade, Metodologia, Valor-Trabalho, Valor-Utilidade>

373. PINTO, Maurício Barata de Paula. *O crescimento das exportações brasileiras de manufaturados, 1954-1974* v.10. n.3 p.101-143, set./dez. 1980.

Avalia-se o comportamento das exportações em função do crescimento da indústria brasileira, da expansão do comércio mundial de produtos manufaturados e de mudanças na taxa de utilização de capacidade no setor industrial. Consideram-se as influências que as políticas cambial e de incentivos provocam sobre a remuneração dos exportadores, assim como o impacto da política salarial sobre os custos das exportações. A construção de um modelo contendo equações de oferta e demanda é especificada e é descrito outro modelo no qual o preço das exportações se ajusta instantaneamente para equilibrar o mercado. Discutem-se os dados necessários para a estimação do primeiro modelo e apresentam-se em seguida as estimativas e testes de um novo modelo de desequilíbrio, que permite o ajustamento defasado de preços e quantidades. <Modelos Econométricos, Exportações, Análise de Regressão, Setor Industrial>

374. PINTO, Maurício Barata de Paula. *Os efeitos dos incentivos sobre a estrutura das exportações brasileiras de manufaturados*. v.11, n.3, p.115-132, set./dez. 1981.

Avaliação do modelo econométrico usado para relacionar o comportamento da estrutura da pauta de exportações de manufaturados com

a evolução do sistema de incentivos, entre 1966-71. Conclui-se que a política brasileira de incentivos fez com que a estrutura das exportações se tornasse menos eficiente do que o seria na ausência dos incentivos. <Modelos Econométricos, Exportações, Incentivos Fiscais>

375. PINTO, Maurício Barata de Paula. *Elasticidade de substituição e absorção de mão-de-obra: uma crítica e proposta de nova abordagem*. v.17, n.3, p.319-332, set./dez. 1987.

A elasticidade de substituição entre trabalho e capital é um parâmetro importante para se determinar o potencial da geração de empregos no setor industrial. As estimativas existentes para este parâmetro contêm um viés decorrente do tratamento inadequado dado aos insumos intermediários. Considerando a existência de uma relação entre o nível de emprego e a aquisição destes insumos, é proposto um novo método para estudar o problema da absorção de mão-de-obra, apresentando-se novas estimativas dos parâmetros relevantes. <Modelos Econométricos, Elasticidade de Substituição, Mercado de Trabalho>

376. PIRES, Júlio Manuel. *A segmentação no mercado de trabalho infantil*. v.19, n.esp., p.125-138, 1989.

A preocupação fundamental é estabelecer parâmetros que permitam cotejar as condições familiares e de trabalho, remuneração e escolarização dos trabalhadores infantis dos setores formal e informal. Para tanto, após o esclarecimento sobre a caracterização formal/informal adotada, faz-se o exame de alguns dados de uma pesquisa de campo realizada em 1987, com 120 crianças com idades entre 8 e 14 anos, que exerciam alguma atividade laboral. Também são analisadas a importância do contexto familiar na forma de inserção da criança no mundo do trabalho e as perspectivas das crianças a partir desta inserção. <Setor Informal, Segmentação do Mercado de Trabalho, Trabalho Infantil, Condições Sócio-Econômicas, São Paulo-SP>

377. POLARI, Rômulo Soares. *Sobre a apreensão das especificidades históricas do capitalismo, em Marx*. v.16, n.1, p.149-176, jan./abr. 1986.

Análise da metodologia e do sistema teórico da Economia Política clássica, procurando demonstrar suas limitações com base em Marx, sem deixar de considerar os interessantes resultados que alcançou em relação à explicação da produção capitalista. Estudam-se os fundamentos metodológicos do marxismo e o debate crítico a seu respeito, concluindo com uma crítica sobre as idéias de Marx, a partir de seu

método. <História do Pensamento Econômico, Teoria Econômica, Marx, Metodologia, Sistema Capitalista>

- 378. PORTELLA FILHO, Petrônio.** *Dívida externa: lições da renegociação brasileira de 1988.* v.21 n.2, p.161-211 maio/ago. 1991.

Minuciosa descrição dos acontecimentos que cercaram o acordo de reescalonamento plurianual da dívida externa do Brasil com os bancos comerciais, celebrado em setembro de 1988, pouco antes da promulgação da nova Constituição. Estudam-se o contexto histórico da renegociação e os acordos financeiros a ela interligados e o comportamento do Comitê de Bancos Assessores do Brasil. A avaliação global da renegociação inclui as vantagens e desvantagens desta em relação aos acordos anteriores, o sumário das negociações paralelas com o FMI, BIRD e Clube de Paris e os resultados conseguidos. Por fim, é feita uma análise crítica do cenário de negociação da dívida e dos erros estratégicos cometidos pelo governo brasileiro. <Dívida Externa, Políticas Governamentais, Moratória>

- 379. PRADO, Eleutério F da Silva.** *Crescimento econômico, pobreza e distribuição de renda em países subdesenvolvidos.* v.11, n.1, p.83-91, jan./mar. 1981.

Definição de pobreza a partir do conceito ricardiano de mínimo de subsistência ou custo de reprodução da força de trabalho, discutindo as causas da diferenciação espacial, funcional e histórica deste mínimo. Estudam-se as raízes do desenvolvimento dependente e o impacto da industrialização por substituição de importações na concentração de renda e no grau de marginalidade econômica. Utiliza-se o Índice de Sen para demonstrar o grau de pobreza de diversas sub-regiões do Nordeste brasileiro. <Crescimento Econômico, Pobreza, Distribuição de Renda, Países em Desenvolvimento, Nordeste>

- 380. PRADO, Eleutério F da Silva.** *Emprego e setor público no Brasil.* v.12, n.2, p.5-14, ago./nov. 1982.

Procura-se entender e dimensionar a magnitude da participação do Estado no processo de criação de empregos na economia brasileira. A absorção direta de mão-de-obra nos órgãos de governo (federais, estaduais, municipais e autárquicos) evoluiu a uma taxa média anual de 5,6%, entre 1950-70. A estimação dos empregos indiretos criados e/ou dependentes de gastos governamentais é feita pela utilização de modelos de relações multissetoriais, com dados para 1975. Discute-se a grande

importância do Estado no processo de geração de ocupações. <Estrutura Ocupacional, Setor Público, Emprego>

381. PRADO, Eleutério F. da Silva. *Enigmas das formas e formas do enigma: a questão da medida do valor em Keynes e Joan Robinston*. v.16, n.1, p.5-23, jan./abr. 1986.

Questiona-se a medida dos valores, da forma como é apresentada em artigo de Joan Robinston e na *Teoria Geral* de Keynes. Investigam-se as noções de capital real, definida pela autora, e de valor em unidades de salários em Keynes, mostrando como, ao ignorar explicitamente as contradições da realidade social, estes autores caem em outras contradições lógicas, ao pretender apreender o funcionamento aparente do capitalismo contradições essas que lhes parecem enigmas. Mostra-se, finalmente, como em Marx pode-se encontrar não apenas a explicação destes enigmas, como também as razões pelas quais aparecem como tais. <Teoria Econômica, Teoria do Valor, Robinston, Keynes, História do Pensamento Econômico>

382. PRADO, Eleutério F. da Silva. *Robbins e a economia como ciência da ação utilitária*. v.20, n.esp., p.59-74, 1990.

Lionel Robbins ficou conhecido principalmente por ter proposto, na década de 1930, que a Economia deveria ser compreendida como esfera de ação utilitária. Assim, ele define a ciência não por seu objeto, o sistema econômico, e não pelo que o sistema produz, a riqueza, mas pela conduta intencional do agente econômico, este alocador de meios escassos entre fins alternativos. Examinando os seus argumentos, que se revelam ou dogmáticos ou circulares, procura-se mostrar que ele falha em seu propósito de fundamentar a teoria neoclássica. Sugere-se, em adição, que a comensuração subjetiva é uma ficção, cuja origem lógica é a hipóstase e a subjetivação do gênero utilidade. <História do Pensamento Econômico, Teoria Econômica, Metodologia, Robbins>

383. PRADO, Luiz Tadêo Siqueira. *A utilização do modelo MEDEE na avaliação da demanda de energia no Brasil*. v.11, n.esp., p.161-180, 1981.

Avaliação da utilidade do modelo MEDEE no planejamento energético, visando estimar o nível de demanda por energia no Brasil a partir da utilização de cenários elaborados para os anos 1985 e 2000. Identificam-se as principais hipóteses sobre o comportamento de determinantes sócio-econômicos de cada cenário e criam-se tabelas com dois tipos de previsão para aqueles anos, baseadas em dados do IBGE, FGV e GEIPOT para 1975. <Energia, Projeção Econômica, Demanda, Modelos Econômicos>

384. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Aspectos ideológicos da escravidão*. v.13, n.1, p.85-101, jan./abr. 1983.

Estuda-se a construção de uma ideologia que legitimasse a escravidão moderna, instituída pelos interesses do capitalismo mercantil. Analisa-se como este problema foi pensado no Brasil desde o discurso religioso do período colonial. No século XIX, os defensores do cativo abandonaram os valores de natureza moral e teológica, debilitados num mundo que se acreditava crescentemente guiado pela razão e pela ciência, adaptando sua argumentação aos próprios dogmas do liberalismo. <História do Pensamento Econômico, Escravidão, Liberalismo>

385. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Rebeldia escrava e historiografia*. v.17, n.esp., p.7-35, 1987.

Sistematização de algumas considerações contidas na historiografia sobre a rebeldia escrava, apresentando tipologia, análise e caracterização desta rebeldia. Sem pretender esgotar a bibliografia existente, detém-se em alguns autores cuja contribuição foi relevante para o avanço do tema. <História, Escravidão, Revolta Escrava, Historiografia>

386. RAMALHO, Valdir. *O enfoque da absorção e a transição para o enfoque monetário do balanço de pagamentos*. v.17, n.1, p.31-44, jan./abr. 1987.

Faz-se um breve retrospecto e uma apreciação metodológica do enfoque de absorção. Revisam-se as maneiras de gerar modelos intermediários entre este e o enfoque monetário do balanço de pagamentos, a partir dos quais sugere-se uma generalização constituída a partir da Lei de Hawtrey. Expõe-se o conteúdo básico do enfoque de absorção tornando explícita uma hipótese de causalidade raramente precebida com clareza; isto permite mostrar que o enfoque é provavelmente falso. <Modelos Econômicos, Construção de Modelos, Balanço de Pagamentos, Política Monetária>

387. RAMALHO, Valdir. *Alguns aspectos analíticos da relação entre balanço de pagamentos e base monetária*. v.19, n.2, p.225-247, maio/ago. 1989.

A partir dos conceitos de autoridade cambial e passivos compensatório e não compensatório, procura-se tornar mais preciso os significados de ativo doméstico e ativo externo, na relação entre o balanço de pagamentos e a base monetária. Mostra-se o tratamento coerente a ser dado aos movimentos das reservas internacionais, a partir dos empréstimos externos tomados pela autoridade monetária, dos depósitos indexados em moedas estrangeiras, de operações da autoridade monetária com o exte-

rior (analisado o caráter interno de certas transações computadas como operações do setor externo) e das variações cambiais. <Balanço de Pagamentos, Base Monetária, Taxa de Câmbio>

388. RAMALHO, Valdir. *Déficit ajustado da inflação: uma nota histórica*. v.21, n.1, p.5-10, jan./abr. 1991.

Revisão bibliográfica do conceito de déficit ajustado da inflação (o déficit real do qual se subtraiu um montante equivalente à erosão que a inflação provocou ou tende a provocar no poder aquisitivo do passivo do governo). Este conceito surgiu no fim da década de 70 e seria a medida mais apropriada de como o governo afeta a economia através de seu orçamento. <Política Monetária, Inflação, Déficit Público>

389. RAMOS, Carlos Alberto. *Fontes de variação da massa salarial: um comentário*. v.16, n.3, p.437-443, set./dez. 1986.

Veja o resumo deste artigo no número 487.

390. RAMOS, Donald. *União consensual e a família no século XIX - Minas Gerais, Brasil*. v.20, n.3, p.381-405, set./dez. 1990.

São discutidas as questões relativas a domicílios chefiados por mulheres, com dados para Minas Gerais, entre 1750-1838. Descreve-se o domicílio de uma dada localidade e comparam-se aqueles chefiados por solteiras e casadas. Em seguida, o mesmo procedimento é realizado num período substancial de tempo e, ao final, entre todas as localidades pesquisadas. O domicílio chefiado por mulheres era comum em uma grande extensão de contextos econômicos, exceto em uma área de expansão econômica, havendo, para estas localidades, maior número de mulheres, moradores dependentes ou improdutivos por domicílio do que a média, com menor proporção de escravos. <Demografia Histórica, Famílias, Domicílios, Mulheres, Minas Gerais>

391. RANIS, Gustav. *Desafios e oportunidades colocados pelos superexportadores da Ásia: implicações para a exportação de manufaturados da América Latina*. v.11 n.2, p.51-84, abr./jun. 1981.

Distinguem-se, entre os países em desenvolvimento, dois grupos, formados por latino-americanos e leste-asiáticos. Estudam-se as diferenças existentes entre eles, referentes às exportações de manufaturados e ao equilíbrio interno entre resultados distributivos e de crescimento, com dados para o período 1950-77. <Política Comercial, Exportações, Crescimento Econômico, América Latina, Ásia>

392. REBOUÇAS, Osmundo E. *Efeitos de políticas econômicas sobre as disparidades entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil um modelo multi-setorial de equilíbrio geral*. v.6, n.3, p.83-112, set./dez. 1976.

Construção de um modelo de análise dos efeitos inter-regionais de políticas econômicas, utilizando uma extensão do modelo multi-setorial de equilíbrio geral desenvolvido por Johansen e Taylor & Black. A base empírica é uma tabela de insumo-produto inter-regional elaborada para 1959 e reagrupada para 12 setores, sendo cada setor dividido entre o Nordeste e o resto do Brasil. Simulações sobre o efeito das políticas econômicas indicam que o encontro de fatores favoráveis (política tributária, SUDENE) com desfavoráveis (política cambial e de substituição de importações, agências regionais concorrentes com a SUDENE) foi a causa responsável pelo fato da região Nordeste ter se mantido numa posição inalterada, em termos econômicos. <Modelos Econômicos, Construção de Modelos, Equilíbrio, Política Econômica, Nordeste>

393. REDWOOD III, John. *Incentivos fiscais, empresas extra-regionais e a industrialização recente do Nordeste Brasileiro*. v.14, n.1, p.119-143, jan./abr. 1984.

Origens, objetivos e instrumentos da política de industrialização do Nordeste, desde 1959. Discutem-se os principais resultados e consequências desta política, comparando-se algumas variáveis relativas às empresas sediadas no Nordeste, na Região Metropolitana de São Paulo e no resto do Brasil. As firmas industriais localizadas no Nordeste, mas cujas matrizes são de outras partes do Brasil, diferem significativamente das firmas nordestinas, em termos de escala, tecnologia, perfil setorial, distribuição espacial, orientação de mercado e fontes de bens de capital e de insumos. <Economia Regional, Localização Industrial, Incentivos Fiscais, Nordeste, Política Industrial>

394. REICHSTUL, Henri Philippe. *O financiamento do setor energético e a questão da autonomia das empresas estatais*. v.11, n.esp., p.97-121, 1981.

Evolução do padrão de financiamento do setor energético no Brasil, apresentando algumas considerações sobre a autonomia das empresas estatais do setor em relação à estrutura financeira, à crise energética e à crise econômica recente. Estudam-se o padrão financeiro da Eletrobrás e das empresas concessionárias de energia elétrica e a origem de recursos da Petrobrás, desde 1955, tentando estabelecer a

estrutura de financiamento do setor petróleo. <Energia, Financiamento, Empresas Estatais, Eletrobrás, Petrobrás>

395. REIS, João José. *O levante dos Malês na Bahia: uma interpretação política*. v.17, n.esp., p.131-149, 1987.

O escravo é visto como um agente político. Discutem-se especificamente as determinações étnicas, religiosas, culturais e de classe, que estabeleciam os parâmetros da ação política dos escravos e libertos africanos na Bahia da primeira metade do século XIX. Procura-se demonstrar que a rebelião de 1835 teve ingredientes de luta étnica e religiosa, sendo porém, principalmente, uma rebelião escrava, havendo, portanto, uma luta de classes em sentido amplo. <História, Escravidão, Revolta Escrava, Bahia>

396. RESENDE, André Lara. *Incompatibilidade distributiva e inflação estrutural*. v.11, n.3, p.133-150, set./dez. 1981.

Os processos inflacionários são vistos como expressão do impasse social, e o conflito distributivo é entendido como causa motora da inflação. A partir da hipótese de determinação oligopolística de preços, estuda-se o impasse criado pela luta dos sindicatos por melhores salários, que resulta num piso inflacionário proporcional ao hiato de incompatibilidade entre estas reivindicações e a fixação do *mark-up* de forma a financiar o investimento da empresa. <Inflação, Conflito Distributivo, Oligopólio>

397. RESENDE, Marcelo. *Estrutura de mercado no setor bancário e política monetária: um estudo exploratório*. v.21, n.2, p.213-222, maio/ago. 1991.

Investigação da relação entre estrutura de mercado no setor bancário e a condução da política monetária. Tomando como referência o modelo de Baltensperger, pode-se postular a existência de uma associação entre concentração bancária e multiplicador monetário. A evidência empírica para a economia brasileira não permite rejeitar tal hipótese. (Ver errata em v.21, n.3, p.474, 1991). <Política Monetária, Bancos, Modelos Econométricos>

398. REZENDE, Fernando. *A tributação em Minas Gerais no século 18*. v.13, n.2, p.365-391, maio/ago. 1983.

Descreve-se a tributação em Minas Gerais durante o ciclo do ouro, com destaque para seus diversos aspectos políticos e administrativos. O sistema tributário caracterizava-se por sua acentuada fragmentação: tudo era taxado. <História Econômica, Impostos, Legislação Tributária, Escravidão, Minas Gerais>

399. REZENDE, Gervásio Castro de. *Crédito rural subsidiado e preço da terra no Brasil*. v.12, n.2, p.117-137, ago./nov. 1982.

Discute-se a eficácia do subsídio creditício e a relação entre crédito rural e preço da terra. A hipótese de elevação do preço da terra devido à ação do subsídio do crédito apóia-se na evidência empírica de que este preço cresceu a um ritmo superior ao do arrendamento. As análises indicam, no entanto, que a relação venda/arrendamento pode ser explicada pela reversão cíclica ocorrida na economia brasileira a partir de 1973; esta explicação é consistente também com a queda verificada naquela relação, entre 1966-67 e 1971-72. <Crédito Rural, Valor da Terra, Subsídios>

400. REZENDE, Gervásio Castro de. *Interação entre mercados de trabalho e razão entre salários rurais e urbanos no Brasil*. v.15, n.1, p.47-67, jan./abr. 1985.

Contribuição ao estudo da elevação ocorrida na razão entre salários rurais e urbanos na década de 70, um fenômeno que conflita com evidências de padrão relativamente baixo de mão-de-obra assalariada agrícola. Critica-se a literatura sobre o tema e postula-se uma forma particular de inserção entre os mercados rural e urbano. A diferenciação existente seria um reflexo das peculiaridades do desenvolvimento capitalista na agricultura *vis-à-vis* a indústria. <Mercado de Trabalho, Salários, Setor Rural, Setor Urbano>

401. RIEZNIK, Pablo Hector. *Proálcool: geração líquida de empregos*. v.12, n.2, p.95-110, ago./nov. 1982.

Embora a Comissão Nacional do Alcool estime um crescimento da oferta de empregos agrícolas em função do Proálcool, correspondendo a cerca de 80% do total de 400.000 empregos previstos até 1985, mostra-se que, na realidade, entre 25% e 40% destes empregos seriam em substituição a trabalhadores de outras culturas, trocadas pela cana-de-açúcar. Cria-se uma metodologia para quantificar o efeito substituição no emprego, com dados para São Paulo, Pernambuco e Alagoas. <Oferta de Mão-de-Obra, Proálcool, São Paulo, Alagoas, Pernambuco>

402. ROCCA, Carlos Antonio & BARROS, José Roberto Mendonça de. *Recursos humanos e estrutura do comércio exterior* v.2, n.5, p.89-109, out. 1972.

Discute-se a existência de vinculação entre a pauta de exportações brasileiras e a estrutura de vantagens comparativas do país. a partir

da utilização de indicadores nacionais de qualificação de mão-de-obra, na hipótese que o capital humano seja o elemento escasso em nossa economia. Verifica-se que os índices nacionais diferem bastante dos americanos nas indústrias menos homogêneas, ou seja, o Brasil exporta essencialmente mão-de-obra pouco qualificada e importa produtos com conteúdos sofisticados de recursos humanos. <Comércio Exterior, Recursos Humanos, Exportações, Produção Industrial>

403. ROCHA, Sonia. *Indicadores de pobreza para as regiões metropolitanas nos anos oitenta*. v.20, n.3, p.439-460, set./dez. 1990.

Evolução da pobreza nas Regiões Metropolitanas (RM) brasileiras nos anos 80, medida por uma série de indicadores consagrados na literatura internacional (proporção de pobres, quociente da insuficiência de renda, coeficiente de Gini dos pobres e índice de Sen). Discutem-se questões metodológicas acerca destes indicadores. A pobreza é definida a partir de um nível limite de renda familiar *per capita*, que se baseia nos padrões de consumo e estruturas de preços específicos para cada RM. Busca-se um direcionamento do fenômeno, em termos de apresentação dos valores absolutos das variáveis mais relevantes, para discutir opções e eventuais custos associados à política de eliminação de pobreza. <Distribuição de Renda, Pobreza, Indicadores Sociais, Regiões Metropolitanas>

404. ROMÃO, Maurício Eliseu Costa. *Índices de pobreza: alternativas, decomposição e uso com dados agregados*. v.12, n.3, p.51-65, dez. 1982.

A mensuração da pobreza consiste de duas operações inter-relacionadas: identificação (quem são os pobres) e agregação (como construir um índice de pobreza). Após a análise de extensa bibliografia sobre o tema de identificação da linha de pobreza, discutem-se os aspectos de sua quantificação. Analisa-se a utilização do Índice de Sen e estudam-se suas variações e alternativas para decompor e agregar dados relativos à pobreza. <Pobreza, Teoria Econômica, Índice de Sen>

405. ROMÃO, Maurício Eliseu Costa. *Ajustamento interno em uma economia heterogênea e seus efeitos sobre a distribuição de renda: o caso brasileiro*. v.16, n.2, p.257-274, maio/ago. 1986.

A política econômica recessiva brasileira, principalmente derivada da crise do balanço de pagamentos e das políticas de estabilização adota-

das a partir de 1980, tem sido nefasta para o segmento populacional mais pobre, que tem absorvido a maior parte dos custos internos do ajustamento. Tal política apresenta uma conjugação de forças altamente regressivas do ponto de vista distributivo. Procura-se mostrar que o uso do arsenal de medidas de ajuste do tipo ortodoxo, não seletivo, em economias estruturalmente heterogêneas e com mercados diferentes de trabalho, tende a aumentar a distribuição iníqua de renda. Estuda-se a teoria da heterogeneidade estrutural, onde o entendimento da distribuição do produto social é visto em conexão com as particularidades das estruturas econômico-sociais dos países latino-americanos. <Distribuição de Renda, Recessão, Ajustamento Econômico, Custo Social>

406. ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *As motivações para inovar do agricultor brasileiro: uma pesquisa*. v.21, n.3, p.379-400, set./dez. 1991.

Uma pesquisa realizada em 1989, com dados sobre área plantada, área colhida e produção agrícola dos estados do Paraná, Santa Catarina e Distrito Federal, extraída de uma amostra de segmentos da Pesquisa de Previsão e Acompanhamento de Safras Agrícolas/IBGE, é utilizada para captar as motivações para inovar do agricultor brasileiro. As hipóteses que se pretende testar são a de que, ao contrário do que é aceito por autores marxistas, os agricultores não foram agentes passivos e sim promotores do processo de modernização agrícola, e diferentemente da visão neoclássica, o custo do trabalho foi importante como fator indutor da mudança técnica, medido pela qualidade da mão-de-obra, mas não medido pelo salário. <Agricultura, Mudança Tecnológica, Tomada de Decisão>

407. ROSSI, José W. *O menor da concentração de Gini aplicado a dados de distribuição de renda no Brasil*. v.12, n.2, p.111-115, ago./nov. 1982.

O menor da concentração de Gini fornece uma medida útil para se analisar a posição relativa do segmento populacional mais pobre dentro da distribuição total das rendas. Descreve-se a metodologia deste índice, aplicado à distribuição da renda constante das declarações das pessoas físicas, entre 1968-74. <Distribuição de Renda, Índice de Gini, Pobreza, Cálculo>

408. ROSSI, José W. *Elasticidade de Engel para dispêndios familiares no município de São Paulo*. v.13, n.3, p.519-535, set./dez. 1983.

Estimação das elasticidades de Engel, através de uma nova metodologia desenvolvida por Kakwani, que utiliza a curva de concentração para os gastos nos itens do orçamento familiar. Compara-se o desempenho deste método e da técnica de estimação de Box-Cox aplicados aos

dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares feita pela FIPE em 1972, que resumem as características principais dos gastos de 2380 domicílios no município de São Paulo. <Dispêndio Familiar, Modelos Econômicos, Famílias>

409. ROWLAND, Robert. *Sistemas matrimoniais na Península Ibérica. uma perspectiva regional*. v.19, n.3, p.497-553, set./dez. 1989.

Foi o demógrafo John Hajnal quem primeiro chamou a atenção para a importância do casamento no passado europeu, demonstrando que havia um regime matrimonial específico da Europa Ocidental, com base na idade média de acesso das mulheres ao casamento. A partir desta análise foi formulado o modelo de um sistema demográfico do Antigo Regime e a hipótese da existência de um regime de transição entre este e o matrimônio adolescente das sociedades não-européias. Este artigo demonstra que a Península Ibérica possuía regimes matrimoniais especificamente regionais desde os últimos séculos da Idade Média, devendo-se, portanto, rever profundamente a tese de uma transformação neste regime peninsular entre os séculos XVI e XVIII. Defende-se o ponto de vista de que os estudos demográficos sobre o passado europeu deveriam partir de uma perspectiva regional e comparada, como queria o próprio Hajnal. <Demografia Histórica, Casamento, Espanha, Portugal>

410. RUSSELL-WOOD. A. J. R. *As frotas de ouro do Brasil, 1710-1750*. v.13, n.esp., p.701-717, 1983.

Navios da chamada "carreira da Índia" aportavam no Brasil, quando retornavam a Portugal, levando ouro, prata e pedras preciosas. Material documentário dos arquivos da Casa da Moeda de Lisboa lança alguma luz sobre três amplas áreas do comércio durante a "idade do ouro no Brasil": a natureza das remessas de ouro do Brasil; a mecânica dessas remessas e as lições que encerram para a reconstituição das práticas comerciais nos portos do Atlântico Sul, principalmente sobre os aspectos sociais do comércio, na primeira metade do século XVIII. <História Econômica, Comércio Exterior, Ouro, Açúcar, Portugal>

411. SABOIA, João L. M. *Um novo índice de concentração: aplicação ao estudo da evolução recente da distribuição de renda no Brasil*. v.8, n.2, p.63-112, maio/ago. 1978.

Criação de um índice de concentração baseado na hipótese de que o processo estudado pode ser representado de forma adequada por

uma distribuição log-normal. Testa-se o índice com os dados do Imposto de Renda e da Lei dos 2/3. Os resultados sugerem que o processo de concentração de renda verificado no Brasil, durante a década de 60, continuou até 1972-73, havendo a partir daí certa recuperação, que equiparou a distribuição de renda em 1975 à de 1970. <Distribuição de Renda, Índice de Concentração, Cálculo>

412. SABOIA, João L. M. *A razão essencial e sua utilização como deflator do salário mínimo*. v.14, n.3, p.785-800, set./dez. 1984.

O deflacionamento de qualquer tipo de dados pressupõe a escolha de um deflator adequado; no caso do salário mínimo, esta questão se torna complexa, já que os índices de preço ao consumidor são usualmente construídos tomando-se por base orçamentos familiares para faixas de rendimento muito amplas. Apontam-se as dificuldades para a utilização de índices do IBGE, do DIEESE e da FGV e se propõe o uso da "razão essencial" definida no Decreto-Lei nº 399, de 1938, como deflator. Indicam-se quatro razões considerando o custo de dezoito produtos de alimentação para o período 1940-81 e calcula-se a evolução do salário mínimo real. <Salário Mínimo, Deflator, Alimentos, Preços>

413. SABOIA, João L. M. *Dualismo ou integração no mercado de trabalho?* v.19, n.esp., p.139-155, 1989.

Desenvolve-se uma discussão sobre o conceito de setor informal, à luz da experiência acumulada desde a sua criação, no início dos anos 70. A avaliação é positiva, reconhecendo-se, entretanto, alguns problemas conceituais. Em seguida, parte-se para uma crítica da proposta de integração no mercado de trabalho brasileiro. Neste sentido, e a partir da noção de taxa de formalidade, observa-se um crescimento excepcional do emprego no longo prazo e uma certa dificuldade de sua absorção pelo núcleo capitalista da economia. Finalmente, procura-se caracterizar o mercado de trabalho no Brasil, destacando-se os desequilíbrios regionais e demonstrando-se a necessidade de uma política de emprego. <Setor Informal, Estrutura Ocupacional, Mercado de Trabalho, Política de Emprego>

414. SAES, Flávio Azevedo Marques de. *O término do escravismo. uma nota sobre a historiografia*. v.12, n.3, p.29-40, dez 1982.

Pretende-se identificar em algumas obras clássicas da historiografia o argumento básico a que se filiam e como entendem os eventos

históricos ligados ao término do escravismo. <História do Pensamento Econômico, Escravidão, Historiografia, Abolição>

415. SAES, Flávio Azevedo Marques de & SZMRECSÁNYI, Tamás. *O capital estrangeiro no Brasil: 1880-1930*. v 15, n.2, p.191-219. maio/ago. 1985.

Não obstante as diferenças existentes entre o passado e o presente quanto à caracterização do investimento de capital externo na América Latina, as avaliações apresentadas tendem a ser conduzidas, quase sempre, a um mesmo dilema: o de emitir um juízo de valor sobre os efeitos deste capital em uma dada economia nacional, com base numa contraposição entre seus custos e benefícios. Após uma discussão sobre o conceito de imperialismo sob a ótica marxista, analisa-se a atuação do capital estrangeiro no Brasil, entre 1880-1930, a partir da investigação das informações disponíveis na historiografia. Por fim, indica-se a crescente importância do caráter financeiro do capital externo. <História Econômica, Capital Externo, Sistema Financeiro Nacional>

416. SALOMON, Basilia M. Aguirre. *A utilização da mão-de-obra familiar entre agricultores de baixa renda*. v.11, n.3, p.27-52, set./dez. 1981.

Utiliza-se um modelo econométrico para medir os fatores que influenciam a alocação de mão-de-obra familiar entre agricultores pobres, com dados sobre pequenos proprietários e arrendatários do Vale do Ribeira, no período 1973-75. Fica demonstrado que as famílias de produtores rurais não podem ser consideradas ofertantes puras de trabalho, sendo que o objetivo de manutenção de um mínimo de subsistência apresenta-se como básico para estas famílias. Discutem-se ao final algumas sugestões no sentido de melhorar as condições sócio-econômicas destes agricultores. <Estrutura Ocupacional, Proprietários de Terra, Modelos Econométricos, Famílias, Trabalhadores Rurais>

417. SAMARA, Eni de Mesquita. *Os agregados: uma tipologia ao fim do período colonial (1780-1830)*. v.11, n.3, p.159-168, set./dez. 1981.

A partir dos dados populacionais para a cidade de Itu-SP, entre 1773-1829, caracteriza-se uma camada da sociedade paulista no fim do período colonial. A análise dos assim chamados agregados grupo heterogêneo e sem posição definida no quadro econômico-social - se baseia no estudo das condições que favoreceram a constituição desses elementos como categoria social e das funções que exerciam em rela-

ção às necessidades gerais do organismo de que faziam parte. <Demografia Histórica, Agregados, Trabalhadores, Itu-SP>

418. SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, divórcio e partilha de bens em São Paulo no século XIX*. v.13, n.esp., p.787-797 1983.

Consultam-se cerca de 700 documentos pertencentes à Cúria Metropolitana e ao Tribunal de Justiça, com informações sobre divórcio em São Paulo, entre 1700-1889. Estuda-se a legislação sobre separações e anulações de casamento e suas causas. A análise da divisão dos bens indica que os laços de dependência que determinavam a articulação familiar e social da mulher ainda eram resistentes no século passado. <História Econômica, Famílias, Casamento, Divórcio, São Paulo-SP>

419. SANDERS, John H. & BEIN, Frederick L. *Desenvolvimento agrícola na fronteira brasileira: sul de Mato Grosso* v.6, n.2, p.85-112, maio/ago. 1976.

O aumento da oferta de produtos agrícolas no Brasil tem sido atribuído à expansão de fatores de produção (terra e trabalho) considerados convencionais, ao invés de sua troca por insumos modernos, tais como fertilizantes e maquinária. Estuda-se a imigração em larga escala para o Mato Grosso, a rápida expansão da mecanização da agricultura nesta área de fronteira e suas implicações para o desenvolvimento agrícola na região. Analisam-se dados de 1950-70, observando-se pouca substituição da terra por fertilizantes químicos. <Fronteira Agrícola, Produção Agrícola, Migração Interna, Mato Grosso>

420. SANDOVAL, Salvador A. M. *Greves e flutuações econômicas no Brasil, 1945-1968*. v.20, n.3, p.479-498, set./dez. 1990.

Focalizam-se os padrões e taxas de conflitos industriais e sua relação com as flutuações na economia, medidas através da correlação entre as taxas de produção industrial real e salários reais e a razão entre preços dos alimentos e salários, durante um período significativo na história brasileira, por seu espectro de regimes políticos e sua importância em termos de crescimento industrial e urbano. Em seguida, é examinado o impacto sobre a determinação do conflito industrial dos ciclos econômicos e das intervenções nos sindicatos pelo Ministério do Trabalho e da repressão policial em atividades grevistas. Os principais resultados indicam que as diferenças na forma e na frequência dos conflitos industriais são maiores em relação aos arranjos políticos conjunturais do que em relação aos efeitos econômicos cíclicos, que são

importantes apenas em alguns subperíodos, quando o peso dos fatores econômicos sobrepujou os fatores políticos. <História Econômica, Greve, Relação Capital-Trabalho, Crise Econômica>

421. SANT'ANA, Rizio Bruno & COSTA, Iraci del Nero da. *A escravidão brasileira nos artigos de revistas (1976-1985)*. v.19, n.1, p.131-194, jan./abr. 1989.

Reunião de 276 resumos de trabalhos sobre a escravidão negra e indígena brasileira, publicados em mais de noventa revistas nacionais e estrangeiras, entre 1976-85. Trata-se de uma tentativa de atualização, no que se refere aos periódicos, da obra de Robert Conrad intitulada *Brazilian slavery: an annotated research bibliography*. <História Econômica, Escravidão, Bibliografia>

422. SANTOS, Fernando Teixeira dos. *A política monetária em Portugal no período pós-1974*. v.20, n.2, p.255-281 maio/ago. 1990.

Os choques por que passou a economia portuguesa no período 1974-75 e os conseqüentes desequilíbrios de ordem interna fizeram com que a política econômica passasse a desempenhar, comparativamente ao período anterior, um papel bem mais ativo na estabilização da economia. Em particular, a política monetária, juntamente com a política cambial, foi o principal meio de combate aos graves desequilíbrios externos ocorridos durante o período de 1974-88. <Política Monetária, Estrutura Financeira, Política Cambial, Portugal>

423. SAYAD, João. *Planejamento, crédito e distribuição de renda*. v.7, n.1, p.9-34, jan./abr. 1977.

Avaliação dos principais programas governamentais de crédito no Brasil. A eficácia destes programas é pequena, implicando custos relativamente grandes quando comparados a outras formas de intervenção. A política de planejamento via crédito assume um papel mais importante que a política salarial na explicação da distribuição de riquezas, e também pode ser responsabilizada por um movimento de concentração. <Crédito, Distribuição de Renda, Política Econômica, Modelos Econômicos, Planejamento Econômico>

424. SAYAD, João. *Energia e inflação*. v.11, n.esp., p.35-60, 1981.

Análise da política de fixação de preços de petróleo e seus derivados e de outras fontes de energia. Estuda-se como o processo de

elevação de preços destes energéticos afeta e é afetado pelo processo inflacionário. Constrói-se um modelo que relaciona preços de energia e inflação e analisa-se a política de fixação de preços à luz de regras estabelecidas. Como conclusão, indica-se que a política de fixação de preços mais altos para a gasolina do que para os óleos diesel e combustível minimiza o impacto inflacionário dos aumentos do petróleo; já aumentos em saltos, como os que o processo de inflação corretiva gera, aceleram a inflação, sem as alterações desejadas de preços relativos. <Energia, Inflação, Preços, Modelos Econométricos>

425. SCHENONE, Osvaldo H. *Um modelo para a mensuração de custos e benefícios da integração siderúrgica na área andina*. v.5, n.3, p.65-90, set./dez. 1975.

Um país obtém benefícios de uma união aduaneira quando importa bens de outro membro da união a preços inferiores aos custos de produção doméstica; os custos são devidos à importação a preços superiores aos de outro país não membro da união. Discute-se a existência de economias de escala na siderurgia andina, medindo-se os custos e benefícios atribuíveis aos efeitos da integração sobre a alocação de recursos. <Análise de Custo-Benefício, Modelos Econométricos, Indústria Siderúrgica, América Latina>

426. SCHWARTZ, Stuart B. *Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil*. v.13, n.1, p.259-287. jan./abr. 1983.

Estimam-se alguns dados quantitativos para a região do Recôncavo baiano, que possibilitam não apenas situar a posse de escravos no contexto do Brasil como um todo, mas também permitem o confronto da situação brasileira com a vigente no sul dos Estados Unidos e na Jamaica, no período da escravidão. Impõe-se, como necessidade, uma atenção especial à análise dos complexos ajustamentos entre a propriedade da terra e de escravos que caracterizavam o sistema canavieiro. <Demografia Histórica, Proprietários de Escravos, Posse de Escravos, Bahia, Jamaica, Estados Unidos>

427. SCHWARTZ, Stuart B. *Mocambos, quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil Colonial*. v.17, n.esp., p.61-88, 1987.

Fugas de escravos e mocambos eram uma constante na história da escravidão no Brasil. Muitas destas comunidades localizavam-se perto de vilas e fazendas e viviam de roubos contra as mesmas. Os

mocambos muitas vezes misturavam aspectos culturais da África e da experiência escrava no Brasil. A palavra quilombo, um sinônimo para comunidade de escravos fugidos, referia-se a uma instituição angolana e era talvez relacionada diretamente com a história de Palmares. <Demografia Histórica, Escravidão, Revolta Escrava, Quilombos>

428. SCOTT, Rebecca J *Abolição gradual e a dinâmica da emancipação dos escravos em Cuba, 1868-86*. v.17 n.3, p.457-485, set./dez. 1987.

Analisa-se o processo de transição do sistema escravista em Cuba. Discute-se a rebelião de 1868, quando pequenos proprietários chegaram a libertar escravos para lutarem no exército insurgente, e a adoção da Lei Moret, que libertava as crianças nascidas a partir deste ano e os escravos com mais de sessenta anos. Com a adoção do *patronato*, em 1880, introduziu-se o pagamento de pequenos salários aos escravos, que tinham direito à sua autocompra. O fim dos castigos corporais em 1883 e o término do *patronato* com a conseqüente abolição da escravatura são os últimos passos desta transição, que desmontou peça por peça a estrutura legal da escravidão. <Demografia Histórica, Escravidão, Legislação Escravista, Abolição, Cuba>

429. SILVA, Adroaldo Moura da. *Demanda de moeda e taxa esperada de inflação: um estudo empírico de Argentina, Brasil, Chile e EUA*. v.3, n.3, p.59-101, set./dez. 1973.

Construção de modelo de demanda de moeda inspirado na versão da teoria quantitativa devida a Friedman. Discute-se a estabilidade da demanda de moeda vista como função estável de preços, do produto real e da taxa de juros. Estima-se o modelo a partir de informações de quatro países. <Inflação, Moeda, Teoria Econômica, Modelos Econômicos>

430. SILVA, Adroaldo Moura da. *Bases da política de minidesvalorização*. v.6, n.1, p.97-112, jan./abr. 1976.

Examinam-se os princípios da política cambial brasileira de pequenas desvalorizações do cruzeiro em relação às moedas nacionais de nossos principais parceiros comerciais, no período 1968-73. <Política Cambial, Taxa de Câmbio, Desvalorização Cambial>

431. SILVA, Adroaldo Moura da. *Inflação: uma visão heterodoxa*. v.8, n.1, p.37-54, jan./abr. 1978.

A inflação é sempre um fenômeno monetário. Discute-se o tema tendo em vista as incompatibilidades redistributivas, seja entre salários e

lucros, seja entre setores produtivos ou mesmo na hierarquia salarial. A partir da teoria quantitativa de moeda e reescrevendo o produto agregado em termos da parcela salarial e da margem de lucro média da economia, indica-se que, após um choque distributivo, a escolha entre desemprego e expansão de crédito quase sempre recai nesta última opção. <Inflação, Conflito Distributivo, Teoria Econômica, Ajustamento Econômico, Moeda>

432. SILVA, Adroaldo Moura da. *Evolução recente da economia brasileira*. v.9, n.3, p.7-60, set./dez. 1979.

Quais são os fatores que emperram o desenvolvimento econômico no Brasil? Os presentes limites à modernização e ao crescimento da sociedade brasileira não residem nem em restrições físicas que inibam o crescimento de tal ou qual setor, nem em escassez de recursos financeiros externos ou internos; estão na organização da política econômica e particularmente na organização do mercado de capitais do país. Faz-se uma breve digressão sobre algumas das características da política econômica durante as fases de rápido crescimento econômico no pós-guerra e indicam-se os problemas decorrentes do choque do petróleo em 1974. Mostra-se que, dado o caráter intrinsecamente instável do mercado de capitais do Brasil, este não poderia absorver os problemas gerados com a crise internacional e com as tentativas de mudanças das prioridades de política econômica. <Desenvolvimento Econômico, Política Econômica, Mercado de Capitais, Choque Externo, Crescimento Econômico>

433. SILVA, Adroaldo Moura da. *Regras de reajuste de preços e salários e a inércia inflacionária*. v.13, n.2, p.301-308, maio/ago. 1983.

Formula-se um modelo de oferta agregada no nível macroeconômico que contempla tanto os mecanismos de reajustes dos salários nominais quanto dos preços de petróleo, para se demonstrar as dificuldades impostas às políticas antiinflacionárias pela indexação. Discute-se especificamente a questão da inércia, diferenciando-a dos mecanismos de propagação de ondas inflacionárias que ocorrem a partir de um dado choque de oferta. <Modelos Econométricos, Inflação, Teoria Econômica, Oferta, Política Econômica>

434. SILVA, Adroaldo Moura da & KADOTA, Décio K. *Inflação e preços relativos: o caso brasileiro, 1970/1979*. v.12, n.1, p.5-30, jan./abr. 1982.

Apresenta-se um breve sumário das hipóteses monetaristas e estruturalistas sobre a interdependência entre inflação e dispersão dos preços relativos, acompanhado de algumas medidas associadas à experiência brasileira, entre 1972-79. É feita uma caracterização das fases cíclicas da economia brasileira, a partir dos movimentos de crescimento do setor

industrial e de seus preços; mostra-se que a dispersão dos preços relativos está associada ao processo inflacionário. <Inflação, Teoria Econômica, Preços>

435. SILVA, Ady Raul da. *Comentários sobre o trabalho "Substituição de importações na agricultura brasileira: a produção de trigo no Rio Grande do Sul"* v.3, n.1, p.156-161, abr. 1973.

Veja o resumo deste artigo no número 225.

436. SILVA, Gabriel L. S. P. *Contribuição da pesquisa e extensão rural para a produtividade agrícola: o caso de São Paulo*. v.14, n.2, p.315-353, maio/ago. 1984.

Cálculo do potencial da pesquisa agrícola e da extensão rural para deslocar a curva de possibilidade de produção da agricultura paulista, com base em dados para o período 1956-80. Inicialmente, estudam-se os problemas de conceituação e mensuração do progresso tecnológico, determinando qual a contribuição da pesquisa para o aumento da produtividade total. Faz-se, por fim, uma análise do retorno social dos investimentos públicos nessas atividades. <Pesquisa e Extensão Agrícolas, Modelos Econômicos, Mudança Tecnológica, Produção Agrícola, São Paulo>

437. SILVA, José Hamilton Gondim. *Subutilização de recursos humanos: aspectos teóricos*. v.4, n.1, p.177-192, jan./abr. 1974.

Faz-se uma retrospectiva teórica do problema do desemprego que inclui a noção de desemprego disfarçado. Desenvolve-se um modelo que permite identificar os dois tipos, estudando a oferta e demanda por mão-de-obra e comparando o desemprego disfarçado com a produtividade marginal da mão-de-obra igual a zero. <Desemprego, Modelos Econômicos, Teoria Econômica, Oferta de Mão-de-Obra>

438. SILVA, Marcos Eugênio da. *O conceito de moeda em Keynes e a circulação financeira*. v.17, n.3, p.333-348, set./dez, 1987.

Analisa-se o arcabouço institucional do mercado financeiro com o qual Keynes trabalha, destacando três conceitos: moeda, títulos sobre capital real (ações) e débitos de longo prazo (*bonds*). Sem esta divisão, não é possível entender-se a taxa de juros de longo prazo como sendo conceitualmente diferente da eficiência marginal do capital e sua determinante. <História do Pensamento Econômico, Teoria Econômica, Moeda, Keynes>

439. SILVA, Vera Martins da. *A distribuição de benefícios pela regulação estatal: o caso do mercado brasileiro de trigo*. v.21, n.1, p.105-136, jan./abr. 1991.

Análise da regulação do mercado brasileiro de trigo, indicando-se como seus benefícios foram distribuídos entre consumidores e produtores, a partir da análise das taxas de proteção nominal e efetiva. Em termos de proteção nominal, durante o período 1967-85 a política de trigo beneficiou os consumidores, e entre 1985-87. os produtores. No entanto, ao se incorporar a proteção ao mercado de fertilizantes, verifica-se que a taxa de proteção é negativa, indicando uma desproteção efetiva aos produtores. Além disso, as evidências sugerem que, ao contrário das opiniões correntes, as classes de renda média e baixa foram as grandes beneficiárias da política de subsídios de preço ao consumo nos anos 70. <Política Agrícola, Legislação, Protecionismo, Preços, Trigo>

440. SILVERS, Arthur L. & MOREIRA, Morvan de Mello. *A absorção da força de trabalho não-qualificada em Minas Gerais: evidência em favor da hipótese de Todaro?* v.4, n.1, p.55-74, jan./abr. 1974.

Estuda-se o processo de absorção rural-urbano de mão-de-obra, a partir de análise dos dados de uma amostra aleatória estratificada de 300 chefes de família que migraram desde 1969, de vinte cidades mineiras, divididas em dois grupos de tamanho. A hipótese é de que exista um estágio de transição entre trabalhos rurais de baixos salários para trabalhos urbanos de altos salários, em que o migrante trabalharia num setor marginal, antes de arranjar emprego no setor mais moderno. Discute-se o papel do salário e dos retornos de transição, concluindo pela evidência de um processo de migração por estágios, orientado mais pela oferta que pela demanda. Segue-se, assim, o padrão descrito por Todaro e Mazundar, porém sem se estabelecer relação com as hipóteses explicativas contidas nos trabalhos destes autores. <Mercado de Trabalho, Absorção de Mão-de-Obra, Migração Interna, Salários, Minas Gerais>

441. SIMONSEN, Mário Henrique. *A teoria da inflação e a 'controvérsia sobre a indexação*. v.10, n.2, p.5-55, maio/ago. 1980.

Descrevem-se historicamente as várias teorias de inflação desenvolvidas ao longo do tempo, discutindo-se os princípios de cada uma a

partir de suas formulações matemáticas. <Inflação, Teoria Econômica, Indexação>

442. SLENES, Robert W. *O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX*. v.13, n.1, p.117-149, jan./abr. 1983.

Apontam-se novas fontes documentais para o estudo da escravidão no século XIX, entre elas a matrícula de escravos. Inicialmente, examinam-se a confiabilidade desta e de outras fontes, com a crítica aos dados disponíveis. Focalizam-se os manuscritos das matrículas, para mostrar como tais documentos podem esclarecer questões importantes da história econômica e social do escravismo. Discute-se, por fim, uma pesquisa realizada a partir desta documentação. <Demografia Histórica, Escravidão, Fontes Históricas, Metodologia>

443. SLENES, Robert W. *Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX)*. v.17, n.2, p.217-227. maio/ago. 1987.

A crítica a uma amostra das listas da matrícula de escravos de 1872, em Campinas-SP, sugere uma visão da família escrava bastante diferente do quadro consagrado na historiografia sobre o assunto. Nos plantéis com dez ou mais escravos, as uniões sexuais estáveis eram comuns, a procriação acontecia principalmente dentro destas uniões e a grande maioria das crianças passava seus anos formativos na companhia de ambos os pais. Há razões para concluir que os resultados para Campinas são representativos das regiões de grande lavoura em São Paulo e no Rio de Janeiro como um todo. Enfim, apesar do impacto negativo do cativo sobre a família, visível especialmente nos plantéis pequenos, não se pode caracterizar como desorganizada ou anômica a vida íntima do escravo. <Demografia Histórica, Escravidão, Famílias Escravas, Casamento, Campinas-SP>

444. SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX*. v.18, n.3, p.449-495, set./dez. 1988.

Numa série de estudos, Roberto B. Martins e Amílcar Martins Filho argumentam que Minas Gerais foi uma das províncias que mais importaram escravos no Brasil, durante a primeira metade do século XIX. Esta conclusão é aceita, mas questiona-se a explicação que eles oferecem para o tráfico mineiro. Argumenta-se que não foi a abundância de terra (e a conseqüente falta de um mercado de trabalho livre) que

levou os proprietários a continuar requisitando o braço escravo. A existência em Minas de uma economia agropecuária e extrativa significativa, orientada para mercados externos, no Brasil ou fora, e o alto preço dos produtos importados, decorrente do custo de transporte, são fatores mais importantes para explicar o grande volume do tráfico de escravos, pois garantiam que a demanda por bens e serviços, oriunda dos setores exportadores, tivesse um efeito multiplicador sobre os setores que produziam para o mercado interno. Reduzindo-se os setores tradicionais de exportação, no fim do século XIX, a escravidão em Minas, fora das áreas ligadas à produção de café, mostrou forte tendência ao declínio, ao contrário do que argumentam os Martins. <Demografia Histórica, Escravidão, Exportações, Comércio Interno, Minas Gerais>

445. SMITH, Gordon W *Comercialização e desenvolvimento econômico: o estudo de um caso brasileiro; 1930-1970*. v.3, n.1, p.89-120, abr. 1973.

Utiliza-se a cultura do arroz, principal alimento cereal do Brasil, para demonstrar a contribuição de um sistema de comercialização eficiente no processo de desenvolvimento. O aumento da oferta de insumos de comercialização (transporte, comunicações e crédito bancário) tem papel importante numa primeira fase, enquanto as inovações geradas pelo próprio setor determinam depois a elevação da eficiência. <Desenvolvimento Econômico, Comércio Interno, Transportes; Crédito Rural, Arroz>

446. SMITH, Russell E. *Indexação salarial, rotatividade e variações de salário nominal nas indústrias têxtil e de borracha no Estado de São Paulo, 1966/1976*. v.16, n.2, p.227-241, maio/ago. 1986.

Uso de modelo de determinação salarial, a partir de variáveis representando a política salarial e as forças de mercado, estimando o impacto de curto prazo da indexação salarial sobre variações mensais no salário nominal, em dois setores da indústria de transformação paulista, entre 1966-76. O modelo inclui também variáveis que captam os efeitos do reajuste anual coletivo de salário, do salário mínimo regional, da demanda e da inflação. Os resultados sugerem que a indexação não determina completamente os salários, sustentando a hipótese de que os salários aumentam nos períodos de reajustes formais, em resposta a forças econômicas. <Salários, Mercado de Trabalho, Indústria Têxtil, Indústria da Borracha, São Paulo>

447. SMOLKA, Martim O. *O espaço no paradigma neoclássico: notas críticas*. v.14, n.3, p.767-784, set./dez. 1984.

Crítica da articulação do paradigma neoclássico no contexto espacial, que se caracteriza sobretudo pela tentativa de circunscrever as explicações sobre as diferentes facetas da formação e transformação de estruturas espaciais a determinantes puramente econômicos, isto é, sem necessidade de se considerarem dados de natureza sociológica e política. <Economia Regional, Teoria Econômica>

448. SOUSA, Maria da Conceição Sampaio de. *Impactos de políticas econômicas alternativas sobre o desempenho na agricultura: uma análise de equilíbrio geral*. v 15, n.1, p.109-125, jan./abr. 1985.

Estimam-se as conseqüências de políticas econômicas alternativas sobre o desempenho da agricultura brasileira, usando-se um modelo de equilíbrio geral suficientemente desagregado e com ênfase nas interações rurais-urbanas, no qual o mecanismo dos preços tem uma atuação importante na alocação dos recursos. Testam-se quatro políticas alternativas; os resultados sugerem que a economia reage bem mais em termos de preço; os termos de troca rurais-urbanos constituem uma variável crucial na determinação da distribuição intersetorial de renda; e o protecionismo urbano penaliza a agricultura. <Política Agrícola, Setor Rural, Setor Urbano, Modelos Econômicos, Equilíbrio>

449. SOUSA, Maria da Conceição Sampaio de & SOUZA, Hermino Ramos de. *Padrões regionais de emprego e renda na agricultura irrigada no Brasil*. v.19, n.3, p.417-441, set./dez. 1989

Quantificam-se os impactos sobre o emprego e renda decorrentes da expansão da área cultivada com lavoura irrigada, com ênfase na mensuração dos efeitos indiretos gerados através de interdependências setoriais. Estes efeitos foram estimados dentro do modelo fechado de Leontief e somados aos efeitos diretos para se determinar o crescimento total do emprego e da renda resultantes de irrigação. A análise considera as regiões Centro-Sul e Nordeste e conclui que em todas as culturas estudadas os impactos indiretos são extremamente significativos, sendo mais elevados os impactos sobre o emprego, em culturas que apresentam uma alta produtividade do trabalho; o indicador de emprego direto é um indicador medíocre do emprego total, principalmente na região Centro-Sul, não existindo uma relação inequívoca entre criação de empregos e expansão da renda. <Distribuição de Renda,

RESUMO DE ARTIGOS

Estrutura Ocupacional, Absorção de Mão-de-Obra, Agricultura Irrigada, Modelos Econômicos>

450. SOUZA, Aldemir do Vale. *A implantação de Camaçari e sua repercussão sobre o emprego direto e indireto*. v.14, n.3, p.723-743, set./dez. 1984.

Cálculo da oferta de emprego direto e indireto resultante da implantação das empresas do Complexo Petroquímico de Camaçari. Foi expressiva a oferta de emprego direto industrial, pois o acréscimo deste emprego no ramo da indústria química representou cerca de 67% do emprego adicional de toda a indústria química nordestina, de acordo com dados de censos industriais para 1975-80. No entanto, a absorção de trabalho por Camaçari, somando-se empregos diretos e indiretos, representa apenas 5,4% da PEA da Região Metropolitana de Salvador-BA, segundo a PNAD/83. <Estrutura Ocupacional, Oferta de Mão-de-Obra, Indústria Química, Salvador-BA, Regiões Metropolitanas>

451. SOUZA, Aldemir do Vale; GUIMARÃES NETO, Leonardo & ARAUJO, Tarcisio Patricio de *Considerações sobre proposições de política para a pequena produção urbana na região metropolitana de Recife*. v 13, n 2, p 419-436 maio/ago. 1983.

Estudam-se as causas da existência da pequena produção urbana em Recife-PE, a partir de pesquisa de campo realizada em 1980. São discutidas algumas proposições com vistas a uma política mais geral de emprego, por parte do governo, e à organização da pequena produção, situada no contexto do setor informal. <Pequena Produção, Setor Informal, Mercado de Trabalho, Política de Emprego, Recife-PE, Regiões Metropolitanas>

452. SOUZA, Paulo Renato *A determinação da taxa de salários em economias atrasadas*. v 10, n 2, p.103-126, maio/ago 1980

A taxa de salários de uma economia vem a ser a remuneração ao trabalho direto não qualificado no seu núcleo capitalista, ou seja, o piso salarial, sobre o qual estrutura-se a distribuição dos salários. Estuda-se a teoria de Lewis e os problemas derivados da existência de um amplo excedente de mão-de-obra para a adoção de uma teoria da determinação salarial endógena ao núcleo capitalista da economia. A principal conclusão sobre a relação entre os salários e as demais rendas do trabalho, especialmente a da pequena produção, é que a determinação dos salários

tem primazia sobre outras rendas. <Teoria Econômica, Salários, Pequena Produção, Países em Desenvolvimento>

453. SOUZA, Paulo Renato. *Emprego e renda na "pequena produção" urbana no Brasil*. v.11, n.1, p.57-82, jan./mar. 1981.

Investigação sobre o papel da pequena produção no emprego urbano no Brasil e determinação da renda de seus ocupados. Este conceito inclui as empresas onde o trabalho assalariado permanente não existe, as pequenas empresas onde o proprietário não está desvinculado das tarefas diretamente produtivas e os trabalhadores autônomos que contam ou não com ajuda familiar. Caracteriza-se a evolução do emprego urbano entre 1950-70 e discute-se mais detalhadamente a estrutura de emprego e renda nas cidades com mais de 50.000 hab. em 1970, de acordo com dados do Censo. Dado o aspecto heterogêneo da pequena produção urbana no Brasil, é relativizado o comportamento do emprego na explicação do caráter excludente do modelo econômico brasileiro. <Pequena Produção, Distribuição de Renda, Mercado de Trabalho, Setor Urbano, Estrutura Ocupacional>

454. SUZIGAN, Wilson. *Uma nota sobre "Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil" de Albert Fishlow*. v.3, n.1, p.121-128, abr. 1973.

Veja o resumo deste artigo no número 157.

455. SZMRECSÁNYI, Tamás. *Keynes e a Grande Depressão*. v.14, n.1, p.17-23, jan./abr. 1984.

Estudo da teoria econômica keynesiana, a partir de seis dos vinte e um trabalhos publicados por Keynes em 1933, época de transição entre o Tratado da moeda, de 1930, e a Teoria geral, de 1936. Discute-se sua visão sobre política econômica, especialmente em relação à Grande Depressão. <História do Pensamento Econômico, Teoria Econômica, Keynes>

456. TANG, Anthony M. *Relação de input-output na agricultura da China Comunista, 1952-1965*. v.1, n.1, p.55-75, abr. 1970.

Determinação das fontes de crescimento econômico da China, após a adoção do primeiro plano de desenvolvimento do governo comunista. Como as estatísticas de produção em termos de output são consideradas pouco confiáveis, séries de inputs, estimadas independentemente, podem fornecer uma base para a crítica de tais dados. Estudam-se alguns aspectos da modernização agrícola e da influência climática na produção e no desenvolvimento da China, entre

1952-65. <Análise Insumo-Produto, Crescimento Econômico, Agricultura, História Econômica, China>

457. TANG, Anthony M. *Teoria econômica das inovações: agricultura e indústria comparadas*. v.4, n.2, p.39-66, maio/ago. 1974.

Investigação da teoria das inovações, usando a agricultura como exemplo de um modelo de competição e a indústria como exemplo de um modelo schumpeteriano de não competição. Analisam-se os determinantes da adoção de inovações agrícolas, demonstrando que são lucrativas, dentro do contexto de inovações neutras em relação à escala. <Mudança Tecnológica, Modelos Econométricos, Teoria Econômica>

458. TEIXEIRA, Joaúlio Rodolpho. *Um estudo sobre a possibilidade de abertura do Modelo DOSSO para o comércio internacional*. v.8, n 3, p 21-40, set./dez. 1978.

Exame do modelo de acumulação de capital desenvolvido por Dorfman, Samuelson e Solow (DOSSO), em 1968, que consiste na relaxação da hipótese da inexistência de capacidade ociosa do modelo de Leontief de acumulação de capital. Estes dois modelos são elaborados em termos de uma economia fechada; estende-se o modelo DOSSO de forma a levar em consideração tópicos como depreciação e comércio internacional. Estuda-se a possibilidade de existência de uma extensão do Teorema de Turnpike, introduzindo condições terminais explícitas que permitem a economia crescer balanceadamente mesmo após o término do horizonte de planejamento. <Construção de Modelos, Comércio Exterior, Modelos Econométricos>

459. TEIXEIRA, Natermes Guimarães. *O sistema financeiro do Brasil e o capital estrangeiro*. v.14, n.1, p.57-81, jan./abr. 1984.

Exame da participação e da influência estrangeira na estrutura, organização e funcionamento do sistema de intermediação financeira do Brasil. Estudam-se as companhias seguradoras e financeiras e principalmente os bancos comerciais estrangeiros, entre 1964-80. Os dados demonstram que a ampliação do capital internacional dentro do setor financeiro brasileiro deveu-se, sobretudo, ao movimento generalizado de concentração ocorrido em praticamente todos os mercados financeiros específicos. <Sistema Financeiro Nacional, Bancos, Capital Externo>

460. THORBECKE, Erik. *Instituições, medidas de política econômica e comportamento da agricultura: uma análise comparativa*. v.17, n.1, p.45-68, jan./abr. 1987

Avaliação dos efeitos de diversas políticas econômicas no desempenho agrícola de seis países em desenvolvimento da África e da Ásia: Mali, Burkina Faso, Quênia, Tanzânia, Nepal e Sri Lanka. As principais constatações, derivadas de estudos de caso individuais, enfatizam uma série de questões de política, além de algumas conclusões e generalizações que são de interesse para policy makers em suas formulações de políticas de desenvolvimento. <Política Agrícola, Desenvolvimento Econômico, Países em Desenvolvimento, África, Ásia>

461. TOLEDO, Joaquim Elói Cirne de. *Investimento e poupança na economia aberta de dois setores*. v.16, n.3, p.369-388, set./dez. 1986.

Apresenta-se um modelo de crescimento com otimização intertemporal, dentro de um horizonte de planejamento infinito, para análise de questões relativas à balança de transações correntes. Considera-se uma economia aberta e pequena, com dois setores (tradeables e non-tradeables), sendo as decisões de investimento e poupança explicitamente modeladas. Utilizado para determinar os efeitos de diversos tipos de choques externos, favoráveis ou não, o modelo permite analisar as consequências de um súbito aumento do fluxo de transferências para o exterior, uma deterioração nos termos de troca ou, ainda, uma elevação temporária da taxa de juros real. <Modelos Econômicos, Investimentos, Poupança>

462. TOLOSA, Hamilton C. *Dimensão e causas da pobreza urbana*. v.7, n.1, p.131-176, jan./abr. 1977.

Ordenação das cidades de porte médio e grande (população superior a 50.000 hab. em 1970) em termos de pobreza absoluta, discutindo-se os indicadores econômico-sociais utilizados para esta medição. São examinados os fundamentos teóricos e a base empírica do modelo de pobreza urbana, analisando-se a relação com fatores como migrações internas, estrutura produtiva da cidade e sua posição funcional no sistema urbano. Ao final, estudam-se os impactos dos programas governamentais sobre as diferenças de bem-estar entre cidades e as implicações para a política de combate à pobreza urbana. <Pobreza, Indicadores Sociais, Setor Urbano>

463. TRINER, Gail D. *Os bancos brasileiros na economia: 1906-1918*. v.21, n.3, p.435-473, set./dez. 1991.

Análise dos balancetes de seis importantes bancos brasileiros durante o período 1906-18. Estudando-se o volume e o tipo de crédito concedido, conclui-se que tais bancos reagiram aos ciclos econômicos de forma racional. As políticas de empréstimos foram adaptadas de modo a que respondessem às condições de oferta e procura, bem como aos interesses de lucro e risco. <História Econômica, Bancos, Sistema Financeiro Nacional, Crédito>

464. TYLER, William G. *O comércio de manufaturas e a participação do trabalho especializado: o caso brasileiro*. v.2, n.5. p.129-153, out. 1972.

Teste das hipóteses implícitas no teorema de Heckscher-Ohlin sobre a ampliação do trabalho especializado, dentro do contexto do comércio brasileiro de produtos manufaturados. Embora duas das hipóteses não fossem confirmadas, estudos posteriores revelaram explicações para este aparente paradoxo, concluindo-se que a experiência brasileira não é inconsistente com as previsões da teoria. A natureza relativamente intensiva de trabalho especializado existente nas manufaturas sugere que poderia haver crescimento das exportações brasileiras se a composição dos produtos exportados fosse mais consistente com as vantagens comparativas internacionais do Brasil. <Comércio Exterior, Recursos Humanos, Exportações, Produção Industrial, Teoria Econômica>

465. TYLER, William G. *A substituição de importação e expansão da exportação como as "fontes" do crescimento industrial no Brasil*. v.3, n.2, p.85-102, ago. 1973.

Metodologia para medição da substituição de importações e expansão de exportações, vistos como fatores que contribuem para o crescimento industrial, no período 1949-69. Os dados apresentados mostram que, entre 1949-64, houve substancial movimento de substituição de importações, especialmente em algumas indústrias-chave. Durante o período 1964-69, no entanto, a substituição foi em grande escala negativa, isto é, a liberalização de importações foi evidenciada. Nos dois períodos, a expansão das exportações respondeu por pequena parte do crescimento da produção industrial. A análise foi posteriormente ampliada para os anos 1970-79 (v.12, n.3, p.125-134, 1982). <Crescimento Econômico, Substituição de Importações, Exportações, Setor Industrial>

466. TYLER, William G. *Mão-de-obra especializada e o comércio internacional do Brasil em manufaturados: mais uma vez*. v.4, n.2, p.107-116, maio/ago. 1974.

Questionam-se as conclusões de artigo publicado por Rocca & Barros (v.2, n.5, 89-109, 1972), que por sua vez comentavam estudo anterior do autor, publicado no mesmo número. Discutem-se algumas das dificuldades relacionadas ao uso dos índices de mão-de-obra especializada existentes e as mudanças ocorridas no conteúdo desta mão-de-obra no comércio de manufaturas desde 1967. época dos dados constantes do primeiro texto. <Comércio Exterior, Recursos Humanos, Exportações, Produção Industrial>

467. TYLER, William G. *A industrialização e a política industrial no Brasil: uma visão global*. v.6, n.2, p.113-152, maio/ago. 1976.

Extenso levantamento bibliográfico e de opiniões mais comuns sobre o processo de industrialização recente no Brasil. A partir de meados dos anos 60, as altas taxas de crescimento observadas podem em grande parte ser atribuídas a uma estratégia geral de política de fortalecimento dos mercados e melhora do funcionamento do sistema de preços, e a um papel mais ativo do governo na economia brasileira. No entanto, permanecem problemas sócio-econômicos, exacerbados por políticas econômicas projetadas para estimular o crescimento industrial e que acabam gerando disparidades regionais de renda e forte dependência de empresas multinacionais. <Política Industrial, Industrialização, Setor Industrial, Bibliografia>

468. TYLER, William G. *Eficiência técnica e características da propriedade industrial numa nação em desenvolvimento: um estudo do caso brasileiro*. v.7, n.3, p.19-44, set./dez. 1977

Cálculo da magnitude da atividade de empresas estrangeiras no setor manufatureiro do Brasil, avaliando o desempenho econômico de diferentes grupos de empresas classificadas por propriedade. A partir de estimativas de função de produção, analisa-se a diferença relativa entre empresas privadas nacionais, estrangeiras e estatais, em termos de eficiência técnica e economia de escala. A conclusão indica que existem diferentes funções de produção para diferentes classes de propriedade. <Organização Industrial, Fatores de Produção, Multinacionais, Empresas Privadas, Empresas Estatais>

469. TYLER, William G. *Eficiência técnica na produção: uma análise empírica dos setores siderúrgico e de plásticos no Brasil*. v.10, n.1, p.29-53, jan./abr. 1980.

Estimam-se índices de eficiência técnica específicos para os setores siderúrgico e de plásticos no Brasil, no nível das empresas, que revelam a existência de elevada ineficiência técnica relativa. Em ambos os setores apenas uma pequena proporção de todas as firmas observadas estava produzindo num nível acima de 80% da produção tecnicamente possível na fronteira estimada. A eficiência relativa nos dois setores vis-à-vis a estrutura de propriedade (estrangeira ou estatal) não pareceu ser significativa. Os testes, porém, sugerem uma tendência para que as firmas maiores e detentoras de maiores parcelas do mercado se situassem mais próximas da fronteira que as pequenas empresas. (Ver errata em v.10, n.2, p.181, 1980) <Produção Industrial, Indústria Siderúrgica, Indústria de Plásticos, Modelos Econométricos>

470. TYLER, William G. *Proteção tarifária efetiva recente do Brasil*. v.10, n.3, p.47-59, set./dez. 1980.

As reformas na política econômica de dezembro de 1979 reintegraram a tarifa como principal instrumento de proteção para a indústria nacional. Apresenta-se uma estimativa da proteção tarifária efetiva possível presente em janeiro de 1980, fornecendo um quadro do sistema de incentivos. <Comércio Exterior, Tarifas, Políticas Governamentais, Taxa de Câmbio, Protecionismo>

471. TYLER, William G. *Substituição de importações e expansão das exportações como fontes de crescimento industrial no Brasil*. v.12, n.3, p.125-134, dez. 1982.

Continuação da análise realizada em outro artigo (v.3, n.2, p.85-102, 1973), agora com dados para 1970-79. Demonstra-se que a reviravolta nas políticas econômicas em meados dos anos 70 teve importante impacto no crescimento industrial, ao enfatizar mais uma vez a substituição de importações. No entanto, a implementação desta política não trará os reflexos desejados sobre o crescimento econômico, pois este se dará em detrimento das exportações e a custos sociais muito altos. <Crescimento Econômico, Substituição de Importações, Exportações, Setor Industrial>

472. VEIGA, José Eli da. *Sobre o enigma da renda*. v.20, n.3, p.461-477, set./dez. 1990.

A tendência dominante na ciência econômica contemporânea é a de considerar a propriedade de recursos naturais como simples bem de

capital e sua renda como lucro. Discute-se a evolução do conceito de renda fundiária na história do pensamento econômico, afirmando-se que esta continua a ser uma espécie de charada para os economistas. <História do Pensamento Econômico, Renda, Lucro, Teoria Econômica, Metodologia>

473. VEIGA FILHO, Alceu de Arruda; GATTI, Elcio Umberto & MELLO, Nilda Tereza Cardoso de. *O Programa Nacional do Alcool e seus impactos na agricultura paulista*. v.11, n.esp., p.61-82, 1981.

Questiona-se o Proálcool a partir da crise do balanço de pagamentos resultante, além de outros fatores, do primeiro choque do petróleo, em 1973, e os impactos que sua adoção causou na agricultura paulista. Entre os objetivos do programa estão a substituição do petróleo e preocupações alocativas e distributivas. As conclusões apontam para o caráter conflitante da política agrícola voltada para a alimentação e a solução proposta para o programa energético, principalmente quanto à substituição de culturas de mercado interno por cana-de-açúcar. Outros aspectos conflitantes do programa dizem respeito ao aumento da sazonalidade da ocupação da mão-de-obra, a concentração fundiária e a intensificação da disparidade de renda. <Proálcool, Produção Agrícola, Combustíveis, Política Agrícola, São Paulo>

474. VERNON, Raymond. *A participação das empresas estatais nas exportações latino-americanas*. v.11, n.2, p.85-101, abr./jun. 1981.

Tentativa de previsão das potencialidades e restrições das empresas estatais de alguns países latino-americanos, ligados à extração de petróleo e minério de ferro, com relação à exportação futura de produtos manufaturados. <Exportações, Empresas Estatais, Projeção Econômica, América Latina>

475. VERSIANI, Flávio Rabelo. *Índices de produção industrial para a década de 1920: um reexame*. v.14, n.1, p.43-55, jan./abr. 1984.

A idéia tradicional de que a década de 20 foi um período marcado pela estagnação na atividade manufatureira no Brasil é insubsistente, pois se baseia em dados que contêm um erro para o período 1919-23. Constrói-se um índice de produção da indústria de transformação corrigido, posteriormente comparado aos índices e às conclusões de Haddad, Fishlow, Cano e Villela & Suzigan. <História Econômica, Produção Industrial, Fontes Históricas, Metodologia>

476. VERSIANI, Flávio Rabelo & VERSIANI, Maria Teresa R. O. *A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição*. v.5, n.1, p.37-63, jan./abr. 1975.

Existe uma certa tendência, nas interpretações correntes do processo de industrialização anterior a 1930, a atribuir importância predominante a períodos de aumento de produção ou de capacidade produtiva; critica-se esta preocupação em identificar surtos como uma visão limitada do problema. A partir do exame da indústria têxtil algodoeira, pretende-se mostrar a evolução de diversas fases produtivas como etapas de um modelo de industrialização. Discutem-se também questões relacionadas com o estímulo da proteção tarifária, a pouca importância do encilhamento para o crescimento da capacidade produtiva e o período durante e após a I Guerra Mundial, responsável por aumentos na produção e na capacidade produtiva. <História Econômica, Industrialização, Exportações>

477. VIACAVA, Carlos. *Notas sobre a demanda de café brasileiro pelos EUA*. v.3, n.2, p.111-120, ago. 1973.

Determinação dos níveis de preços relativos de café brasileiro no mercado norte-americano, relativamente às quotas estabelecidas pela OIC. Por não adotar uma política de preços uniforme, o Brasil perdeu parte deste mercado, pois o total de café exportado para os EUA caiu de 55% entre 1962-64 para 42%, no período 1968-70. <Exportações, Café, Preços, Estados Unidos>

478. VIEIRA, Cláudio A. *Inovações tecnológicas na pecuária de corte no estado de São Paulo*. v.6, n.3, p.7-50, set./dez. 1976.

A bovinocultura brasileira, apesar de contar com o quarto maior rebanho mundial, apresenta baixa produtividade, decorrente de baixos índices zootécnicos e reduzido rendimento das pastagens. Estudam-se a possibilidade de introdução de inovações tecnológicas na pecuária de corte do estado de São Paulo e as várias alternativas de mudanças em relação à adubação de pastagens e engorda em confinamento, fazendo-se uma análise de custo-benefício dos experimentos realizados entre 1960-75. <Pecuária, Rebanho Bovino, Mudança Tecnológica, Análise de Custo-Benefício, São Paulo>

479. WALL, Richard. *A saída do lar e o processo de formação dos domicílios na Inglaterra pré-industrial*. v.20, n.1, p.59-85, jan./abr. 1990.

Alguns aspectos da história da família na Inglaterra são revistos, a partir de detalhes sobre padrões familiares encontrados em censos de determinadas localidades, realizados entre fins do século XVI e início do

século XIX. Consideram-se apenas os aspectos relativos aos padrões da população enquadrada na estrutura imposta pelo grupo residente no lar, o domicílio. <Demografia Histórica, Famílias, Domicílios, Inglaterra>

480. WEINSTEIN, Bárbara. *Pará "versus" Amazonas*. v.15, n.2, p.221-239, maio/ago. 1985.

Durante todo o período do boom da borracha, durante o fim do século XIX, a cidade de Belém-PA, que já existia há mais de duzentos anos, manteve-se como principal centro urbano da região amazônica. No entanto, o crescimento da cidade de Manaus-AM gerou considerável tensão entre os estados do Pará e Amazonas. Estudam-se as condições sócio-culturais e econômicas de ambas as cidades, discutindo-se as questões políticas e legais desta rivalidade. <História Econômica, Borracha, Condições Sócio-Econômicas, Belém-PA, Manaus-AM>

481. WELLS, John. *A distribuição de renda no Brasil durante a década de sessenta: uma nota crítica ao artigo de Morley e Williamson*. v.6, n.2, p.21-40, maio/ago. 1976.

Veja o resumo deste artigo no número 331.

482. WERNECK, Rogério L. Furquim *Alguns aspectos macroeconômicos da relação entre crescimento rápido, estatização e equidade distributiva*. v.8, n.2, p.113-128, maio/ago. 1978.

A partir de um modelo de crescimento do tipo de Kaldor, constrói-se um modelo de política econômica que permita explicar os padrões de estatização e de distribuição de renda compatíveis com uma determinada meta de crescimento econômico. Afirma-se que a poupança adicional necessária a um aumento na taxa de crescimento do produto agregado poderá ser gerada aumentando-se a estatização ou concentrando-se a renda. Dado um nível de estatização, a taxa de crescimento viável será tanto maior quanto mais concentrada for a renda. Por outro lado, dado um padrão de distribuição de renda, quanto maior a estatização maior será a taxa de crescimento viável. <Modelos Econômicos, Crescimento Econômico, Estatização, Distribuição de Renda>

483. WESTPHALEN, Cecília Maria. *Comércio exterior da Província do Paraná*. v.15, n.esp., p.127-151, 1985.

O porto de Paranaguá passa, a partir da segunda metade do século XIX, de simples fornecedor de farinha de mandioca para outras praças da

colônia a exportador de erva-mate, mantendo comércio exterior, regular e contínuo, com o Rio da Prata e o Chile. Estudam-se as questões comerciais, legais e políticas relacionadas com a exportação de erva-mate do Paraná desde a criação da Alfândega de Paranaguá até a crise econômica de 1929. <História Econômica, Comércio Exterior, Erva-Mate, Paranaguá-PR>

484. WILLUMSEN, Maria José Fernandes. *Estrutura de produção e distribuição de renda: o caso brasileiro*. v.20, n.3, p.329-348, set./dez. 1990.

Examinam-se as relações existentes entre a estrutura de produção e a distribuição de renda no Brasil. Partindo de uma matriz de contabilidade social, um modelo linear é construído e multiplicadores de renda e produto são calculados. A desagregação das famílias em classes sociais, assim como da atividade produtiva conforme as tecnologias utilizadas, permite que se analise e avalie o impacto de tecnologias distintas sobre a distribuição de renda entre classes sociais. Os resultados sugerem que outros fatores além da tecnologia devem ser examinados para se entender o mecanismo distributivo vigente na economia brasileira. <Distribuição de Renda, Matriz de Insumo-Produto, Classes Sociais, Produção Industrial>

485. ZINI JR., Álvaro Antônio. *Evolução da estrutura financeira das empresas no Brasil, 1969/1977*. v.14, n.1 p.83-105, jan./abr. 1984.

Estuda-se a evolução da estrutura de ativos e passivos, a mudança de composição da estrutura de custos e as variações dos fluxos de fundos e da rentabilidade das empresas não-financeiras de capital nacional, estrangeiro e estatal, no período entre 1969-77. A taxa de crescimento do ativo operacional do total das empresas foi elevado, cerca de 10% por ano, sendo as estatais e as nacionais as que mais cresceram. <Estrutura Financeira, Empresas Estatais, Empresas Privadas, Multinacionais>

486. ZINI JR., Álvaro Antônio. *As minidesvalorizações brasileiras: política cambial adequada com choques de oferta?* v.18, n.1, p.51-91, jan./abr. 1988.

A política cambial brasileira de minidesvalorizações teve sucesso em evitar ataques especulativos à moeda e em reduzir a variância da taxa de câmbio real, em um contexto inflacionário crônico. Todavia, sua frequência obscureceu a necessidade de desvalorizar a moeda em termos reais em meados dos anos 70 e início dos 80, um ajustamento requerido diante dos choques externos adversos que atingiram a economia. Argumenta-se que, por permitir o desalinhamento da taxa de câmbio, esta

política é parcialmente responsável pela crise do setor externo. A falha de política é rastreada à doutrina da paridade do poder de compra relativa, e é ilustrada para o caso brasileiro pelo exame de diversas séries de taxas de câmbio efetivo real e pela performance das contas externas. <Política Cambial, História Econômica, Desvalorização Cambial, Taxa de Câmbio, Ajustamento Econômico>

487. ZOCKUN, Maria Helena. *Fontes de variação da massa salarial: um exercício para o período 80-82*. v.16, n.1, p.53-75, jan./abr. 1986.

Avaliação das mudanças ocorridas na massa salarial e em sua distribuição entre faixas de remuneração, enquanto resultantes da forma como os diferentes setores reagiram à política de ajustamento executada após 1980. Desenvolve-se um modelo que decompõe as fontes destas mudanças, com destaque para o efeito da lei salarial de reajustes regressivos que vigorou no período. Conclui-se que, entre 1980-82, houve concentração dos salários nas faixas mais altas de remuneração, porque a modificação da estrutura do emprego e a atuação do mercado sobre os salários tornaram impotente o efeito desconcentrador da lei salarial. Em comentário (v.16, n.3, p.437-443, 1986), critica-se a forma de utilização dos dados da RAIS para 1980-82, que afeta a medição das mudanças no nível do emprego, e recalculam-se algumas variáveis. Em réplica, no mesmo número (p.445-448), observa-se que, mesmo existindo modificações nos resultados com os novos dados, as conclusões se mantêm inalteradas. <Salários, Política Salarial, Modelos Econométricos, Distribuição de Renda>

488. ZOCKUN, Maria Helena. *Fontes de variação da massa salarial: um exercício para o período 80-82; réplica*. v.16, n.3, p.445-448, set./dez. 1986.

Veja o resumo deste artigo no número 487.